

UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ADRIANO GONÇALVES LARANGEIRA

**A IMPRENSA CATÓLICA E OS DIREITOS HUMANOS: O Semanário "O
SÃO PAULO" no Contexto do Estado Autoritário Brasileiro**

SÃO PAULO

2016

ADRIANO GONÇALVES LARANGEIRA

**A IMPRENSA CATÓLICA E OS DIREITOS HUMANOS: O Semanário "O
SÃO PAULO" no Contexto do Estado Autoritário Brasileiro**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Comunicação
da Universidade Paulista – UNIP, como
requisito parcial para obtenção do título
de mestre em Comunicação, sob
orientação do Prof. Dr. Jorge Miklos.

SÃO PAULO

2016

ADRIANO GONÇALVES LARANGEIRA

**A IMPRENSA CATÓLICA E OS DIREITOS HUMANOS: O Semanário "O
SÃO PAULO" no Contexto do Estado Autoritário Brasileiro**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Comunicação
da Universidade Paulista – UNIP, como
requisito parcial para obtenção do título
de mestre em Comunicação.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

_____/____/____

Prof. Dr. Jorge Miklos

Universidade Paulista – UNIP

_____/____/____

Prof. Dr. Maurício Ribeiro da Silva

Universidade Paulista – UNIP

_____/____/____

Prof. Dr. José Eugênio de Oliveira Menezes

Faculdade Cásper Líbero - FACASPER

AGRADECIMENTO

Agradecer é reconhecer a importância que o outro teve em sua jornada própria, é se obrigar a reconhecer que sem a ajuda dele a caminhada não teria chegado ao final. E eu tenho muito que agradecer a muitas pessoas.

À Universidade Paulista-UNIP, pela concessão da bolsa de professor da instituição.

Aos professores do PPGCom – UNIP, pelo incentivo intelectual durante as aulas, seminários e outros eventos.

Em especial, ao Prof. Dr. Jorge Miklos, meu orientador, que sempre acreditou muito mais em mim do que eu mesmo. Gostaria de dizer que sua vivência é um exemplo de sabedoria e, mais ainda, de generosidade para com todos à sua volta.

Aos professores Dra. Malena Segura Contrera e Dr. Maurício Ribeira da Silva, recebam o agradecimento daquele que teve os horizontes ampliados ao infinito com suas aulas.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação, em especial ao Marcelo, Bruno e Vera que sempre estiveram solícitos às dúvidas deste aluno.

Aos colegas do PPGCom – UNIP, pelo compartilhamento de ideias, saberes, experiências. Em especial, à Betina, Gislaine, Irene e Leonardo, em cuja companhia busquei apoio nos momentos de dúvida.

À minha família que, muitas vezes, sentiu a minha ausência. Em especial, à Rose e ao Rafael, que não deixaram o desânimo se abater sobre mim, mesmo quando eu queria desanimar.

*EX SPE IN SPEM "De esperança em
esperança". É o lema do bispado de D.
Paulo.*

RESUMO

A história do Brasil, no século XX, é marcada pela implantação de um Estado Autoritário que durou 21 anos (1964-1985). Publicações recentes, (SILVA, 2014) e (LARANGEIRA, 2014), acrescentam o adjetivo 'midiático', enfatizando a participação da mídia brasileira na criação de um sentimento nacional propício à deflagração do golpe e à manutenção do governo. Se a mídia contribuiu para a instalação do regime ditatorial no Brasil, ela também, ou uma parte dela, se tornou oposição aos militares, motivo pelo qual alguns meios de comunicação foram censurados. Na oposição ao Estado Autoritário também teve papel fundamental a Igreja Católica, especialmente a paulistana, cujo líder, Dom Paulo Evaristo Arns, seria a "figura-símbolo" na luta pelo processo de redemocratização. Partindo desse contexto, este estudo se propõe a examinar a atuação da imprensa católica paulistana na defesa dos Direitos Humanos por meio do um resgate da história do Semanário "*O São Paulo*", jornal oficial da Arquidiocese de São Paulo, criado em 1956 com o objetivo de difundir os valores católicos entre os fiéis. Porém, a partir de 1970, quando a Arquidiocese de São Paulo é liderada por Dom Paulo Evaristo Arns, o jornal sofre uma mudança na sua linha editorial que passa a atuar como crítico ao Estado Autoritário, contra a repressão, postura que irá culminar na instalação de uma censura prévia no semanário. A pesquisa se configura metodologicamente como bibliográfica, baseada num quadro teórico de referência específico nos estudos acerca das relações entre os campos da mídia, da política e da religião com enfoque nas reflexões de Ribeiro (1989), Aquino (1999), Lanza (2006), Miklos (2013), Larangeira (2014), Silva (2014), entre outros. Os resultados indicam que "*O São Paulo*" utilizou como estratégia comunicacional a articulação entre direitos humanos e a religiosidade cristã. Dessa forma, a imprensa católica tornou-se um instrumento de resistência ao Estado Autoritário. A imprensa católica procurou conscientizar a população paulistana católica acerca do vínculo indissolúvel entre esses dois valores trazendo para a cena religiosa a necessidade de se forjar na prática pastoral católica um espírito de compromisso com a luta pela liberdade e pela dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, a impressa era imprescindível, pois na época tratava-se de um meio de comunicação de grande relevância entre o público católico.

Palavras-chave: Estado Autoritário. Direitos Humanos. Imprensa Católica. *O São Paulo*.

ABSTRACT

The history of Brazil in the twentieth century had marked by the implementation of an authoritarian state that lasted 21 years (1964-1985). Recent publications (SILVA, 2014) and (LARANGEIRA, 2014), add the adjective 'midiatic', emphasizing the participation of the Brazilian media in creating a national feeling conducive to the outbreak of the coup and the government's maintenance. If the media had contributed to the installation of the dictatorship in Brazil, she, or a part, became opposition to the military, which is why some media had censored. In opposition to the state Authoritarian also played, a key role the Catholic Church, especially São Paulo, whose leader, Dom Paulo Evaristo Arns, was the "figure-symbol" in the struggle for the democratization process. Based on this context, this study aims to examine the performance of São Paulo's Catholic press in defense of human rights through a bailout in the history of Weekly "São Paulo", the official newspaper of the Archdiocese of São Paulo, created in 1956 with the aim of spreading Catholic values among the faithful. However, from 1970, when the Archdiocese of São Paulo had led by Dom Paulo Evaristo Arns, the newspaper undergoes a change in its editorial line that starts to act as critical to the Authoritarian State, against repression, posture that will culminate in the installation of a censorship in the weekly. the research is set methodologically as literature, based on a theoretical framework of specific reference in the studies about the relationship between the media fields, politics and religion with a focus on Aquino's reflections (1999), Lanza (2006), Miklos (2013), Larangeira (2014), Silva (2014), among others. The results indicate that "São Paulo" used as a communication strategy the relationship between human rights and the Christian religion. Thus, the Catholic press had become an instrument of resistance to the State Authoritative. The Catholic press sought to educate the Catholic population in São Paulo about the inextricable link between these two values bringing to the religious scene the need to forge the Catholic pastoral practice a spirit of commitment to the struggle for freedom and human dignity. In this sense, the printed was essential, because at the time this was a very important means of communication between the Catholic public.

Keywords: Authoritarian State. Human Rights. Catholic Press. São Paulo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Passeata dos Cem mil afronta a Ditadura	21
Figura 2 - Marcha reage ‘com Deus’ contra Jango	30
Figura 3 - Capa do Jornal do Brasil, em 29 de março de 1968, com o corpo de Edson Luís sendo velado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro	41
Figura 4 - Trabalhadores tomam o palanque no dia 1º de maio de 1968 e depois saem em passeata pelas ruas de São Paulo	43
Figura 5 – Quadro de Victor Meirelles representando a primeira miss a realizada no Brasil.	61
Figura 6 - Página 5 semanário <i>O São Paulo</i> , 15 de dezembro de 1973	79
Figura 7 - Primeira Página Semanário <i>O São Paulo</i> , 25 de janeiro de 1956	84
Figura 8 - Página 11 do semanário <i>O São Paulo</i> , 25 de janeiro de 1956	86
Figura 9 - Página 7 do semanário <i>O São Paulo</i> , 25 de janeiro de 1956	87
Figura 10 - Página 7 do semanário <i>O São Paulo</i> , 2 de janeiro de 1966	88
Figura 11 - Página 2 do semanário <i>O São Paulo</i> , 05 de janeiro de 1969	89
Figura 12 - Primeira Página do semanário <i>O São Paulo</i> , 16 de outubro de 1971	91
Figura 13 - Página 5 do semanário <i>O São Paulo</i> , 14 de novembro de 1970	94
Figura 14 - Primeira página do semanário <i>O São Paulo</i> , 16 de janeiro de 1971	95
Figura 15 - Página 3 do semanário <i>O São Paulo</i> , 10 de março de 1973	97
Figura 16 - Página 3 do semanário <i>O São Paulo</i> , 23 de junho de 1973	99
Figura 17 - Primeira página do semanário <i>O São Paulo</i> , 31 de dezembro de 1977	101
Figura 18 - Página 3 do semanário <i>O São Paulo</i> , 23 de agosto de 1975	102
Figura 19 - Primeira página do semanário <i>O São Paulo</i> , 13 de setembro de 1975	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	13
O ESTADO AUTORITÁRIO.....	13
1.1 O Golpe.....	20
1.2 Segurança Nacional e Desenvolvimento	28
1.3 Repressão e Controle Político.....	32
1.4 Milagre Econômico.....	41
1.5 Imprensa e Estado Autoritário: Propaganda Oficial e Censura	46
CAPÍTULO 2.....	55
ESTADO E IGREJA NO BRASIL	55
2.1 Colônia e Império	56
2.2 A República: Estado Laico, Romanismo e Reaproximação (1889 – 1964)	61
2.3 O Golpe e a Igreja Dividida	67
CAPÍTULO 3.....	71
IMPRENSA CATÓLICA E RESISTÊNCIA: O SEMANÁRIO <i>O SÃO PAULO</i>. 71	
3.1 A Arquidiocese de São Paulo e os Meios de Comunicação Social	71
3.2 A Gênese do Semanário <i>O São Paulo</i>	77
3.3 Novo modelo Comunicacional: Resistência e Censura.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

INTRODUÇÃO

Ao tratar do resgate histórico da imprensa no Brasil e, mais especificamente, da história da imprensa em São Paulo devemos nos voltar a um período em que as práticas próprias do jornalismo impresso foram cerceadas por um governo autoritário. Por outro lado, não se pode falar de meios de comunicação impresso e a censura efetivada pelo Estado Autoritário no Brasil sem falar do papel do Semanário *O São Paulo*, cultivado pela Arquidiocese de São Paulo. O jornal foi um grande instrumento de denúncia dos excessos cometidos pelo governo brasileiro e, como tantos outros, acabou sendo censurado.

O semanário *O São Paulo* foi fundado em 1956 tornando-se o primeiro órgão de imprensa oficial da Arquidiocese de São Paulo, substituindo o não oficial Legionário, de 1929, que por sua vez substituiu A Gazeta do Povo, de 1905.

Nesse tempo, a Arquidiocese de São Paulo, ao lançar um periódico para a família católica, procura, por meio do jornalismo impresso, valorizar sua ação na comunidade cristã. A Igreja Católica paulistana coloca o jornal *O São Paulo* no centro da vida comunitária católica na capital paulista, informando sobre suas ações, bem como, procura informar a respeito do comportamento desejável de seus fiéis. *O São Paulo* era o defensor da “moral e dos bons costumes” católicos.

Por meio de uma imprensa católica que expressasse o pensamento eclesial, os bispos difundem um ideal de comportamento religioso e um ideário comunicacional, geralmente pautado por estratégias reativas, adaptado de situações vividas pelas comunidades católicas da Europa.

A década de 1960 presencia dois acontecimentos que vão mudar a Igreja e o jornal e a maneira como se relacionam com a sua comunidade, a saber, o Concílio Vaticano II (1961- 1965) e o Golpe Militar em 1964.

O Concílio enfatizou a missão social da igreja, declarou a importância do leigo, imprimiu uma noção de igreja como povo de Deus substituindo a antiga noção de sociedade perfeita, valorizou o diálogo ecumênico, antes embrionário,

modificou a liturgia de modo a torná-la mais flexível; e reviu as relações entre a fé cristã e o mundo moderno.

Inicialmente, uma parcela significativa da Igreja Católica mostrou-se simpática ao movimento militar de 1964. A igreja serviu como meio de propagação do medo do “fantasma comunista”, uma paranoia, que foi inoculada na sociedade brasileira, principalmente nas classes média e alta, por meio de sermões ou mesmo de passeatas contra Goulart, como a famosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu milhares de pessoas. Um exemplo disso foi Dom Agnelo Rossi, que participou da Marcha paulista na primeira fila. O alto clero apoiou o novo regime. Entretanto, não demoraram a surgir diversos conflitos entre a Igreja Católica e o Estado.

O Estado Autoritário prendeu e torturou vários integrantes do clero católico, que atuavam em organizações políticas e movimentos populares e eram, por isso, acusados de subversão. Nesse momento, a igreja, em especial a de São Paulo, sob a liderança de Dom Paulo assume um papel de crítica ao regime militar e lança-se na defesa pelo respeito à dignidade e aos direitos humanos.

Partindo desse contexto, este estudo se propõe a examinar a atuação da imprensa católica paulistana na defesa dos Direitos Humanos por meio do resgate da história do Semanário “O São Paulo”, jornal oficial da Arquidiocese de São Paulo, criado em 1956.

O objetivo que fomenta a pesquisa é averiguar quais as estratégias comunicacionais utilizadas pelo semanário para noticiar as arbitrariedades, a violência e o desrespeito aos Direitos Humanos que, à época, eram praticados pelos órgãos de segurança atrelados ao Estado brasileiro.

A partir de 1970, quando a Arquidiocese de São Paulo passa a ser liderada por Dom Paulo Evaristo Arns, o jornal sofre uma mudança na sua linha editorial que passa a atuar como crítico ao Estado Autoritário, contra a repressão, postura que irá culminar na instalação de uma censura prévia no semanário.

A pesquisa se configura metodologicamente como bibliográfica, baseada num quadro teórico de referência específico nos estudos acerca das relações entre os campos da mídia, da política e da religião com enfoque nas reflexões

de Aquino (1999), Lanza (2006), Miklos (2013), Larangeira (2014), Silva (2014), entre outros.

O primeiro capítulo elabora um resgate histórico do golpe militar deflagrado em março de 1964, a implantação do Estado Autoritário apoiado na ideologia da “Segurança Nacional e do Desenvolvimento”, a repressão e o controle político e as relações tensas e conflituosas entre a imprensa e o estado autoritário.

O segundo capítulo focaliza as relações entre o Estado e a Igreja Católica no Brasil. No período colonial, as relações de subordinação da Igreja ao Estado – com a prática do padroado – consistiram em uma ampla concessão da Santa Sé de Roma à Coroa portuguesa, em troca da garantia de que ela promovesse e assegurasse os direitos e a organização da Igreja católica em todas as terras descobertas. Esta relação se manteve e se acentua após a independência até 1889, quando ocorre a ruptura.

Com a Proclamação da República, em 1889, houve uma separação formal entre Igreja Católica e Estado, unidos anteriormente pela Constituição Imperial de 1824. Os conflitos que precederam o golpe republicano já evidenciavam a fragilidade da união. O Republicanismo, inspirado no positivismo europeu, rompeu com o padroado e laicizou as principais funções antes atribuídas ao clero, como a educação.

Esse modelo dominou no período de 1916 a 1964, sendo que, entre 1930-45, atinge o apogeu. Em breves linhas, a Igreja Católica, agora desvinculada oficialmente das forças políticas, permaneceu conservadora politicamente, opondo-se à secularização e a outras religiões; advogava uma postura de combate ao protestantismo e aos demais credos sendo portadora de um discurso claramente anticomunista. Aliou-se às forças politicamente conservadoras e procurou manter sua influência no sistema educacional.

A partir da implantação do Estado Autoritário essa relação irá se inverter na medida em que setores da Igreja Católica irão se colocar contra o regime, denunciando as arbitrariedades e colocando-se na perspectiva de defesa dos Direitos Humanos.

O terceiro capítulo tem por foco um regaste do jornal O São Paulo desde a sua criação até o período do estado autoritário, revelando as mudanças dos

paradigmas comunicacionais pelas quais passou o semanário e o consequente conflito gerado entre ele e o governo militar, traduzido na censura aos meios de comunicação católicos.

Os resultados indicam que “O São Paulo” utilizou como estratégia comunicacional a articulação entre direitos humanos e a religiosidade cristã. Dessa forma, a imprensa católica tornou-se um instrumento de resistência ao Estado Autoritário. A imprensa católica procurou conscientizar a população paulistana católica acerca do vínculo indissolúvel entre esses dois valores, trazendo para a cena religiosa a necessidade de se forjar na prática pastoral católica um espírito de compromisso com a luta pela liberdade e pela dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, a impressa era imprescindível, pois na época tratava-se de um meio de comunicação de grande relevância entre o público católico.

CAPÍTULO 1

O ESTADO AUTORITÁRIO

O presente capítulo se propõe a analisar o governo brasileiro durante os anos em que vigorou o regime militar no Brasil. No decorrer do texto, se discutirá o conceito de Ditadura e Estado Autoritário e sua utilização a partir dos acontecimentos. Abordando, mais especificamente, como se processou o golpe civil-militar desferido contra o presidente João Goulart em 1964, os fatos que o antecederam e a participação dos militares no governo ulterior. Tratar-se-á também sobre a Política de Segurança Nacional e seu caráter desenvolvimentista encampada pelos militares, a repressão e o controle político exercido pelo governo durante o período, a construção do “Milagre Brasileiro”, desde finais da década de 1960 até meados dos anos 70, da propaganda governamental e, por fim, das relações entre a mídia e o Estado brasileiro.

A definição do governo inaugurado em 1964 no Brasil gera, até hoje, uma série de debates no meio acadêmico. O termo Ditadura Militar foi o primeiro a ser utilizado e, durante muito tempo, serviu para nomear esse período da história do Brasil recente. Ele foi substituído, também no uso comum, por outro conceito que procurou dar conta também da participação da sociedade civil no Golpe de Estado e no governo posterior a 01 de abril de 1964, a saber Ditadura Civil-Militar juntamente com Golpe Civil-Militar. Mais recente, outra atualização conceitual foi proposta nos meios acadêmicos, o emprego de Golpe Midiático-Civil-Militar¹, que pretende abranger a participação da mídia brasileira, principalmente a impressa, na elaboração de um clima favorável a tomada de poder em 1964 e a posterior sustentação do governo chefiado pelos militares, também com o uso da televisão.

Apesar de seu uso mais frequente, tanto social quanto academicamente, o termo Ditadura não é o único utilizado para definir tal período histórico. Muitos pesquisadores do tema utilizam-se do conceito de Estado Autoritário

¹ O termo foi proposto por Juremir Machado da Silva, professor da Pontifícia Universidade Católica-RS, em seu livro “1964: Golpe Midiático-Civil-Militar”, publicado em 2014 pela Editora Sulina. Atualmente está em sua 7^a edição.

para caracterizá-lo. Neste trabalho, será utilizado esse conceito para tentar caracterizar o período entre 1964 e 1985.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que tanto o termo Ditadura quanto Estado Autoritário designam uma série de regimes e governos não democráticos. Segundo Mario Stoppino:

Temos, no entanto, de reconhecer que este significado de Ditadura, embora possua uma indubitável dimensão descritiva, tem sido frequentemente usado com fins prático-ideológicos, como alvo de valor negativo a contrapor polemicamente à democracia. É também por essa razão que, nos últimos anos, o uso de Ditadura em sentido moderno, corrente nos anos 50 e 60, tende a tornar-se mais raro; e não falta quem queira restringir a palavra ao significado de órgão excepcional e temporário, próprio de sua origem romana. (STOPPINO, 2000, p. 372-373).

Pelo caráter do período brasileiro, entre os anos de 1964 e 1985 e, principalmente, pela peculiaridade do que ocorre após, sem nenhum tipo de condenação jurídico criminal para com os responsáveis pelos excessos, pelas violações dos direitos humanos e pelos crimes cometidos, entende-se que o emprego de Ditadura para se referir a este momento serviu como uma espécie de punição aos responsáveis por tais atos. Então, a sociedade brasileira, a academia e os juristas nomeiam de ditadores aqueles que permitiram ou, até tornaram possível, o uso da violência contra os cidadãos que se opunham ao governo militar e aos seus desmandos.

As características de um governo ditatorial, para Mario Stoppino (2000, p. 373), são: “a concentração e o caráter ilimitado do poder; as condições políticas ambientais, constituídas pela entrada de largos estratos da população na política e pelo princípio da soberania popular; a precariedade das regras de sucessão do poder”. Essas características elencadas não são plenamente aplicadas ao caso brasileiro entre 1964 e 1985. Sabe-se que o poder exercido pelo governo militar, apesar de grande, principalmente no tocante à repressão aos opositores, não era ilimitado. O regime militar procurava se valer, ao menos, de uma aparência de legalidade e constitucionalidade para a execução de seus atos, para tanto cercavam-se de leis e decretos emitidos pelo poder

executivo. O Ato Institucional número 1² é um exemplo dessa busca pela aura legal e constitucional, ao atribuir para si os Poderes Constitucionais pertencentes ao povo:

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. (PLANALTO, online)³.

Fosse o poder dos militares de fato ditatorial não haveria a necessidade da publicação dos Atos Institucionais, sempre garantindo a “legalidade” das ações governamentais. Também não haveria a necessidade de, em 1967, de convocar o Congresso Nacional, que se encontrava fechado pelo governo, exclusivamente para aprovar a Constituição de 1967, esta poderia ter sido outorgada como o fez Getúlio Vargas em 1937. Percebe-se, assim, que o poder político do qual gozavam os dirigentes do país não emanava de si, mas do povo, que deveria acreditar que tudo estava dentro da lei.

Uma segunda característica da Ditadura é a participação social e política da sociedade. A esse respeito, Stoppino ressalta:

Em segundo lugar, a Ditadura pode surgir numa sociedade com um grau moderado ou baixo de mobilização política. Nesse caso, a Ditadura pode agir como assistente do nascimento da democracia liberal ou pode refrear a modernização, para salvaguardar o que ainda sobra da ordem tradicional, atuando através de uma mobilização intensa na fase inicial ou nos períodos de crise, e limitando-a radicalmente quando já consolidada. (STOPPINO, 2000, 373-374).

² O Ato Institucional, publicado em 9 de abril de 1964, foi o primeiro de uma série de 17 emitida pelo governo militar até 1969.

³ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Casa Civil. Ato Institucional n 1, de 9 de abril de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 29 abr.2016.

Novamente, a realidade brasileira se mostra estranha ao conceito acadêmico de Ditadura. No Brasil, durante o regime militar, houve uma intensa participação popular em apoio ao fim do governo de João Goulart, a exemplo da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*⁴ e da *Marcha da Vitória*, realizada em 02 de abril no Rio de Janeiro, com a participação de 1 milhão de pessoas.

Apesar desse grande apoio inicial, o governo dos militares não contou com o mesmo movimento popular nos anos posteriores, mantiveram o seu apoio alguns setores da Igreja Católica, cada vez mais dividida nessa questão, a classe média e os anticomunistas. Esse suporte ao regime não era traduzido em manifestações políticas, o que coaduna com o pensamento de Stoppino.

Por outro lado, as manifestações populares que se seguiram eram formadas por opositores ao governo militar brasileiro, a exemplo da greve dos artistas realizada no Rio de Janeiro em 12 de março de 1968. Outras manifestações também eclodiram nesse mesmo ano, a exemplo da manifestação dos estudantes em 28 de março, que acabou com a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, e angariou o apoio da classe média nas manifestações contra o governo. Esse descontentamento culminou com a Marcha dos 100 mil, de 26 de junho. Houve, ainda, em São Paulo, no dia 1 de maio, uma revolta durante as comemorações do Dia do Trabalho, após queimarem o palanque do governo estadual cerca de 20 mil populares saíram em passeata pela cidade.

⁴ A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo, foi uma resposta da classe média, dos setores mais conservadores e contrários ao comício de João Goulart no Rio de Janeiro, em 13 de abril, onde anunciou as reformas de base. As outras manifestações de apoio do Golpe, ocorridas posteriormente a ele, receberam o nome de *Marchas da Vitória*, a maior sendo a do Rio de Janeiro.

Figura 1 – Passeata dos Cem mil afronta a Ditadura



Fonte: Memorial da Democracia⁵.

Esses poucos exemplos de manifestações populares contrárias ao regime militar brasileiro são indícios de que, ao contrário do postulado no conceito de Ditadura, que a manifestação do povo se esvai com o tempo, a sociedade brasileira se mantinha social e politicamente ativa, demonstrando através desses movimentos sua insatisfação com o governo. Assim, o que houve não foi um arrefecimento do apoio popular ao regime militar capitaneado por passeatas e demonstrações públicas, mas sim, uma reviravolta no sentido dessas manifestações e movimentos populares.

Vale lembrar, ainda, da oposição de luta armada contra o governo militar, como o Movimento Nacional evolucionário (MNR), composto por militares perseguidos pelo regime, a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), que após seu fim origina outros grupos armados, o Comando de Libertação Nacional (Colina), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), responsável pelo sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, em 1969, entre tantos outros. Esses movimentos formam a oposição mais extremada ao governo militar, corroborando a tese de

⁵ Disponível em: <<http://memoraldademocracia.com.br/card/passeata-dos-cem-mil-afronta-a-ditadura#card-70>>. Acesso em: 3 maio.2016.

que a sociedade, apesar de ainda dividida, mudou o foco de suas manifestações.

A terceira e última característica básica de uma Ditadura diz respeito à problemática na transmissão do poder. Segundo Stoppino, o problema está na legitimidade desse poder e, mais precisamente, nas regras de sucessão. Para além das contradições elencadas pelo autor acerca da passagem do poder em uma Ditadura, elenca-se aqui a questão da escolha do candidato do governo que “disputará” as eleições com a oposição. O processo como um todo lembra a tão buscada legitimidade legal nos atos do regime militar, portanto há campanha política, há candidato opositor, há, até mesmo, uma votação, mesmo que apenas ritual.

A exemplo da sucessão presidencial de Artur da Costa e Silva, por motivos de saúde, seu vice-presidente deveria assumir quando efetivamente se desse o seu afastamento da presidência devido à sua saúde debilitada, porém o que se vê é a formação de uma Junta Governativa Provisória, formada pelo General Aurélio de Lira Tavares, pelo Almirante Augusto Rademaker e pelo Marechal-do-Ar Márcio de Sousa Melo.

Apesar das compatibilidades entre as características conceituais de Ditadura e a realidade brasileira entre 1964 e 1985, percebe-se que as divergências são em maior número.

Neste trabalho, será utilizado o Estado Autoritário, conceito mais amplo e abrangente e que também não corresponde integralmente à realidade brasileira durante o regime militar, mas devido justamente à sua abrangência, pode ser mais adequado. Tratando do termo Estado Autoritário, Maria Aparecida de Aquino revela:

Entretanto, sabendo-se dos problemas de elaboração teórica no campo conceitual da ciência política, tendemos a encarar o que pode ser visto como uma deficiência – a excessiva amplitude – como uma qualidade que é válida para as recentes experiências de regimes políticos vivenciados em países que almejam ampliar sua participação no conjunto do sistema econômico mundial, com maior capacidade de manobra e menores dificuldades de expansão de seu desenvolvimento econômico (AQUINO, 2004, p. 46).

Esse cenário de tentativa de expansão econômica era justamente o do Brasil pós 1950, com o incentivo à modernização industrial do país. Para além disso e da generalidade que abarca mais realidades do que exclui, o próprio conceito de Autoritarismo é mais pertinente ao caso brasileiro:

Em sentido generalíssimo, fala-se de regimes autoritários quando se quer designar toda a classe de regimes antidemocráticos. A oposição entre Autoritarismo e democracia está na direção em que é transmitida a autoridade, e no grau de autonomia dos subsistemas políticos (os partidos, os sindicatos e todos os grupos de pressão em geral). Debaixo do primeiro perfil, os regimes autoritários se caracterizam pela ausência de Parlamento e de eleições populares, ou, quando tais instituições existem, pelo seu caráter meramente ceremonial, e ainda pelo indiscutível predomínio do poder executivo. No segundo aspecto, os regimes autoritários se distinguem pela ausência de liberdade dos subsistemas, tanto no aspecto real como no aspecto formal, típica da democracia. A oposição política é suprimida ou obstruída. O pluralismo partidário é proibido ou reduzido a um simulacro sem incidência real. A autonomia dos outros grupos politicamente relevantes é destruída ou tolerada enquanto não perturba a posição do poder do chefe ou da elite governante. Neste sentido, o Autoritarismo é uma categoria muito geral que compreende grande parte dos regimes políticos conhecidos, [...] desde os sistemas totalitários até as oligarquias modernizantes ou tradicionais dos países em desenvolvimento. (STOPPINO, 2000, p. 100).

Dentro dessa caracterização de Autoritarismo, chama a atenção a participação dos “grupos politicamente relevantes”, tolerados pelo governo, mas que ainda assim tem uma capacidade de atuação dentro do contexto social e político da época. Ousa-se dizer que tais grupos, na realidade brasileira, podem ser entendidos como os setores progressistas da Igreja Católica, que fizeram oposição ao regime militar, os estudantes e, especialmente, seu órgão de classe a União Nacional dos Estudantes, UNE, os operários, que realizaram diversas greves contra os arrochos salariais efetivados pelo governo, os artistas que, muitas vezes exilados, denunciavam as ações dos militares no poder e, finalmente, a imprensa que denunciava, quando conseguia escapar à censura imposta, as atividades do governo.

Sobre a participação de grupos com relevância política e social dentro do Estado Autoritário brasileiro:

Nos regimes autoritários a penetração-mobilização da sociedade é limitada: entre Estado e sociedade permanece uma linha de fronteira muito precisa. Enquanto o pluralismo partidário é suprimido de direito

ou de fato, muitos grupos importantes sob pressão mantêm grande parte de sua autonomia e por consequência o Governo desenvolve ao menos em parte uma função de árbitro a seu respeito e encontra neles um limite para seu próprio poder. (STOPPINO, 2000, p. 100).

É então com base na atuação desses movimentos sociais e políticos que o Estado Autoritário brasileiro, muitas vezes, podou suas ações mais coercitivas. Sendo esses grupos de grande importância na busca pela democratização da política nacional.

Por fim, coaduna-se, aqui, com o pensamento de Aquino no que se refere:

Sob muitos aspectos, a realidade multifacetada, móvel e transitória, vivenciada pelo Brasil no longo período entre 1964 e 1985, possui especificidades e ambiguidades, independentemente, de se encontrarem semelhanças com outros regimes. Essas características, relacionadas diretamente à conformação histórica da sociedade brasileira, parecem-nos mais facilmente abrigáveis sob o conceito de Estado Autoritário. (AQUINO, 2004, p. 47).

1.1 O Golpe

A atuação dos militares na política brasileira sempre foi muito presente. Desde a Proclamação da República, em 1889, pelo Marechal Deodoro da Fonseca, passando pelo movimento de 1930, que colocou na presidência Getúlio Vargas, até o ano de 1964, quando o presidente João Goulart é retirado do poder através de um Golpe de Estado. Vale lembrar que, em diversos momentos da história do Brasil, membros do alto escalão militar foram alçados à presidência da República, através do voto ou não, ou tiveram participação direta nos acontecimentos políticos de suas épocas⁶.

⁶ Os presidentes militares foram: marechal Deodoro da Fonseca, eleito pelo Congresso constituinte em fevereiro de 1891, após ocupar o posto como chefe do Governo Provisório; marechal Floriano Peixoto, eleito vice-presidente, que assume após a renúncia de Deodoro da Fonseca, em novembro de 1891; marechal Hermes da Fonseca, sobrinho do primeiro presidente, eleito pelo Partido Republicano Conservador em 1910; marechal Eurico Gaspar Dutra, eleito pelo Partido Social Democrata em 1954. As principais atuações políticas dos militares são: a deposição do presidente Washington Luís pela Revolução de 1930, a assunção da Junta Governativa Provisória, dirigida pelo general Augusto Tasso Fragoso e composta, ainda, pelo almirante José Isaías de Noronha e pelo general, João de Deus Mena Barreto, que passam o poder a Getúlio Vargas, líder civil da Revolução; o próprio Vargas é deposto pelos militares, em 1945, convocando interinamente para seu posto José Linhares; em 1954, no

Os conflitos entre João Goulart e os militares também possuem um histórico mais antigo. Em 1954, quando Ministro do Trabalho do governo Vargas, ele sofreu pesadas críticas pelo seu empenho em aumentar o salário mínimo em 100%. Segundo os militares, essa medida prejudicaria o alistamento de jovens aos quadros do exército. Uma parte do empresariado nacional e internacional e a parte da mídia brasileira se tornaram também opositores do então ministro que acabou renunciando e sendo taxado de comunista. A sociedade brasileira, desde a vitória de Getúlio Vargas em 1950, encontrava-se ainda mais dividida. De um lado estava a burguesia que dependia do capital internacional, os udenistas e militares tidos como conservadores; do lado oposto encontravam-se os trabalhadores e os nacionalistas. Na imprensa, a divisão se polarizou entre o jornal *Tribuna da Imprensa*, cujo proprietário, Carlos Lacerda, era antigo opositor do governo, e do jornal *Última Hora*, de propriedade de Samuel Wainer, que se tornou o representante do poder.

Em 1961, com a problemática da sucessão presidencial instaurada com a renúncia de Jânio Quadros, a imagem que militares, empresários e parte da grande imprensa tinham de Jango, vice-presidente de Jânio, não havia mudado, pelo contrário. João Goulart não estava em solo brasileiro, se encontrava a caminho do país vindo de uma viagem oficial à China, o que agravou ainda mais sua situação no Brasil. É publicado um manifesto assinado pelos ministros militares, este:

Acusava Jango de ser um notório agitador dos meios operários e de ter entregue a “agentes do comunismo internacional” posições chave nos sindicatos, assim como de ter enaltecido o sucesso das comunas populares durante sua recente visita à China Comunista. O manifesto terminava ressaltando que a presidência de Jango poderia favorecer a subversão nas forças armadas, transformando-as assim em “simples milícias comunistas”. Era um sintoma do temor constante por parte dos militares de que um movimento operário “sindicalista” pudesse destituir as forças armadas da sua posição de grupo mais poderoso no cenário político brasileiro. (SKIDMORE, 1982, p. 257).

governo eleito de Getúlio Vargas, um documento assinado por membros do Exército pede a renúncia do presidente, o Manifesto dos Coronéis é um dos fatores que leva Vargas ao suicídio; em 1955, o general Henrique Teixeira Lott depõe o presidente em exercício Carlos Luz e garante a posse do representante eleito Juscelino Kubitschek, no episódio conhecido como Movimento 11 de Novembro. Outras interferências ocorreram e serão tratadas ao longo do texto.

O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, foi o primeiro civil a defender a posse de João Goulart, seu cunhado e conterrâneo. Organizou manifestações de apoio ao então vice-presidente, incentivou a adesão do chefe militar local, general José Machado Lopes, que lhe deu suporte público, contrariando os ministros militares, bem como criou a “Voz da Legalidade” ou “Rede da Legalidade”. Esta era uma cadeia de rádios transmissoras que repetiam o sinal da Rádio Guaíba, reinstalada nos porões da sede do governo gaúcho, e que atingiam a população de outros estados.

Há que se notar que após a adesão do general José Machado Lopes, outros chefes de regimentos regionais também se pronunciaram em favor da legalidade da posse de João Goulart. O general reformado Henrique Teixeira Lott, outrora importante Ministro da Guerra, já havia se manifestado a favor da assunção de Jango e tinha sido preso por ordem dos ministros militares. É clara a falta de coalisão das Forças Armadas neste episódio, o que favorece a negociação para a ascensão ao poder do vice-presidente.

A saída encontrada para o impasse pró e contra João Goulart foi a proposta do Congresso Nacional, um governo parlamentarista, que já havia sido rejeitada pelos ministros militares. Tanto os chefes das Forças Armadas quanto Jango concordaram com um governo cujo chefe seria um primeiro-ministro e o presidente teria seus poderes alijados. Juntamente com esse acordo, marcou-se um plebiscito para 1965, nele o povo decidiria se queria continuar com o parlamentarismo ou não. João Goulart assume em 07 de setembro de 1961 e tem como chefe de gabinete o Primeiro Ministro Tancredo Neves. Os primeiros atos como presidente foram na tentativa de mudar sua imagem perante seus opositores, principalmente os militares e os empresários. A própria composição ministerial teve esse objetivo, para tanto, o presidente indicou representantes dos três maiores partidos para formar o primeiro gabinete. O PTB de Jango, a UDN, União Democrática Nacional, e o PSD, Partido Social Democrático. Estava também na pauta de Jango antecipar o plebiscito o mais breve possível, visto que em 1965, data oficialmente marcada, ele já estaria em final de mandato presidencial.

O sistema parlamentarista não agradou e não cumpriu com seu papel de melhorar a situação econômica do país. Diversos setores políticos queriam antecipar o plebiscito sobre a volta do presidencialismo.

Sob a presidência de Jango, a partir de 1961, sucederam-se três primeiros-ministros no regime parlamentarista: Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima. Nenhum deles conseguiu enfrentar a situação econômica, deteriorada pela inflação herdada do quinquênio de Juscelino, nem se haver com os problemas políticos suscitados por sucessivas greves, reivindicações dos mais variados setores e difíceis de atender e, principalmente, o assédio incessante das forças conservadoras, aglutinadas em torno da UDN. Com a deterioração política, que criava uma instabilidade julgada inconveniente e ameaçadora pela própria classe dominante, a ideia do retorno ao regime presidencialista ganhou crescente apoio político-popular (GORENDER, 2014, p. 18).

Segundo Skidmore, para antecipar o plebiscito seria preciso ainda o apoio dos militares, alguns dos quais desafetos de João Goulart desde 1954. Para tanto, Hermes Lima, novo chefe de gabinete ministerial, faz um grande remanejamento para substituir os opositores de seus postos de comando. Ele indica o general Amauri Kruel para o Ministério da Guerra, arregimentando mais apoio para o pleito que decidiria o futuro do sistema de governo brasileiro:

Havia um amplo apoio, tanto no centro quanto na esquerda, em favor de um pronto retorno ao sistema presidencial. Quase todos os observadores, independentemente de sua opinião política, concordavam em que o Brasil necessitava de um poder executivo federal forte. [...]. Até mesmo alguns dos mais encarniçados inimigos políticos de Jango apoiavam a volta ao sistema presidencial, na crença de que qualquer presidente somente poderia ser considerado responsável se dispusesse de plena autoridade. (SKIDMORE, 1982, p. 270).

Após a assunção dos plenos poderes presidenciais, João Goulart acaba se complicando politicamente em diversos momentos no ano de 1963. Em abril, realiza uma Proposta de Emenda Constitucional que visava alterar a forma como as indenizações para fins de reforma agrária seriam pagas pelo Estado. Ele propunha que, ao invés de serem pagas à vista, elas fossem pagas com títulos do governo. A votação ocorre em outubro e ele, já com a influência política desgastada, perde.

Em setembro, após a confirmação em julgado do caráter inelegível de soldados de baixa patente pelo Supremo Tribunal Federal, explode uma rebelião que toma a capital e faz reféns. A Revolta dos Sargentos é duramente reprimida pelo alto escalão militar. Talvez, em uma tentativa de não se comprometer com nenhum lado, João Goulart não se manifesta sobre o ocorrido. O efeito foi justamente o oposto, acaba por desagrurar a esquerda, apoiadora da ação dos militares, e a cúpula dos oficiais, que viram na ação do presidente um incentivo à quebra da hierarquia institucional das Forças Armadas.

O mês de outubro traria ainda outra derrota para o presidente e mancharia sua imagem nos lados opositos da política brasileira. Em resposta a uma entrevista de Carlos Lacerda, antigo opositor, governador da Guanabara e dono do jornal *Tribuna da Imprensa*, na qual dizia existir uma ameaça ao governo por parte dos militares, João Goulart se prejudica. Ele solicita, através de seus ministros militares, uma autorização do Congresso Nacional para intervir no estado do desafeto, o que lhe é enfaticamente negado. O que o presidente conseguiu foi unir direita, centro e esquerda e aumentar as desconfianças sobre ele:

Os ministros militares queriam rápida aprovação do Congresso, a fim de deterem novas demonstrações e protestos. O Congresso, entretanto, mostrou-se obstinado. A princípio, a bancada do PTB na Câmara dos Deputados assegurou apoio unânime; mas em seguida mudou de opinião ao perceber que a esquerda em peso condenava a medida. Foi como se, de súbito, todos os setores políticos temessem que ela fosse o objetivo de poderes de exceção que o Executivo exerceria através das forças armadas. O brado dos esquerdistas ganhou ressonância por toda parte, desde os grupos extremistas como a UNE, a CGT e parlamentares nacionalistas como Sérgio Magalhães, e até San Tiago Dantas que, às pressas e muito preocupado, avisou Jango de que os poderes de exceção poderiam se tornar facilmente um instrumento de repressão contra as classes trabalhadoras. A UDN denunciou a proposição, à qual também se opuseram o Governador centrista de Minas Gerais (Magalhães Pinto), o Governador esquerdista de Pernambuco (Miguel Arraes) e os Governadores de São Paulo (Ademar de Barros) e da Guanabara (Carlos Lacerda), adversários militantes de Jango. (SKIDMORE, 1982, p. 318-319).

O ano de 1963 acaba desastrosamente, em termos políticos, para o presidente Goulart. E, em 1964, ele busca apoio na esquerda nacional

retomando o tema das Reformas de Base, e se afastando, ao mesmo tempo, da direita, do centro e da esquerda moderada:

Tendo seguido uma política de flutuação em fins de 1963, Jango adotou uma atitude mais impulsiva quando começou o ano de 1964. Em seu discurso de Ano Novo atribuiu a crise econômica do Brasil a políticos obstinados que se recusavam a colaborar nas reformas sociais fundamentais, únicas capazes de salvar o processo constitucional. A tônica foi ainda a reforma agrária, de permeio com uma atitude mais agressiva para com o capital estrangeiro. [...] Quanto mais recorria à teoria da exploração estrangeira como explicação da crise econômica do Brasil, entretanto, mais irremediavelmente voltava o presidente as costas para a esquerda moderada e o centro. (SKIDMORE, 1982, p. 335-336).

O comício no Rio de Janeiro, estado de seu antigo desafeto Carlos Lacerda, deveria ser o primeiro de muitos outros, que aconteceriam em grandes cidades do país e tinham como objetivo demonstrar o apoio popular ao presidente e às reformas de base:

De crise em crise, chega-se ao comício de 13 de março, quando uma concentração de mais de 200 mil pessoas, em frente à estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio, comandada por Goulart, na presença de todo o seu ministério e vários governadores, aclama algumas das Reformas de Base assinadas ali pelo presidente. Tal comício era uma demonstração de força realizada como tentativa de paralisar a sedição, já em público andamento. É um momento muito forte, mas que não deixa saldo organizativo para um enfrentamento concreto. E leva os generais a marcarem data para a ação. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2011, p. 63).

A imprensa em peso noticiou com grande alarido o comício no Rio de Janeiro que encontrou eco em uma sociedade já acostumada, pela atuação da própria mídia, a desconfiar das ações comunistas do presidente. A reação da população não tardaria a aparecer, surgiu também na forma de um ato público, *A Marcha da Família com Deus pela Liberdade*:

No dia 19 de março, meio milhão de pessoas se reuniram, em São Paulo, na primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade, desfilando da Praça da República à Praça da Sé. Organizada por entidades da direita política e com o apoio do clero católico, era uma clara manifestação antigovernamental da classe média. A sociedade estava nitidamente cindida. Irritada pelas numerosas greves, pela carestia, pelo desabastecimento de gêneros alimentícios e pela inoperância oficial, a classe média se passou maciçamente para o campo dos opositores do governo Jango. (GORENDER, 2014, p. 25).

Figura 2 – Marcha reage ‘com Deus’ contra Jango



Fonte: Memorial da Democracia⁷

Apesar da grande participação popular contra o presidente Goulart, faltava formar uma unidade nas Forças Armadas que permitiriam a ação contra ele. Os militares já haviam se dividido no episódio da sucessão presidencial de 1961 e não poderiam estar divididos se quisessem tirá-lo do poder. Em 25 de março de 1964, a divisão interna dos militares seria diminuída, juntamente, com a autoridade do presidente perante o andar de baixo dos quartéis também se animou, só que em outra direção.

Soldados e marinheiros transformaram os dias finais de março em um prelúdio revolucionário, apavorando de vez os membros do alto escalão, ainda indecisos se deveriam derrubar Goulart. No prédio do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, cerca de 2 mil marinheiros se rebelaram pelas “reformas de base”, por melhores condições de trabalho e pela reforma do draconiano código disciplinar da Marinha. Foi exibido *O Encouraçado Potemkin*, o que animou ainda mais a marujada. A realidade imitava o filme. Os Fuzileiros Navais que foram encarregados de reprimir o movimento aderiram à causa, com apoio do seu comandante Cândido Aragão, e a população civil forneceu alimentos aos marinheiros. Jango teve uma atitude ambígua em relação aos amotinados. Proibiu a invasão do prédio, o que causou a renúncia do Ministro da Marinha, Silva Mota. Em seguida, após um acordo, ordenou a prisão dos amotinados,

⁷ Disponível em:< <http://memoraldademocracia.com.br/card/marcha-reage-com-deus-contra-jango#card-3> >. Acesso em: 28 abr.2016.

enquanto preparava sua anistia, realizada em ato contínuo. É consenso na historiografia que o episódio convenceu os últimos oficiais hesitantes das Forças Armadas que o próprio governo patrocinava a sublevação dos quartéis e a quebra da hierarquia militar. Os legalistas mais convictos ficaram isolados. (NAPOLITANO, 2014, p. 46).

Outro evento que contribuiu para o rompimento entre governo eleito e militares foi uma reunião, em 30 de março de 1964, de suboficiais que reivindicavam melhorias nas condições e trabalho. Apesar de proferir um discurso conciliador, João Goulart desagradou, novamente, o alto escalão das Forças Armadas. Segundo Napolitano (2014, p.46), o problema era a própria presença do presidente da República falando diretamente com os subalternos que, para eles, passava por cima da autoridade e hierarquia militar.

O entendimento do comando das Forças Armadas sobre esses dois acontecimentos foi que houve uma quebra da disciplina e da hierarquia militares. A cúpula militar estava unida. O resultado dessa união é conhecido por todos e foi resumido no livro Brasil: Nunca Mais, publicado pela Arquidiocese de São Paulo:

Em 1º de abril de 1964, é vitoriosa a ação golpista, praticamente sem resistência. Era evidente que todo aquele movimento nacionalista e popular, estruturado em bases essencialmente legais, não tinha condições de enfrentar a força das armas. A gestação chega ao final e o Brasil entra numa fase de profundas transformações. (ARNS, 2011, p. 63).

O governo dos Estados Unidos, defensor do capitalismo, do livre comércio, dos investimentos internacionais das empresas e de um menor papel do Estado; e o governo soviético, que propunha a socialização da economia, dos meios de produção e sua tutela pelo Estado, ambos os governos polarizaram o mundo a partir dos anos 40 do século XX. A influência deles se fez sentir em países como China e Cuba, que realizaram a “Revolução Comunista” e sofreram pesadas sanções dos países alinhados ao capitalismo, o Vietnã, no qual os norte-americanos ocuparam a região sul do país e onde travaram uma sangrenta guerra por 10 anos até serem derrotados e obrigados a se retirar em 1975.

A intervenção do governo norte-americano nos países alinhados ao capitalismo era prática comum, principalmente posterior a 1945, a fim de garantir seu apoio. Espionagem, ajuda financeira, por meio de empréstimos governamentais e bancários, investimentos de empresas privadas, treinamento militar e doutrinação ideológica eram algumas das áreas de atuação. No caso da América Latina, a política de intervenções se acentua após a Revolução Cubana, em 1959, que segundo Eric Hobsbawm não nasceu comunista, mas se moldou antiamericana por causa dos acontecimentos posteriores à sua eclosão. Segundo ele, foram as tentativas de derrubada do governo de Fidel Castro e o bloqueio econômico realizados pelos Estados Unidos que aproximaram Cuba e a União Soviética (HOBSBAWN, 1995, p. 427).

Na América Latina os efeitos da Revolução Cubana se fizeram sentir através de uma maior intervenção do governo americano nos assuntos dos países latinos. Há que se lembrar, entretanto, que a política externa dos Estados Unidos em relação ao restante do continente foi, desde o início do século XIX, de controle e vigilância⁸.

Na segunda metade do século XX, uma outra ideologia cresce entre o governo norte-americano e se transforma em política externa. O anticomunismo se traduz na Doutrina Truman, criada por Harry Truman em 1947, e preconizava, entre outros, a ideia do inimigo interno e externo e o empenho em combatê-los e a necessidade de ajuda financeira na reconstrução dos países europeus, realizada através do Plano Marshall.

1.2 Segurança Nacional e Desenvolvimento

O governo militar que tem início em 1964 e se estende até 1985, com a eleição de um presidente civil, mesmo que de forma indireta, se insere dentro do contexto global da Guerra Fria. Esta se caracterizou pelo confronto entre o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos da América, e o bloco

⁸ Fala-se especialmente da Doutrina Monroe, publicada em 1823, que tinha como lema "A América para os americanos", e propunha a auto gerência nos assuntos relacionados ao continente americano e, na prática, significou a hegemonia dos norte-americanos sobre os demais países.

socialista/comunista, comandado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS. Tratou-se de uma disputa pela hegemonia mundial que repercutiu nos campos econômico, tecnológico, político e geopolítico, social, cultural, esportivo e, sobretudo, ideológico. Apesar de momentos de grande tensão, que poderiam ter desencadeado conflitos com armas nucleares, o duelo entre as duas potências foi contornado, quase sempre, pela diplomacia.

Pode-se datar o início da Guerra Fria em 12 de março de 1947, quando o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, faz um discurso ao Congresso norte-americano assumindo o compromisso de “defender o mundo da ameaça comunista”. O governo americano, defensores do capitalismo, do livre-comércio e dos investimentos internacionais, e a União soviética, que propunha a socialização da economia e dos meios de produção e sua tutela pelo Estado, polarizaram o mundo saído da II Guerra Mundial. A influência de um ou outro se fez sentir em países como Cuba e China e outros tantos na América Latina.

A intervenção norte-americana nos países de seu bloco capitalista foi prática corrente no pós-1945, a fim de garantir seu apoio. Espionagem, ajuda financeira, seja através de empréstimos estatais ou investimentos de empresas internacionais, dominação cultural, treinamento militar e doutrinação ideológica eram alguns dos campos de atuação. Com base nessa política intervencionista dos Estados Unidos, a América Latina desempenha papel fundamental por ser o “quintal” da influência política e econômica desde meados do século XIX⁹.

Na América Latina, a ingerência do governo norte-americano se radicaliza após a Revolução Cubana de 1959¹⁰, pois acreditavam ser de carácter comunista. Porém, para o historiador Eric Hobsbawm, foi justamente a

⁹ Trata-se da chamada Doutrina Monroe, que foi uma advertência dada pelos Estados Unidos aos países europeus para não interferiram nos assuntos do continente americano, sua máxima era “América para os americanos”. Essa política externa foi complementada pela Doutrina do Destino Manifesto, segundo a qual a Providência Divina teria garantido aos norte-americanos o domínio da América e a vanguarda do mundo.

¹⁰ Após a Revolução Cubana, diversos países da América Latina tiveram seus governos democráticos substituídos por regimes militares, que gozavam do apoio dos Estados Unidos, entre eles: Argentina (1966-1973), Chile (1973-1990), Equador (1972-1979), Bolívia (1971-1985), Peru (1968-1980). Dentre as teorias mais aceitas sobre a simultaneidade dos regimes militares na América Latina encontra-se aquela que vincula a política externa norte-americana, com o combate ao comunismo, e a tomada de poder pelos militares.

interferência dos Estados Unidos em Cuba que aproximou a ilha da URSS e a tornou cada vez mais dependente dela.

A interferência dos Estados Unidos na América Latina e, mais especificamente, no Brasil seguiu os princípios da Doutrina de Segurança Nacional. Esta preconizava a ideia do inimigo externo, as nações aliadas à União Soviética e que procuravam estender sua área de influência, e do inimigo interno, o subversivo que tenta alterar a ordem capitalista vigente. Para combatê-los, o governo norte-americano não poupou esforços bélicos ou financeiros.

O aspecto econômico da Doutrina Truman foi traduzido no Plano Marshall, isto é, a reconstrução financeira da Europa, a fim de minimizar o impacto, principalmente na classe trabalhadora, do ideário socialista/comunista de igualdade, socialização dos meios de produção e diminuição das diferenças sociais. Por outro lado, a faceta militarista desta doutrina se traduziu nas intervenções armadas em países rivais, aliados ou neutros, e no controle ideológico desses Estados que também era de vital importância na luta contra a subversão. Para tanto, foi disseminado um ideário anticomunista, principalmente através do *National War College* (Escola Nacional de Guerra), onde eram oferecidos cursos para as lideranças políticas e militares, não só norte-americanas, de combate ao comunismo, interno e externo.

O final da década de 1940 é palco da criação, no Brasil, da Escola Superior de Guerra (ESG), "que tomou como modelo o *National War College* dos Estados Unidos e se tornou o bastião do anticomunismo e a defensora do livre comércio" (SERBIN, 2001, p. 87). Além da disseminação de uma ideologia contrária ao comunismo, a Escola Superior de Guerra vai ter papel fundamental na formação de quadros militares e civis com base neste ideário e na elaboração do governo pós-1964.

Segundo Miklos, a ideologia do regime militar foi forjada pela Escola Superior de Guerra, com o lema "Segurança Nacional e Desenvolvimento", para ele:

Esse pensamento teve início antes, o interior da Escola Superior de Guerra, fundada em 1949, sob influência norte-americana, que desenvolveu a teoria de intervenção no processo político nacional. A síntese da teoria da preservação da Defesa Nacional afirmava que

não se tratava mais de fortalecer o poder nacional contra eventuais ataques externos, mas reunir forças para combater um “inimigo interno” que procurava solapar as instituições (MIKLOS, 2013, p. 147).

O autor confirma a utilização da ideia do “inimigo interno” na Escola Superior de Guerra e sua importação de terras norte-americanas, confirma o uso da Defesa Nacional como pretexto para a perseguição do inimigo interno. A identificação deste é encontrada em Skidmore

Da doutrina ali ensinada constava a teoria da “guerra interna” introduzida pelos militares no Brasil por influência da revolução Cubana. Segundo essa teoria, a principal ameaça vinha não da invasão externa, mas dos sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais, das organizações de trabalhadores rurais, do clero e dos estudantes e professores universitários. Todas essas categorias representavam séria ameaça para o país e por isso teriam que ser, todas elas, neutralizadas ou extirpadas através de ações decisivas (SKIDMORE, 1988, p. 22).

Para um eficaz controle do inimigo interno, a Doutrina de Segurança Nacional atuou não só na repressão, mas, principalmente, na formação ideológica das futuras gerações. Isso já se encontrava presente no ideário anticomunista amplamente divulgado pela mídia brasileira. Porém, o governo militar pós-1964 decide introduzir seu pensamento na rede oficial de ensino. Afinal, o estudante de hoje é o trabalhador de amanhã e é preciso que ele esteja de acordo com a política nacional de combate ao comunismo.

Assim, em 12 de setembro de 1969, o Decreto Lei 869/1969 é outorgado pela Junta Governativa Provisória¹¹ e torna o ensino de Educação Moral e cívica obrigatório “nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País”. O seu artigo 2º dispõe sobre os objetivos da disciplina

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;

¹¹ O general Artur da Costa e Silva estava afastado da função de presidente da República devido a problemas de saúde.

- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. (BRASIL, Lei 869, 1969, art. 2º).

Verifica-se nos objetivos da disciplina Educação Moral e Cívica a valorização da obediência ao governo, a subordinação das vontades individuais ao coletivo, ao Estado, à nação. No mesmo Decreto-Lei, impõe a disciplina Organização Social e Política Brasileira, OSPB, para os estabelecimentos de nível médio e a criação da Comissão Nacional de Moral e Civismo, CNMC, indicada pelo presidente da República e com objetivos de difundir e convocar a colaboração para o civismo entre os sindicatos, órgãos de imprensa como jornais, editoras, cinema, rádio, televisão, entidades esportivas, de recreação, de classe e profissionais e empresas de publicidade (BRASIL, Lei 869, 1969, art. 3º, art. 5º). A criação dessas duas disciplinas, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, de caráter ufanista e subserviente congregou a extinção de outras, como Sociologia e Filosofia, de caráter questionador, contestador e que não interessavam aos objetivos do governo.

Se, por um lado, o governo militar conseguiu o suporte de grande parte da sociedade brasileira com essas medidas, por outro, havia aqueles que insistiam em preterir o regime autoritário. Para esses a resposta foi muito mais dura.

1.3 Repressão e Controle Político

A Doutrina de Segurança Nacional, guia das políticas públicas do governo militar, somente se confirma em instituto legal em 1967, sob o Decreto Lei nº 314 de 13 de março, assinado nos últimos dias do governo do marechal

Castelo Branco, confirmado em 1969, no Decreto Lei nº 898 de 29 de setembro, assinado pela Junta Governativa Provisória, que substituiu Costa e Silva. Os efeitos práticos da Doutrina se fizeram sentir muito antes na população brasileira. Logo após o Golpe de 1964, já se iniciaram as perseguições contra os “inimigos internos” da chamada Revolução, amparadas pelo Ato Institucional nº 1, que previa a suspensão de direitos políticos dos que eram contrários ao regime.

De posse de uma aura de legalidade, os militares passaram a caçar seus adversários. Foi de fato uma “operação limpeza” e, segundo Maria Helena Moreira Alves, foi “o conjunto de práticas que, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, pretendia através das forças repressivas parar o Estado de controle contra qualquer possível oposição política, econômica, psicossocial e militar” (ALVES, 1984, p. 56).

A “operação limpeza” realizada pelos militares causou enorme impacto no cenário político nacional, com a cassação de figuras proeminentes:

Quando se encerrou, a 11 de junho de 1964, o prazo que o primeiro Ato havia estabelecido para as cassações, o balanço inicial foi de 378 atingidos; três ex-presidentes da república (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart); seis governadores de Estado; dois senadores; 63 deputados federais mais de três centenas de deputados federais e vereadores. Foram reformados compulsoriamente 77 oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica. Aproximadamente dez mil funcionários públicos foram demitidos e abriram-se cinco mil investigações, atingindo mais de 40 mil pessoas (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2011, p. 65).

Como demonstrado acima, não foi somente a casta política que sofreu com as represálias do governo militar, membros das próprias Forças Armadas e do funcionalismo público foram castigados por suas ideias “subversivas”. Os demais atingidos pela política higienista que solapou o Brasil no pós-1964 eram membros das mais diversas organizações da sociedade civil e provavelmente foram identificados como agitadores, simpáticos ao comunismo.

Os rebeldes estavam “empurrando uma porta aberta” na clássica expressão dos brasileiros. Mas eles não estavam à procura apenas de adversários armados; queriam pôr as mãos também naqueles líderes “subversivos” que supostamente estavam levando o Brasil para o comunismo. Milhares foram presos através do país na “Operação Limpeza”, inclusive membros de organizações católicas,

como o Movimento de Educação de Base (MEB), a Juventude Católica Universitária (JUC) e outras cujas atividades de organização ou caritativas atraíram a suspeita da inteligência militar ou do DOPS, a polícia política. [...]. Outros alvos foram oficiais das três armas considerados pelos setores de inteligência dos rebeldes como favoráveis à esquerda, assim como os organizadores do proletariado tanto urbano como rural. (SKIDMORE, 1988, p. 55-56).

Desde o início do governo autoritário, a repressão da sociedade visando seu controle é uma de suas principais características. Aos poucos, ela se aprimorou e se institucionalizou, torna-se ação frequente, mesmo corriqueira, do Estado através de seu braço repressivo, a polícia.

A repressão política, porém, emanava do coração do regime e tinha uma nova qualidade. Não se tratava mais de espancar o notório dirigente comunista capturado no fragor do golpe. A tortura passara a ser praticada como forma de interrogatório em diversas guarnições militares. Instalado com meio eficaz de combater a “corrupção e a subversão”, o governo atribuía-se a megalomaníaca tarefa de acabar com ambas. (GASPARI, 2014, p. 136).

Foi criada uma Comissão Geral de Investigações, que ficou a cargo de um general do exército. Sua principal tarefa seria controlar os Inquéritos Policial-Militares, IPMs, estes, por sua vez, eram responsáveis pela averiguação dos possíveis casos de subversão ou corrupção governamental.

Ao encerrar suas atividades, em novembro de 1964, a CGI examinara 1110 processos envolvendo 2176 pessoas e recomendara punições para 635. Enquanto isso, só um IPM, o da rebelião dos marinheiros, indiciara 839 cidadãos, levara 284 a julgamento e terminara com 249 condenações, todas as penas superiores a cinco anos de prisão. Nenhum larápio foi condenado a metade disso. (GASPARI, 2014, p. 136-137).

O ano de 1968 foi crucial para a sociedade que lutou contra a repressão do governo e também para os militares que, cedendo à pressão da chamada “linha dura”, consolida sua política de repressão social, desumanizando ainda mais a atuação policial e militar. Os acontecimentos deste ano mudaram o curso das ações tanto do governo quanto dos seus adversários.

Em fevereiro eclode uma movimentação dos atores de teatro no Rio de Janeiro e em São Paulo, que conta com uma greve de 72 horas.

A greve e as outras manifestações de protesto haviam sido motivadas pela proibição das peças *Um bonde chamado desejo*, de Tennessee Williams, *Senhora boca do lixo*, de Jorge de Andrade, e *Poder Negro*, do americano Roy Jones. Não satisfeita com a proibição, a censura suspendera também, por 30 dias, a atriz Maria Fernanda e o produtor Oscar Araripe. (VENTURA, 1988, p. 95).

A classe artística foi uma das mais combativas ao regime militar, principalmente por causa da censura. Muito popular e amplamente estudada, a música de protesto era uma das principais estratégias de resistência ao Estado Autoritário. O teatro, segundo Zuenir Ventura (1988, p. 94), encontrava-se em uma encruzilhada, por um lado podia reagir e justificar a censura, por outro, nada fazer e esperar o fim dela, que poderia nunca acontecer.

Os estudantes, principalmente universitários, foram os primeiros grupos a se rebelarem contra o governo militar. O que lhes rendeu severa perseguição por parte do Estado Autoritário brasileiro. Já em 1964, a entidade máxima dos estudantes, a União Nacional dos Estudantes (UNE), teve sua sede incendiada e foi proibida de se organizar livremente, só poderia fazer reuniões sob a tutela do governo. Apesar da proibição, os estudantes continuaram a fazer suas reuniões nacionais, muitas delas sendo alvo de ação policial e resultando em muitos presos. Por causa justamente da forte repressão, o movimento estudantil acaba se aproximando da esquerda política, também reprimida pelos militares.

Em 1968, o movimento estudantil toma novo fôlego graças a duas pautas urgentes, a necessidade de investimentos em universidades públicas, e consequente melhoria nas condições de estudo, e o alto custo das universidades particulares, o destino daqueles que não passavam nos vestibulares, e que impedia o acesso aos filhos dos trabalhadores¹². As palavras de ordem das manifestações deixam claro seu objetivo. “O grito dos estudantes durante suas manifestações em 1968 era “vagas! vagas!” e alguns desses gritos vinham de alunos do curso secundário prestes a enfrentar o fantasma do vestibular” (SKIDORE, 1988, p. 154).

¹² Uma ampla reforma no sistema educacional brasileiro ocorreu sob a orientação do Usaïd (United States Agency for International Development) e ficaram conhecidos como Acordos MEC-Usaïd. Para maiores informações sobre os acordos ver Márcio Moreira Alves, o beabá dos MEC-Usaïd, 1968, o autor era deputado federal e constante opositor do governo militar.

Em finais de março de 1968, teve vez uma manifestação de estudantes no centro do Rio de Janeiro, no restaurante Calabouço pedindo a baixa no preço da comida. A polícia militar foi chamada para dispersar os estudantes. O confronto acabou com vários disparos, com diversos estudantes baleados e com um corpo. O secundarista Edson Luís de Lima Souto foi atingido no peito por um disparo e caiu, seu corpo foi disputado por manifestantes e policiais sendo, por fim, levado à Assembleia Legislativa do Estado para não desaparecer como muitos outros. O relato do assassinato do jovem estudante tomou os jornais brasileiros, acompanhado da imagem de seu corpo sem vida, e repercutiu Brasil afora, gerando diversas manifestações de estudantes e da sociedade em geral. O enterro de Edson Luís se tornou uma outra manifestação.

Logo que a notícia do tiro do Calabouço percorreu a cidade, os teatros suspenderam os espetáculos, os bares da moda agitaram-se e fez-se uma romaria ao velório. Ao lado das figuras fáceis estavam agora a atriz Tônia Carrero, sempre contida em suas manifestações políticas, e o pintor Di Cavalcanti, tocado na sua proverbial preguiça. O caixão de Edson Luís foi carregado da Cinelândia ao cemitério São João Batista, acompanhado por um cortejo estimado em 50 mil pessoas¹³. Uma faixa dizia: 'Os velhos no poder, os jovens no caixão', e outra perguntava: 'Bala mata fome?'. O crime chocara o país. Era como se ele fosse esperado havia anos, como uma senha de que chegara a hora de fazer alguma coisa. (GASPARI, 2014, p. 279-280).

As missas pela morte de Edson Luís também foram marcadas por manifestações populares. A Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, foi palco de uma delas, talvez a mais conhecida.

No dia 4 de abril foi celebrada missa pela alma de Edson, ao meio-dia, na igreja da Candelária, localizada no coração do Rio de Janeiro. Compareceram milhares, inclusive empregados de escritório que aproveitaram a hora do almoço para expressar sua tristeza e seus sentimentos contra o governo. Ao sair da igreja, a multidão foi atacada a sabre pelos cavalarianos da polícia, atitude que apenas fez crescer o movimento de protesto. Marchas de solidariedade foram realizadas em muitas outras cidades, inclusive Salvador e Porto Alegre. (SKIDMORE, 1988, p. 152-153).

¹³ O autor esclarece a respeito do número de manifestantes, se mostra cético ao total anunciado, 50 mil pessoas, mas afirma ser de importância ímpar o movimento por ser o maior visto desde 1964.

Figura 3 - Capa do Jornal do Brasil, em 29 de março de 1968, com o corpo de Edson Luís sendo velado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro



Fonte: Jornal do Brasil¹⁴

Outros acontecimentos dignos de nota também ocorreram em 1968, realizados pelos estudantes contra os atos do governo militar. Citam-se aqui, o Congresso Nacional da UNE, ocorrido em Ibiúna no mês de outubro, a Sexta-Feira Sangrenta, conflito entre estudantes e policiais nas ruas do Rio de Janeiro em junho, e a famosa Batalha na rua Maria Antônia, centro de São Paulo, que opôs estudantes da Mackenzie, apoiados pelo Comando de caça aos Comunistas (CCC), e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em outubro. Os operários brasileiros também se manifestaram em 1968, expressaram através de greves sua indignação com a política salarial do Estado Autoritário¹⁵. As greves ocorrem em um momento conturbado para a sociedade brasileiro, logo após a morte de Edson Luís e das manifestações que tomaram as ruas.

Quando a classe média parecia acalmar-se, explodiu uma greve de metalúrgicos no município mineiro de Contagem, nas cercanias de

¹⁴ Disponível em:< http://www.rebeliao.org/novo/wp-content/uploads/2013/03/Not%C3%A3o_Jornal_do_Brasil.jpg >. Acesso em: 29 mar.2016.

¹⁵ Essa questão será tratada mais à frente em Milagre Brasileiro.

Belo Horizonte. Primeiro pararam 1200 trabalhadores da siderúrgica Belgo-Mineira. Em três dias o movimento alastrou-se para quatro outras indústrias, e o número de operários subiu a 16 mil. Depois de duas semanas e negociação, os trabalhadores levaram um abono de 10% e o gosto de terem ferido a política salarial do governo (GASPERI, 2014, p.285).

O dia do Trabalho de 1968, na cidade de São Paulo, foi, literalmente, palco de outra manifestação, desta vez de trabalhadores. Durante um comício organizado pelo Partido Comunista Brasileiro, PCB, junto com o governador do Estado, Roberto de Abreu Sodré, que tinha intenções eleitoreiras, se rebelaram. O comício nem bem havia começado quando foi interrompido pelas vaias do público presente, seguidas por objetos lançados aos presentes no palco. Os manifestantes tomaram seu lugar e fizeram seus discursos, depois saíram em passeata pelas ruas da cidade, que acabou com a depredação de uma filial do banco norte-americano Citibank.

Além dessas manifestações de trabalhadores, teve lugar outra greve, porém esta ia muito além das exigências salariais.

Na verdade, esta greve foi muito mais política do que a de Contagem. O presidente do sindicato de Osasco, José Ibrahim, não era somente um metalúrgico, mas também um universitário das fileiras dos ativistas católicos. Os militantes antigoverno desse sindicato foram encorajados pela mobilização dos estudantes do Rio, conseguida a despeito (e no fim por causa) da repressão do Exército e da polícia. (SKIDMORE, 1988, p. 158).

A novidade dessa greve em Osasco reside em três fatores que a diferenciam da ocorrida em Contagem. Primeiro porque o sindicato assumiu a autoria do movimento, o que poderia inspirar outros movimentos a fazer o mesmo. Segundo, as motivações dos líderes e o movimento em si eram políticos, contrários ao governo autoritário. Terceiro, a greve veio de São Paulo, o maior centro industrial do país. (SKIDMORE, 1988, p. 158).

Figura 4 - Trabalhadores tomam o palanque no dia 1º de maio de 1968 e depois saem em passeata pelas ruas de São Paulo



Fonte: Memorial da Democracia

Além dessas manifestações sociais contra o Estado Autoritário e suas políticas públicas pós-1964, ocorreram, em alguns momentos, embates políticos entre a oposição consentida, MDB, e o governo. Um dos piores conflitos ocorreu justamente em 1968, após o discurso do deputado federal Márcio Moreira Alves que pedia um boicote aos militares. Ele incitava as mulheres brasileiras a sabotar seus maridos militares, no caso de serem casadas, e a não se relacionarem com oficiais, se fossem solteiras. O discurso teve dois pontos de vista totalmente diferentes, a sociedade civil o percebeu em tom de brincadeira, gerando muita galhofa, os altos postos militares, porém, exigiam a suspensão da imunidade parlamentar do deputado para que pudessem processá-lo. A primeira resposta da Câmara dos Deputados foi a recusa a esse pedido.

Após uma manobra do governo, substituindo os membros da comissão que analisava o pedido de suspensão do deputado Márcio Moreira Alves, houve uma votação na Casa Parlamentar.

A Câmara realizou a votação em 12 de dezembro. Para surpresa de muitos e revolta dos linhas-duras, o pedido do governo foi rejeitado por 216 a 141 (com 15 abstenções). Seguiu-se verdadeiro

pandemônio no plenário da Câmara. Alguém começou a cantar o hino nacional e todos fizeram o mesmo. Os deputados congratulavam-se mutuamente por sua coragem. A emoção de haverem desafiado os militares era contagiante. Mas Márcio Alves sabia que era agora inimigo público número um. Rapidamente abandonou o recinto da Câmara e desapareceu clandestinamente rumo ao exílio (SKIDMORE, 1988, p. 165).

A resposta do Estado Autoritário não demorou a dar retorno, veio na noite do dia 13 de dezembro, a publicação do Ato Institucional nº 5, o mais terrível de todos os Atos Institucionais, e do Ato Complementar nº 38, que colocou o Congresso Nacional em recesso.

Ao contrário dos atos anteriores, no entanto, o AI-5 não vinha com vigência de prazo. Era a ditadura sem disfarces. O Congresso é colocado em Recesso, assim como seis assembleias legislativas estaduais e dezenas de câmaras de vereadores em todo o país. Mais 69 parlamentares são cassados, assim como o ex-governador carioca Carlos Lacerda, que fora um dos três principais articuladores civis do golpe militar, ao lado do ex-governador paulista Adhemar de Barros, já cassado em 1966, e do governador mineiro Magalhães Pinto, que sobreviveu às punições. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2011, p. 67).

Para além desses poderes, o chamado “golpe dentro do golpe” decretou o fim do *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional, conferiu ao presidente da República o poder de caçar mandatos e suspender os direitos políticos de quaisquer pessoas, demitir funcionários públicos, proibir as manifestações políticas e confiscar bens de investigados.

Os resultados do AI-5 foram, por um lado, o aumento da resistência de grupos armados ao governo, que não tinham mais esperança de uma solução democrática e, por outro, o aumento da repressão exercida pelo governo a toda sociedade civil. Da luta armada vieram os sequestros de diplomatas estrangeiros que foram trocados por presos políticos que seriam exilados do país. Destino que também tiveram diversos intelectuais, artistas, estudantes, líderes trabalhistas, jornalistas, políticos, etc., por vontade ou imposição. Desse segundo expurgo oriundo do AI-5 também resultou o recrudescimento da censura aos meios de comunicação e a criação de uma aura artificial de conformidade da sociedade para com o Estado Autoritário.

1.4 Milagre Econômico

Para Jorge Miklos (2014, p. 147), a Doutrina de Segurança Nacional, forjada na Escola Superior de Guerra, continha em si um caráter extremamente ligado ao desenvolvimentismo econômico, sendo uma atualização do antigo lema positivista “Ordem e Progresso”, estampado na Bandeira Nacional Brasileira. Apesar de ter nascido com o intuito de consolidar suas relações com o capitalismo e com os Estados Unidos, através da modernização do parque industrial e do crescimento econômico, o Estado Autoritário pós-1964, só atingiu esses propósitos a partir de 1968, com o início do chamado Milagre Econômico, e mesmo assim, com grandes restrições e severas consequências futuras.

O projeto econômico dos militares se traduzia no crescimento de uma indústria nacional voltada para o mercado externo, dependente dele na verdade, principalmente dos Estados Unidos, na diminuição dos movimentos de trabalhadores, a fim de facilitar os investimentos de indústrias internacionais, e na interferência estatal na economia, especialmente na elaboração de grandes obras de construção civil, gerando empregos. Os privilégios concedidos ao capital estrangeiro também foram uma forte característica do governo militar.

O projeto quando analisado em sua totalidade, ou seja, nos 21 anos em que os militares estiveram no poder não impressiona, na verdade, se mantém quase o mesmo do período anterior.

Quando vistas em uma perspectiva histórica mais longa, as realizações econômicas do regime, em parte, se diluem. Entre 1948 e 1963, o crescimento médio do PIB foi 6,3%. Entre 1964 e 1985, foi de 6,7%. A exuberância de crescimento do “milagre” dos governos Costa e Silva e Médici (1968-1973) e do crescimento induzido pela política do governo Geisel (1974-1979) foi, em grande parte, anulada pela política recessiva do primeiro governo militar e pela profunda crise econômica pós-1980. (NAPOLITANO, 2014).

O período entre 1968 e 1974, porém, conheceu grande crescimento econômico, impulsionado principalmente pelos investimentos estrangeiros, pelo controle da inflação, pela estabilização da economia (SERBIN, 2001, p. 96) e

pelo arrocho salarial realizado pelo governo, juntamente com a repressão aos movimentos sociais e sindicatos. O desenvolvimento econômico brasileiro, no entanto, é inegável, os números falam por si.

A dança, para o alto, dos números impressionava, e impressiona até hoje, já que o país nunca mais apresentou tão elevados resultados: 9,5%, em 1970; 11,3%, em 1971; 10,4%, em 1972; 11,4%, em 1973. Na ponta, a indústria, com taxas de 14% anuais, com destaque para as locomotivas do processo: a indústria automobilística, a de eletrônicos, a construção civil, com taxas superiores a 20% ao ano. Mesmo os setores menos dinâmicos, como o de bens de consumo popular, apontavam índices inusitados: 9,1%, em média, para o período. As exportações tiveram aumentos de 32% ao ano, ensejando um ritmo equivalente das importações (REIS FILHO, 2014, p. 79).

O Estado Autoritário fez sua parte, pelas mãos do Ministro da Fazenda Delfim Neto, que determinou o congelamento dos preços e do salário mínimo, além de aumentar a oferta de crédito bancário no país. Desta maneira, a classe média brasileira teve acesso aos produtos que a indústria produzia, com aparelhos eletrônicos e automóveis, televisores, geladeiras e outros eletrodomésticos tomam as casas da classe média:

O aparelho de TV vai se difundindo rapidamente para a base da sociedade, com o auxílio valioso do crédito de consumo. Bastaram vinte anos para que 75% dos domicílios urbanos o possuíssem: em 1960, havia em uso apenas 598 mil televisores; dez anos depois, 4.584.000; em 1979, nada menos do que 16.737.000, sendo 4.534.000 televisores em cores. (NOVAES; MELLO, 1998, p. 638).

O automóvel é o outro produto da industrialização brasileira do período, pululam as montadoras internacionais, atraídas por condições extremamente favoráveis à maximização de seus lucros: os incentivos fiscais concedidos pelos governos, a instalação de infraestrutura necessária à sua instalação, uma política trabalhista nacional de desvalorização e arrocho salarial e um mercado interno emergente, financiado pela grande oferta de crédito. O consumo deste produto da “indústria nacional” também cresce:

O setor industrial mais dinâmico foi o de veículos motorizados, que cresceu à taxa anual de 34,5 por cento. Dessa produção, que atingiu o total anual, em 1969, de 354.000 unidades, 67 por cento eram carros de passageiros, o resto caminhões e ônibus. Essa relação

contrastava fortemente com o período de 1957-69, quando a parcela dos carros de passageiros era apenas 49 por cento. A produção estava se inclinando para a forma de transporte menos eficiente quanto ao uso de combustível (SKIDMORE, 1988, p. 277).

O aumento vertiginoso no número de automóveis que circulavam pelas cidades fez com que o governo militar e seus representantes nos governos estaduais e municipais privilegiasssem o desenvolvimento da infraestrutura necessária para este tipo de transporte. Não era desejável somente ter um carro, era preciso que ele fosse sinônimo de agilidade no transporte urbano, que ele fosse melhor que o transporte coletivo que levava os trabalhadores de baixa renda todos os dias de suas casas para o trabalho e de volta. Ter carro se tornou, além de uma distinção social, uma “necessidade de transporte”, mesmo que isso fosse refletir em um trânsito que as cidades não suportariam no futuro.

Em 1968 havia 7 milhões de deslocamentos diários, cifra que em 1974 passa para 13,9 milhões. Contudo, o que ressalta é a modalidade destes percursos diários. De um lado o transporte individual: são os grupos abastados, possuidores de automóveis, cuja média de ocupação é de 1,2 pessoas por veículo. De outro, o transporte de massa apoiado em 7 mil ônibus – mais de 1500 de empresas intermunicipais – que transportam diariamente 6,8 milhões de passageiros, carregando nos momentos de maior afluência cerca de 130 pessoas por veículo, o dobro da lotação máxima prevista. O transporte ferroviário de subúrbio, por sua vez, conduz 900 mil passageiros por dia: é o quotidiano dos “pingentes”, ou seja, 700 usuários que, duas vezes por dia, abarrotam uma composição que não deveria receber mais de 300 passageiros (CAMARGO *et al.*, 1976, p. 33).

A realidade acima ocorre na capital de São Paulo, o mais bem-acabado exemplo do desenvolvimento econômico promovido pelo governo autoritário na década de 1970. A cidade e suas regiões circunvizinhas, conhecidas como Grande São Paulo, são o reflexo, em maior ou menor grau, do que ocorre no restante do país. O crescimento industrial ancorado nas empresas internacionais tem ali o seu maior polo, a migração interna constante após os anos de 1950, e cada vez mais frequente, tem como principal destino essa região industrializada, a mais abundante oferta de mão de obra barata está ali, ajudando a manter baixo o valor dos salários dos operários, e, por fim, aí

também tem lugar o mais claro contraste socioeconômico entre elite e classe trabalhadora.

A pujança econômica de São Paulo em relação a outras áreas do Brasil revela-se tanto na enormidade de sua infraestrutura (edificações, energia elétrica etc.) como em qualquer dos indicadores habitualmente empregados para medir o crescimento econômico (a produção industrial, o sistema financeiro, a renda *per capita* etc.). No entanto, se examinado o desenvolvimento da cidade do ponto de vista das condições de vida de seus habitantes, verifica-se um elevado e crescente desnível entre a opulência de uns poucos e as dificuldades de muitos. É a distância entre a riqueza, representada nas moradias suntuosas dos "jardins", e a pobreza dos bairros de trabalhadores, carentes dos serviços urbanos básicos – transporte, água, esgoto, habitação. É o contraste entre o crescimento do consumo de bens de luxo e a diminuição do salário mínimo real (CAMARGO et al., 1976, p. 17).

Essa situação "privilegiada" de São Paulo e região no processo de industrialização é fruto, por um lado, da crescente onda migratória que ocorreu no Brasil após os anos 1950, por outro lado o desenvolvimento das grandes cidades é causa do acirramento deste mesmo fenômeno social. De modo geral, o crescimento urbano e industrial de algumas regiões fez com que muitas pessoas deixassem pequenas propriedades rurais para buscar trabalho e melhores condições de vida nas cidades. Entretanto, somente a oferta de trabalho nas indústrias não seria fator suficiente para mobilizar tamanho contingente de pessoas. Duas outras razões podem ser elencadas para explicar o movimento migratório brasileiro. Primeiro, a sedução causada pelo desenvolvimento das cidades em relação ao campo, com sua luminosidade noturna, o ritmo acelerado das oportunidades de emprego e estudo, a possibilidades de crescimento pessoal e profissional, a cidade encanta. Em segundo lugar, talvez mais determinante, a política governamental de incentivo ao aumento de produtividade agrícola, traduzido em grandes fazendas agroexportadoras que, aos poucos, vai dizimando as pequenas propriedades familiares, tirando suas terras e seus empregos no campo e substituindo por máquinas.

Foi assim que migraram para as cidades, nos anos 50, 8 milhões de pessoas (cerca de 24% da população rural do Brasil em 1950); quase 14 milhões, nos anos 60 (cerca de 36% da população rural de 1960); 17 milhões, nos anos 70 (cerca de 40% da população rural de 1970).

Em três décadas, a espantosa cifra de 39 milhões de pessoas (NOVAES; MELLO, 1998, p. 581).

Essa desigualdade no desenvolvimento econômico das regiões, traduzidas na grande oferta de mão de obra nas cidades e fluxo migratório, por um lado, e na escassez de trabalho no campo e fim das propriedades familiares, por outro, obrigou o Estado Autoritário a intervir. Coube ao governo, investir para minimizar as diferenças econômicas entre as regiões. Para tanto, os militares vão investir em obras de infraestrutura em diferentes estados, são projetos que deveriam impactar a sociedade nacional e que estavam intimamente ligados ao desenvolvimento do “milagre brasileiro”. As principais obras foram a ponte Rio-Niterói¹⁶, com 13.2 quilômetros de extensão, inaugurada em 1874; a hidrelétrica de Itaipu¹⁷, com início das operações em 1984; a hidrelétrica de Tucuruí¹⁸, construída em duas etapas, entre 1975 e 1992 e entre 1998 e 2006; a usina nuclear de Angra¹⁹ 1, construída a partir de 1972 e com operações comerciais em 1985.

Talvez o maior dos “projetos de impacto” tenha sido a tentativa de construção de uma rodovia que ligasse as regiões Norte e Nordeste, a Transamazônica e a ocupação de suas margens por migrantes fugindo das secas. A decisão de construir essa estrada foi exclusiva do presidente-general Médici e teve que ser incluída às pressas no Plano de Integração Nacional, PIN (GASPARI, 2014, p. 291). Segundo ele, essa “era a solução de dois problemas: homens sem terra do Nordeste e terras sem homens na Amazônia”. (SKIDMORE, 1988, p. 288-289).

A pujança de desenvolvimento econômico e industrial não atingiu a sociedade como um todo. A classe trabalhadora amargou um período de crise devido à política de salários do governo. Os investimentos sociais também

¹⁶ Informações disponíveis em: <<http://www.ecoponte.com.br/Institucional/Sobre-a-Ponte>>. Acesso em: 27 maio.2016.

¹⁷ Informações disponíveis em: <<https://www.itaipu.gov.br/nossa-historia>>. Acesso em: 27 maio. 2016.

¹⁸ Informações disponíveis em:
<<http://www.eletronorte.gov.br/opencms/opencms/aEmpresa/regionais/tucurui/>> Acesso em: 27maio.2016.

¹⁹ Informações disponíveis em:
<<http://www.eletronuclear.gov.br/aempresa/centralnuclear/angra1.aspx>>. Acesso em: 27 maio.2016.

sofreram com o desenvolvimentismo levado a cabo no período milagroso, fazendo mais uma vez de vítimas os mais pobres da nação.

O trabalhador saltou de 12 para 4 horas de trabalho diário para poder comer. Em 1959, precisava-se de 65 e cinco minutos para comprar a cesta básica fixada pelo decreto de 1938. Em 1963, eram 88 horas. Em 1974, 163 horas e 32 minutos. [...] A ditadura tinha prioridades orçamentárias: o Ministério da Saúde encolheu de 4,29% do bolo disponível, em 1966, para miseráveis 0,99% em 1974; o Ministério da Educação teve uma queda vertiginosa de 11,07% para 4,95% no mesmo período. Em contrapartida, os três ministérios militares, certamente, mais úteis à Segurança Nacional, abocanharam 17,96% dos recursos (SILVA, 2014, p. 108).

O “milagre brasileiro” construiu as bases da infraestrutura nacional, sem dúvidas, privilegiando um ideal de progresso baseado no desenvolvimentismo industrial, no aumento do consumo de bens duráveis, na maior oferta de crédito bancário, na exploração do trabalhador, nos baixos investimentos sociais para as classes mais pobres, na repressão e na propagando de seus grandes feitos. Não havia problema que o governo militar não pudesse resolver.

Porém, mais importante do que resolver antigos e novos problemas econômicos, conquistar altos índices de desenvolvimento e crescimento da produção industrial, das importações nacionais e investir em obras para o desenvolvimento econômico do país era alardear para a sociedade brasileira os grandes feitos do governo. Para isso, os militares se ampararam nos meios de comunicação, jornais, revistas, rádio e, principalmente, a televisão, através de dois instrumentos muito eficientes, a censura e a propaganda política.

1.5 Imprensa e Estado Autoritário: Propaganda Oficial e Censura

A teoria do Golpe Midiático-Civil-Militar, ou seja, sem a participação destes três elementos não seria possível a “Revolução” de 1964, já foi objeto de análise neste trabalho. O objetivo agora é perceber qual a relação construída entre a grande mídia e o governo autoritário durante os 21 anos do Estado Autoritário.

O presidente Goulart estava longe de ser figura unânime tanto na sociedade quanto nos meios de comunicação. A exceção dos jornais *O Estado de São Paulo* e do *Tribuna da Imprensa*, inimigos confessos de Jango, os demais jornais repudiavam apenas a aproximação dele com grupos e ideologia de esquerda (SILVA, 2014, p. 12). Enquanto isso não ocorresse, as relações entre mídia e governo estariam equilibradas.

O desequilíbrio dessas relações ocorre em finais de 1963 quando Jango se aproxima das classes trabalhadoras e da agenda política da esquerda nacional, negando-se a cumprir o papel que a mídia e os grandes empresários queriam para ele. Era o fim da trégua, pululam nas manchetes dos jornais, críticas ao governo, à pessoa e às ações do presidente, a maioria invocando sua relação com a esquerda e, principalmente, com o comunismo. É esse justamente o ponto principal na preparação para o golpe em 1964, a ligação entre Goulart e os “vermelhos”.

Quatro frentes foram abertas para defenestrar João Goulart. No campo parlamentar agiria a Ação Democrática Popular (ADEP). Parida pelo IBAD²⁰ em 1962 [...] repercutiria a pauta política nos 207 mil exemplares da revista Ação Democrática e em programas radiofônicos pelo sistema instalado em 25 estados e dois territórios. O Grupo de Publicações/Editorial (GPE), do IPES²¹, se responsabilizaria pela formulação dos impressos e livros anticomunistas, antipopulista e antitrabalhista e a distribuição do material seria por meio das editoras afiliadas e das agências de notícias e jornais simpatizantes à causa as empresas Jornal do Brasil, o Globo e Diários Associados formariam no Rio de Janeiro a Rede da Democracia, estuário das produções do IPES e atividades da ADEP. A Escola Superior de Guerra e as instituições educacionais subordinadas ao Estado Maior do Exército se encarregariam do cooptação militar e o contato subterrâneo entre guarnições seria mediado pelo suporte logístico-financeiro do grande empresariado associado ao IBAD e IPES (LARANGEIRA, 2014, p. 80-81).

²⁰ O IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática, foi criado em 1959 e fazia a ligação entre o governo dos Estados Unidos e os políticos brasileiros. Era patrocinado pelo governo norte-americano, empresários nacionais e estrangeiros e financiava campanhas políticas para o Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e governo dos Estados com o objetivo de criar uma rede de opositores a João Goulart. Foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI, em 1962 por causa das fraudes no financiamento das campanhas políticas e fechado em 1963.

²¹ O IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, fundado em 1961, era composto e financiado por empresários do eixo Rio-São Paulo, dirigente de multinacionais e militares de alta oficialidade. Tinha por função a produção de bens culturais que divulgasse a ideologia anticomunista, a organização de manifestações públicas contra o governo Goulart e o planejamento de uma política econômica para o regime militar nos moldes desejados pelo governo norte-americano.

Com a exceção do jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, que se manteve legalista, os maiores jornais de circulação nacional aderiram à proposta de retirar João Goulart. Os jornalistas destes são divididos por Juremir Machado da Silva (2014, p. 96) em dois tipos, o primeiro seriam os ingênuos, “inocentes úteis” que não vislumbravam a ditadura pós-Golpe, o segundo grupo são os alinhados, sabedores do que viria após a tomada de poder e, mesmo assim, apoiadores, ambos são cientes de suas ações. Uma parte desses jornais e jornalistas acaba se voltando contra o governo após perceberem que os militares não pretendiam sair do poder tão cedo.

A publicação do Ato Institucional número 5, AI-5, marca uma retomada da repressão vivida nos primeiros momentos após o Golpe em 1964. Os atingidos desta vez serão outros, os jornalistas que questionaram o governo. Essa nova onda repressiva determina um novo momento nas relações entre meios de comunicação e Estado Autoritário. O novo decreto considera atos subversivos aqueles que emanam de setores políticos e culturais e que servem de mecanismos de combate e destruição da ordem revolucionária (BRASIL, 1968). Ele outorga poderes ao presidente da República para caçar direitos políticos de quaisquer pessoas, isso significa a proibição de manifestar-se publicamente sobre a política nacional.

Horas antes do anúncio do AI-5 iniciaram as prisões a jornalistas, diretores e articulistas. Naquela sexta-feira 13 foram detidos o diretor-superintendente do *Correio da Manhã*, Osvaldo Peralva, o diretor da *Tribuna da Imprensa*, Helio Fernandes, o diretor da sucursal em Brasília do *Jornal do Brasil*, Carlos Castelo Branco, o repórter político Octacílio Lopes, do *Diário de Notícias*, o jornalista Joel Silveira, o cartunista Ziraldo, o escritor Ferreira Gullar e o editor da *Civilização Brasileira*, Énio Silveira. Na sequência haveria as detenções do jornalista Paulo Francis, do *Correio da Manhã*, do editor-chefe do JB, Alberto Dines, e do colega Antônio Callado, parceiro no livro *Os idos de março e a queda em abril*. A reação patronal à imposição do AI-5 foi comedida, à exceção do *Correio da Manhã*, do rompante criativo da edição do dia 14 do *Jornal do Brasil* e dos novatos oposicionistas *Tribuna da Imprensa* e *Estado de S. Paulo*, críticos do regime militar logo após Carlos Lacerda ser alijado do processo sucessório (LARANGEIRA, 2014, p.159).

A consolidação da censura aos meios de comunicação, iniciada com o AI-5, ocorre com a publicação do Decreto-Lei nº 1077, de 26 de janeiro de 1970. Ele determinava a análise prévia das publicações da imprensa e de

livros, submete espetáculos, emissoras de rádio e televisão ao crivo da moral e dos bons costumes. No início, o controle exercido pelo governo era diversificado, por vezes, descontínuo e não especializado, algumas vezes enganados por jornalistas e editores.

No *Jornal do Brasil*, os censores – oficiais inexperientes da EsAO – viram-se ludibriados por um estratagema concebido pelo editor-chefe, Alberto Dines. O noticiário informava que “ontem foi o dia dos cegos” e, a previsão meteorológica, no canto superior esquerdo da primeira página, dizia “Tempo negro. Temperatura sufocante, o ar está irrespirável, o país está sendo varrido por fortes ventos”. Toda a edição do jornal refletia um clima de regresso, de absurdo. O governo respondeu no dia seguinte. Evitou brincadeiras com o tempo proibindo que as agências internacionais transmitissem boletins meteorológicos para o exterior. Pressionou o *Jornal do Brasil* prendendo um de seus diretores, o embaixador José Sette Câmara, ex-governador do estado da Guanabara, que nada tinha a ver com a história. Em sinal de protesto a condessa Pereira Carneiro, uma católica fervorosa que raramente se envolvia com o cotidiano político do jornal, decidiu suspender a sua circulação enquanto durasse a prisão do embaixador. Sette foi solto, e o *JB* foi às bancas. Na primeira semana de janeiro os censores começaram a se retirar das redações. (GASPARI, 2014, p. 217).

Essa denúncia quando percebida pelo governo causa uma série de imposições de força pela máquina estatal. A debandada dos censores das redações dos jornais não seria nenhuma vitória a longo prazo, a nova ofensiva do governo viria ainda mais dura. A prisão da proprietária do *Correio da Manhã* inaugura essa nova postura, cuja estratégia do governo autoritário seria a prisão não mais dos jornalistas, autores, redatores, mas dos proprietários dos meios de comunicação.

Enquanto o governo prendeu jornalistas como Peralva, Carlos Castelo Branco e Alberto Dines (detido ao pararifar uma turma de jornalistas da PUC), funcionaram mecanismos de pressão insólitos, porém lógicos: havendo um conflito entre um poder ditatorial e um jornal, usava-se força sobre aqueles que o escreviam ou o editavam. A prisão de Niomar sinalizava uma mudança de comportamento do governo: a intimidação física dos proprietários (GASPARI, 2014b, p. 218).

A retirada dos censores da redação do *Jornal do Brasil*, longe de significar uma vitória para a imprensa, marcou o início de uma nova onda de repressão aos meios de comunicação. Esta se exemplifica na prisão de Niomar

Muniz Sodré Bittencourt, após a autorização de uma manchete sobre o fim da censura do governo que nunca chegou às bancas, pois os exemplares do periódico foram apreendidos (GASPARI, 2014b, p. 218). A novidade na ação do governo reside na prisão dos donos dos meios de comunicação, ou até mesmo a possibilidade inaugurada agora, inédito até então. Os alvos sempre foram os jornalistas, editores, chefes de redação que, após presos, recorriam aos proprietários para serem liberados pela polícia.

Nem só de intimidação física e prisões se configurou o poder de obrigar os meios de comunicação a fazerem suas vontades, o governo militar tinha outros artifícios.

O governo respondia por 36% do mercado publicitário e acompanhava a aplicação dos 64% restantes concentrados por empresas multinacionais ajustadas às diretrizes econômicas e políticas do regime de 1964. Determinava a cotação cambial especial na importação do papel para impressão dos jornais, livros e revistas, suprimia ou criava alíquotas do imposto da matéria-prima dos impressos e gráficas e isentava empresas jornalísticas das tributações na aquisição de aparelhos, equipamentos e máquinas. A concessão dos serviços de radiodifusão era prerrogativa do poder executivo. O presidente da República definia a outorga e renovação dos canais de televisão e o Ministério das Comunicações, as das rádios (LARANGEIRA, 2014, p. 161-162).

Esse poder econômico era gerador de um tipo de censura também eficiente que a imposta pelo governo através de censores, uma censura que partia de dentro das empresas de comunicação. Maria Aparecida de Aquino chama esse tipo de censura empresarial de a “voz do dono” do jornal (AQUINO, 1999, p. 21), mas também da revista, da emissora de rádio e televisão, é ela quem determina a linha editorial, é um tipo interno aos meios de comunicação. Para a autora, outro tipo de censura, interna aos meios, é a autocensura (1999, p. 38), nesta os profissionais submetidos ao crivo do governo acabam por se acostumar com os assuntos que podem ser tratados, é um “adestramento” destes que, habituados com os cortes em publicações, já escrevem pensando em evitá-los.

Deste modo, as informações e acontecimentos que desagradavam ao governo militar não eram transmitidos à população em geral. A censura visava impedir que o brasileiro tomasse ciência da realidade do país, ao ser alijado da

realidade e das ilegalidades, do uso da força pelo governo, ele acreditava que tudo estava bem. Outro aspecto importante que contribui para a boa imagem do governo é a publicidade, a propaganda dos grandes feitos dos militares. Já foi dito que o Estado Autoritário representava mais de um terço do mercado publicitário e este é um aspecto que deve ser considerado.

Paralelo à censura, o governo militar investe pesado na propaganda de si mesmo, no autoelogio. Essa se torna tão importante que, em 1968, o marechal presidente Artur da Costa e Silva cria a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) para centralizar toda a propaganda governamental em um só órgão. Porém, é somente a partir do governo do general Médici que a agência estatal obtém sucesso e resultados.

Os homens do coronel Costa transformaram a AERP, que não consegue decolar no governo Costa e Silva, na operação de RP mais profissional que o Brasil já vira. Uma equipe de jornalistas, psicólogos e sociólogos decidia sobre os temas e o enfoque geral, depois contratava agências de propaganda para produzir documentários para TV e cinema, juntamente com matérias para os jornais (SKIDMORE, 1988, p. 221).

A eficácia da propaganda planejada pela AERP pode ser exemplificada em 1972 nas comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil. Neste ano, não bastariam apenas as comemorações cívicas, os desfiles militares. Em sete de setembro de 1972, seria comemorado muito mais do que o aniversário do Grito do Ipiranga, seria a glória brasileira alcançada pelo regime militar celebrada e não somente em um dia. Assim, junta-se as festividades outro herói nacional, Tiradentes, e o vinte e um de abril se torna o início de uma celebração muito maior.

Tiradentes e D. Pedro I, entre uma data e outra, cinco meses inteiros de festas nos quais a ditadura se expôs solene aos brasileiros, festejando a história pátria, mas também e, principalmente, o presente e as perspectivas para o futuro (CORDEIRO, 2015, p. 13).

O Brasil não era mais o país do futuro, não era mais o país da promessa, para a propaganda do governo do “milagre econômico” esse futuro já havia chegado, essa promessa estava cumprida. O Brasil era o país do presente, das conquistas econômicas do milagre brasileiro, da aura de

concordância entre sociedade e governo contra os subversivos que teimavam em ir contra a pátria e o crescimento. Essas vitórias deveriam ser difundidas e anunciadas para que todos os brasileiros tivessem notícia dos grandes feitos dos grandes homens que lutavam pelo país, Tiradentes, D. Pedro I e o presidente Médici.

A publicidade do crescimento, da vitória brasileira, do futuro que havia, enfim, chegado é traduzida nos slogans das campanhas publicitários emanadas do governo, “Pra frente, Brasil. Ninguém mais segura este país. O futuro chegou. Brasil, terra de oportunidades. Brasil, potência emergente.” (REIS FILHO, 2014, p. 81).

Para veicular esse otimismo em relação ao Brasil, usou-se de todos os meios de comunicação disponíveis. No entanto, um em especial mereceu maior destaque, talvez porque representasse em si o “milagre econômico” e a ascensão social da população através do consumo, talvez porque sua abrangência social fosse maior, talvez porque sua publicidade causasse maior impacto. O fato é que a televisão foi a grande receptora das campanhas publicitárias da AERP, a menina dos olhos da propaganda militar nos anos do governo Médici.

Octávio Costa deu-se conta, desde o início, de que deveriam apostar no impacto visual que as imagens de TV possibilitavam: “a mensagem visual, ela é muito mais forte do que a mensagem verbal”. A estrutura básica de seus filmes contemplava um “gancho musical”, que deveria fazer o telespectador retornar à frente da TV (já que se presumia o afastamento das pessoas durante os intervalos comerciais), cenas marcantes capazes de prender a atenção e, ao final, uma frase curta, a mensagem verbal com poucas palavras, por vezes um simples *slogan*. (FICO, 1997, p. 103).

O coronel Octávio Costa era o chefe da AERP no governo do general Médici e o idealizador das campanhas publicitárias na televisão e responsável pelo grande sucesso que elas conquistaram na sociedade, mesmo naquela parcela que não possuía aparelhos de televisão.

Mesmo em regiões onde não havia TV, repercutiam os filmes da Aerp/ARP. Toledo Camargo, certa vez, surpreendeu-se ao ver meninos, às margens de um rio na Amazônia, brincando com papagaios verde-amarelos, tal como no comercial que estava no ar:

"a resposta era intensa. Muito maior do que a gente imaginava". A força era brutal, sintetiza Octávio Costa (FICO, 1997, p. 104).

O grande sucesso das campanhas publicitárias na televisão se reflete, ou é reflexo, no desenvolvimento deste meio de comunicação. O melhor exemplo do sucesso das emissoras de televisão é o da Rede Globo, de propriedade do jornalista Roberto Marinho. Com a concessão de funcionamento dada ainda pelo governo de Juscelino Kubitschek, em 1957, a emissora só é inaugurada em 1965, durante o Estado Autoritário.

Recém-inaugurada, a emissora é alvo de denúncias sobre contratos irregulares com o grupo norte-americano *Time-Life*, este realizou investimentos para a viabilização do canal de televisão, o que era proibido pela Constituição de 1946. O caso foi alvo, ainda, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito cujo resultado foi desfavorável a Roberto Marinho. A solução do impasse veio somente em 1968, era a recompensa por anos de serviços prestados ao governo militar e o adiantamento por mais alguns anos de trabalho.

O *Globo* se manteria fiel a quem livrou a empresa das retaliações propostas pela CPI *Time-Life*, facilitou a transferência da concessão da TV Paulista em São Paulo e Bauru para Roberto Marinho e implantou a infraestrutura necessária à irradiação do sinal da Rede Globo a todo o Brasil. [...]. O presidente aprovara em setembro de 1968 o parecer da Consultoria Geral da República validando o contrato da TV Globo com a empresa norte-americana e em 10 anos a leal e benquista Rede Globo alçaria a liderança com 24 associadas/afiliadas, tomando o lugar da cambaleante TV Tupi (LARANGEIRA, 2014, p. 160).

Livre dos problemas políticos criados pela parceria e contratos com o grupo *Time-Life*, restou ao jornalista e dono da Rede Globo, Roberto Marinho, rescindir os contratos e arcar com as multas decorrentes.

Em 1969 seu proprietário, Roberto Marinho, ainda não era um dos homens mais ricos do mundo, com uma fortuna avaliada, nos anos 1990, em mais de 1 bilhão de dólares. Pelo contrário, a TV Globo estava marrada a uma dívida de 3,75 milhões de dólares com o grupo americano *Time-Life*. Marinho sairia dela tomando um empréstimo ao National City Bank, cuja engenharia financeira o obrigaria a empenhar bens pessoais, inclusive sua mansão do Cosme Velho. [...]. A ditadura transformava-se em milagre e a televisão em cores, seu ícone. Em 1969, a Rede Globo era formada por três emissoras (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte). Em 1973 seriam onze. (GASPARI, 2014b, p. 221).

O “milagre econômico” ocorrido no Brasil entre 1968 e 1973 foi o ápice do crescimento no governo militar, a partir de então a economia brasileira entra em declínio, a sociedade, em especial os trabalhadores, sofre as consequências de um projeto econômico imediatista, as contradições surgem e o povo se questiona sobre os militares, mas a Rede Globo permanece fiel ao regime, como diz Miklos (2014, p. 149), no seu papel de porta-voz.

Neste capítulo, pretendeu-se esclarecer os contornos gerais do período militar brasileiro até o momento em que é instalada a censura aos meios de comunicação. Notou-se que, apesar de fortemente reprimidas pelo governo, as manifestações sociais foram marcantes, mas acabaram por desencadear a face mais dura do regime, com a publicação do AI-5. Não era planejado, aqui, esgotar o tema do Estado Autoritário brasileiro, pois o mesmo se desdobra em inúmeros aspectos e objetos de estudo, haja vista a grande bibliografia acerca dele.

Nesse contexto de repressão política em que vivia o Brasil no final da década de 1960, não era fácil fazer frente aos desmandos do governo militar. Apenas uma instituição forte seria capaz de opor-se aos desmandos e violações dos Direitos Humanos realizados pelos quartéis e a organização que chamou para si essa responsabilidade foi a Igreja Católica. Foi dela o papel de lutar pela segurança dos presos políticos, denunciar os crimes contra os Direitos Humanos e defender a democracia brasileira pagando um alto preço por esses serviços.

CAPÍTULO 2

ESTADO E IGREJA NO BRASIL

A atuação da Igreja Católica do Brasil no cenário pós-1964 foi diversificada e dividiu o clero em posições pró e contra o Estado Autoritário. As relações existentes entre essas duas grandes instituições remontam, porém, ao próprio nascimento do Brasil no cenário internacional, com a expansão e conquista de territórios pelos portugueses.

O presente capítulo tem por objetivo traçar os contornos dessa relação ao longo da história nacional. Para tanto, inicia-se com a parceria entre Coroa Portuguesa e Santa Sé de Roma, durante o período colonial brasileiro e na autonomia de que gozava o governo em relação às matérias da fé, passando pela ruptura no final do século XVIII, e por um período no qual ela estava subordinada a ele, que perdura até 1889, com a Proclamação da República e a separação definitiva de ambos.

No período republicano, a independência entre Estado e Igreja Católica proporciona uma maior autonomia para ambos realizarem seus objetivos. Ela buscando uma reaproximação com o povo e com a sede em Roma, e ele tentando se consolidar enquanto poder independente. Com o fim da Primeira República, em 1930, ocorre uma nova reaproximação entre os poderes espiritual e secular, que resulta em outro momento de integração.

Em 1964, com o golpe na recém reinstituída democracia, a Igreja se divide entre apoiadores e críticos do novo governo, com predominância dos primeiros. Este é um período bastante conturbado da história da religião católica recente, principalmente pelas divisões internas no corpo clerical. Porém, com o aumento da truculência do governo militar em relação ao povo, incluindo alguns membros do clero, as divisões internas se dissipam e a Igreja Católica forma um corpo de oposição ao Estado Autoritário, num duelo da batina contra a farda.

2.1 Colônia e Império

A colonização do território brasileiro é o resultado de uma longa parceria entre a Coroa Portuguesa e a Santa Sé de Roma. Por um lado, o Estado português conquistava territórios para exploração comercial e, por outro, a Igreja Católica aumentava o número de ovelhas do seu rebanho. Foi com esse objetivo de colonizar terras e almas que desembarcaram os exploradores no litoral brasileiro. É sintomático dessa relação a celebração da primeira missa em terras tupiniquins, conforme figura 5 abaixo. Mais do que garantir a posse das terras “descobertas”²², a presença dos clérigos e a catequese por eles ministrada garantia a adesão dos nativos ao projeto de colonização.

Figura 5 – Quadro de Victor Meirelles representando a primeira missa realizada no Brasil



Fonte: IBRAM – Portal do Instituto Brasileiro de Museus²³

²² A posse dos territórios do “novo” mundo foi dividida entre Portugal e Espanha, os maiores conquistadores católicos, através da *Bula Inter Cætera*, em 1493. Insatisfeitos com a divisão, os portugueses conquistaram a posse de maior quantidade de terras pelo Tratado de Tordesilhas de 1494.

²³ Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/a-primeira-missa-no-brasil-de-victor-meirelles-chega-a-brasilia-para-exposicao/> acesso em 10 de junho de 2016>. Acesso em: 10 jun.2016.

Pelo seu empenho em defender a fé católica, a Coroa Portuguesa recebeu da Santa Sé uma série de privilégios na administração religiosa dos territórios “descobertos”.

Se as descobertas tinham o caráter inicial de cruzadas, é preciso lembrar que o Estado fornecia os navios e financiava a aventura. De modo que, se a fé devia se espalhar pelo Novo Mundo, algumas concessões, da parte da Igreja, tinham que ser feitas. Em consequência, os Papas concederam à Coroa de Portugal o controle virtual sobre a nova Igreja. O controle se estendia desde as questões mais básicas, com a construção das primeiras igrejas, até questões tais como pagamento do clero, nomeação de bispos, aprovação de documentos, escolha de territórios para conventos e, virtualmente, todas as áreas de interesse da Igreja. (BRUNEUAU, 1974, p. 31).

A administração da fé cristã durante o período colonial e imperial era, então, realizada pela Coroa Portuguesa e, posteriormente, a brasileira, com base nas prerrogativas do padroado. Os poderes do governo português sobre a Igreja Católica brasileira eram muitos e diversificados.

Padroado é a outorga, pela Igreja de Roma, de certo grau de controle sobre uma Igreja local, ou nacional, a um administrador civil, em apreço de seu zelo, dedicação e esforços para difundir a religião, e como estímulo para futuras “boas-obra”. De certo modo, o espírito do padroado pode ser assim resumido: aquilo que é construído pelo administrador, pode ser controlado por ele. (BRUNEUAU, 1974, p. 31).

A presença da Igreja Católica de Roma se fortaleceu, no Brasil colônia, a partir de 1549, com a chegada da Companhia de Jesus²⁴ e a missão de catequizar os gentios. Os primeiros jesuítas vieram com a armada de Tomé de Souza, chefiados pelo padre Antônio da Nóbrega. A ação destes em relação aos nativos das terras brasileiras consistia na reunião em grupos que pudessem ser catequizados e utilizados como mão de obra.

A atuação dos jesuítas tinha uma relação muito estreita com as diretrizes da Coroa Portuguesa, por causa do regime do padroado. Em Portugal, o rei era o líder dos missionários que embarcavam para as colônias e, segundo Castro, “antes de sair de Portugal, cada missionário tinha que ter o seu nome aprovado

²⁴ A Companhia de Jesus foi fundada em 1534 por Inácio de Loyola que, após ser ferido em batalha, decidiu abandonar as armas e dedicar-se à obra missionária. A Ordem dos Jesuítas foi reconhecida em 1540 pelo papa Paulo III através de bula papal. Eles tiveram forte presença nas colônias portuguesas com trabalhos voltados para a catequese e a educação.

pessoalmente pelo rei, o que já implicava uma responsabilidade maior em matéria de obediência" (CASTRO, 1984, p. 20). A supremacia do Estado português sobre a Igreja Católica local determinava as ações destes religiosos nos territórios coloniais.

A boa atuação da Coroa portuguesa nas questões da fé rendeu-lhe outra concessão por parte da Igreja Católica de Roma, a fiscalização da correspondência entre a Santa Sé romana e seus enviados. O chamado "placet" dava o poder de censurar os documentos oficiais, as bulas papais, entre outros, antes que fossem para as colônias (BRUNEAU, 1974, p. 35).

As relações entre Igreja Católica e Coroa portuguesa se mantiveram estáveis e harmoniosas até a segunda metade do século XVIII, com a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, ao cargo de Ministro de Estado de D. José I. Sob uma forte influência do pensamento iluminista da época, ele foi o idealizador da transformação da Coroa portuguesa em um despotismo esclarecido²⁵. Para tanto, necessitava concentrar todo o poder nas mãos do rei e minar quaisquer instituições que pudesse disputá-lo.

É nesse momento que a Companhia de Jesus se torna um empecilho aos planos do marquês de Pombal, principalmente na colônia brasileira. Por um lado, a falta de interesse real em exercer suas prerrogativas na difusão da fé cristã no território colonial fez surgir uma classe de religiosos dependentes dos grandes proprietários rurais. Por outro lado, permitiu que os jesuítas se organizassem de maneira independente e funcionassem como uma autoridade dentro do Brasil colonial, amealhando grande poder e fortuna, o que ameaçava os planos de Pombal.

Utilizando-se de seu poder, atribuído pela própria Igreja Católica de Roma, através do padroado, a Coroa e o marquês de Pombal minimizam a atuação da Companhia de Jesus até que, em 1759, eles conseguem expulsar os jesuítas dos territórios portugueses. A partir de então teve início a difusão

²⁵ Essa forma de governo é característica da segunda metade do século XVIII e derivou do Iluminismo na medida em que os monarcas esclarecidos estavam empenhados no desenvolvimento progressista e na instalação de reformas estatais sem, no entanto, aderir totalmente ao movimento das luzes no que diz respeito ao absolutismo e os poderes reais.

das doutrinas contrárias²⁶ à atuação religiosa e ao envolvimento da fé cristã com o poder real, submetendo, de uma vez por todas, o poder temporal ao poder secular.

Surge, assim, na colônia uma geração de religiosos contrários aos interesses do Vaticano, a sua formação intelectual e religiosa os orientava a servir ao Estado. Esse sentimento de aversão ao papado romano vai se manter e se acentuar no século XIX, com a Independência do Brasil, em 1822, e a formação do Império brasileiro, de 1822 até 1889.

Neste período, a divisão entre Estado, agora brasileiro, e a Santa Sé romana é marcada pela falta de religiosidade do monarca D. Pedro II e pela minimização da atuação da Igreja no cotidiano imperial. É neste período também que ocorre a chamada Questão Religiosa, um confronto entre os representantes da Igreja Católica de Roma e o governo do Império. Na segunda metade do século XIX, o Vaticano já havia percebido as graves consequências de sua política de concessão de poderes aos Estados Nacionais em troca de apoio na cristianização e tentativa de reaver seu poder, influência e prestígio.

A tentativa de reaver a direção, a hierarquia e a independência nas matérias da fé ficou conhecida como ultramontanismo²⁷. No Brasil, a publicação do *Syllabus de Erros* foi proibida pelo imperador D. Pedro II, usando de suas prerrogativas em relação à comunicação eclesiástica. Esse documento era a visão do papa Leão IX sobre tudo aquilo que estava errado na Igreja mundial.

Das oitenta teses que compõem o *Syllabus*, destaco as seguintes: n.º 28, que declarou o “placet” ilegal; n.º 37, que se opõe às Igrejas nacionais; e o n.º 42, que declara ser errônea a predominância, nos conflitos, do direito civil sobre o direito canônico. O *Syllabus* condena violentamente a Maçonaria, e nessa época, no Brasil, os padres mais importantes e o próprio Imperador pertenciam a lojas maçônicas. A importância e o impacto do *Syllabus* cresceram quando Pio IX obteve do Concílio Vaticano I, a declaração da infalibilidade papal em 1870,

²⁶ Eram três as teorias difundidas pelo Estado português para solapar o poder religioso: o Regalismo, subordinando o poder religioso ao poder monárquico, o Jansenismo, que era contrário ao primado papal nas matérias da fé, e o liberalismo, de inspiração francesa que, além do sentimento anticlerical inerente era também favorável ao confisco de bens da Igreja.

²⁷ No início do século XIX, pululam pela Europa e América Latina conflitos entre a Igreja Católica de Roma e os Estados Nacionais. Essa teoria defende a autonomia do poder do papa, a liberdade da Igreja de atuação e evangelização, a condenação ao mundo moderno e a volta a suas origens no que diz respeito ao seu poder.

isto é, a centralização institucional da Igreja Universal ao papado. (BRUNEAU, 1974, p. 58)

A Questão Religiosa decorre desta tomada de posição da Igreja Católica de Roma contra as Igrejas nacionais, resultando em uma disputa de poder entre os novos quadros da hierarquia eclesiástica e a autoridade do Estado em decidir sobre a matéria da Igreja do Brasil. O estopim da crise foi a tentativa dos bispos Antônio de Macedo Costa e Vital Maria de punir padres e religiosos que estivessem ligados à Maçonaria. O caso chegou ao palácio imperial e coube a Dom Pedro II decidir pela prisão dos bispos, com a obrigação de realizar trabalhos forçados. Revogando a última parte da pena quando ele e o papa Pio IX entraram em acordo para cancelar, além da pena dos bispos, as punições aos religiosos maçons.

Para Bruneau, a Questão Religiosa foi um sinal de que a separação entre Estado e Igreja seria eminente. Por um lado, demonstrou aos clérigos os riscos da subordinação da fé ao poder político e, por outro, confirmou a crescente influência da Santa Sé de Roma e do ultramontanismo nos quadros da Igreja no Brasil. Esta separação seria definida no final da década de 1880, com o advento da República no Brasil.

As relações entre Igreja Católica e Estado brasileiro se agravam em 1889, com a subida ao poder dos militares comandado pelo marechal Deodoro da Fonseca. No dia seguinte à Proclamação da República, o novo governo decidiu pela separação definitiva entre eles com a publicação do Decreto número 119 de 7 de janeiro de 1889²⁸, que proibia os governos federal e estadual de estabelecer uma religião oficial, ou seja, proibia a interferência do poder público nos assuntos religiosos e garantia a liberdade de credo e culto, não só para os indivíduos, mas também para as agremiações religiosas, extinguia o padroado, reconhecia a personalidade jurídica das igrejas e, por último, estabelecia a obrigatoriedade do pagamento pelo governo federal da congrua, a remuneração paga aos párocos para seu sustento.

²⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm. Acesso em: 10 jun.2016.

2.2 A República: Estado Laico, Romanismo e Reaproximação (1889 – 1964)

A separação viria a ser ratificada pela Constituição de 1991, movidos por ideais positivistas e contrários à secularização do Estado, os políticos e generais republicanos desejavam modernizar a nação e acreditavam que um dos caminhos para se atingir esse objetivo passava pela laicização do poder político. A Igreja Católica não ficaria, porém, completamente afastada da participação no poder, afinal, os membros do governo tinham suas crenças religiosas e não se afastariam delas. Os padres também possuíam o poder de influenciar a opinião daqueles que se sentavam nos bancos das igrejas, como se tratará mais à frente.

A Igreja Católica, nascida da Proclamação da República, do Decreto número 119/1889 e da Constituição Federal de 1991, estava desvinculada da sua fonte maior de influência, durante quase cinco séculos de história no Brasil. Para ela, seria preciso encontrar uma nova fonte de poder para se reafirmar como uma instituição forte e combater as dissidências religiosas, as conversões ao protestantismo, o poder da maçonaria, entre outros. Era preciso reconstruir o corpo eclesiástico brasileiro e, para isso, o Vaticano enviou padres de outros países para o Brasil, abriram-se novas dioceses para atender melhor à sociedade e criaram-se seminários para a formação do clero.

Se, por um lado, a Igreja Católica do Brasil foi alijada da participação do poder estatal que lhe conferia uma certa estabilidade e hegemonia; por outro, ela se libertou das amarras que este mesmo poder lhe impunha e que limitava o seu crescimento. A Igreja brasileira se conectou com o Vaticano, interligando-se e incorporando-se ao conjunto de fiéis e servidores da fé católica. É deste período a publicação da *Rerum Novarum*, na qual Roma se insere no processo de modernização do mundo que já ocorria há tempos.

Os resultados da liberdade nas ações da Igreja Católica do Brasil são impressionantes e demonstram o quanto ela deixou de crescer enquanto esteve tutelada pelo governo.

Depois de 1891, a Igreja teve que construir a sua organização a partir praticamente do nada. Em 1889 havia apenas onze dioceses e uma

arquidiocese. [...]. Em 1893 o Papa Leão XIII criou outra província eclesiástica, em acréscimo à já existente, e mais quatro novas dioceses. Daí por diante o aumento das divisões eclesiásticas foi rápido. Em 1900 havia 17, em 1910 havia 30, em 1920 já chegava a 58 e por volta de 1964 o número de divisões eclesiásticas era 178. Quer dizer que num período relativamente breve de setenta e poucos anos, houve um aumento de 1.500% no número de dioceses, arquidioceses, etc. Convém também observar que os bispos agora nomeados para as sés eram a escolha de Roma e não do governo, embora houvesse sempre uma consulta prévia a este último antes de uma nomeação (BRUNEAU, 1974, p. 68-89).

A maior preocupação da Igreja Católica do Brasil, conectada à Santa Sé romana, era a reafirmação de sua posição como instituição religiosa, a reconstrução de sua base de influência na sociedade e foi isso que ela fez nesse período posterior a 1889 e 1891. Outro ponto importante de atuação nesse momento foi a reconstrução de uma rede de seminários para formar as novas gerações de padres. Além do inevitável aumento na quantidade, necessidade urgente devido à escassez de clérigos, a qualidade desses estabelecimentos deveria ser melhorada, retirando a doutrina contrária aos interesses de Roma que predominou no século anterior. Assim, formaram-se instituições que ficaram sob a responsabilidade das ordens vicentina, beneditina, lazaria e jesuítas.

A Igreja Católica do Brasil passa a fazer parte da vida das pessoas, amplia a sua zona de influência, para além do serviço religioso, com a criação de escolas, grupos piedosos, associações de religiosos que realizavam obras em nome da sociedade católica. O objetivo desse tipo de ação era marcar presença no território brasileiro, perdida com a separação do Estado.

Outro momento importante nesse período da história da Igreja Católica do Brasil é o surgimento do modelo de neocristandade. O ideal da neocristandade, no Brasil, surge com Dom Sebastião Leme, Cardeal Arcebispo, em 1916, ao publicar a Carta Pastoral que propunha recatolizar o país a partir dos desafios impostos em 1891. O termo significa uma nova forma de a Igreja Católica se posicionar perante a sociedade, de maneira mais profunda.

Neste período, a Igreja Católica se atribuía a missão de salvar os fiéis através de um processo individual, era a prática do catolicismo que levava o

indivíduo mais próximo do Salvador. Assim, a presença nas missas, as preces, os sacramentos, a doação financeira para as obras da fé, a obediência de uma moral católica nas relações pessoas eram o sinônimo de salvação. A modernidade seria um dos inimigos a serem perseguidos, pois ela rompeu o ideal de família baseada na autoridade, alimentou um culto ao indivíduo que possuísse dinheiro e poder, rompendo os valores morais da religião, a autoridade e a família. Da mesma maneira, para ela não fazia parte de seus deveres a transformação social, a ascensão dos menos favorecidos.

A participação popular foi um importante incremento nas atividades do clero brasileiro. A Ação Católica, movimento surgido em Minas Gerais com o objetivo de revogar o fim da educação religiosa nas instituições públicas de ensino, foi um importante aliado da Igreja Católica. Eles elaboraram petições para defender os interesses católicos, minaram o pensamento racionalista e positivista das elites nacionais, ajudaram no desenvolvimento institucional e da imagem, do prestígio e influência da Igreja (MAINWARING, 1989, p. 46).

Foi criado o Centro Dom Vital, um instituto ligado diretamente à instituição católica e que foi de grande importância para o desenvolvimento da Igreja na política e nas ações com a sociedade. Passaram por ele grandes líderes da fé no Brasil, como Dom Hélder Câmara, nesse momento ainda nos quadros da chamada direita conservadora e que será um dos maiores rivais do governo pós 1964. Outras iniciativas foram levadas a cabo na tentativa de se aproximar cada vez mais da sociedade.

Embora os intelectuais associados ao Centro Dom Vital fossem os leigos de maior destaque na restauração católica, a Igreja da neocristandade mobilizou centenas de milhares de pessoas e organizou movimentos leigos, particularmente entre a classe média urbana. A União Popular (Minas, 1909), a Liga Brasileira das Senhoras Católicas (1910), a Aliança Feminina (1919), a Congregação Mariana (1924), os Círculos Operários (1930), a Juventude Universitária Católica (1930) e a Ação Católica Brasileira (1935) foram importantes movimentos criados durante esse período. Estritamente controlados pela hierarquia, esses movimentos afirmaram uma presença católica mais forte nas instituições e no Estado (MAINWARING, 1989, p. 47).

Esses movimentos católicos ligados ao conceito de renovação da participação da Igreja na sociedade, da neocristandade vão se firmar na

sociedade brasileira, conferindo uma nova força à Igreja Católica. A ação pastoral vai frutificar a partir dos anos 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Ele [o ideal de neocristandade] atingiu seu apogeu de 1930 a 1945, quando Getúlio Vargas era presidente. A Igreja permaneceu politicamente conservadora, se opondo à secularização e às outras religiões, e pregava a hierarquia e a ordem. Insistindo num catolicismo mais vigoroso e que se imiscuísse nas principais instituições e nos governos, as atitudes práticas das pastorais da neocristandade se diferenciavam das anteriores. Assim conseguia o que percebia como sendo os interesses indispensáveis da Igreja: a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo (MAINWARING, 1989, p. 43).

Outro importante fator de convergência entre Igreja Católica e Estado brasileiro nesse período foi a amizade entre o presidente Vargas e o Cardeal Leme. Seus caminhos se cruzaram com o golpe militar deferido em 1930 e a deposição do presidente eleito Washington Luís. Coube ao clérigo a incumbência de convencer o político a não manter resistência à ação dos militares. Getúlio ficou muito agradecido ao religioso, pois este gesto também lhe favoreceu, aumentou seu prestígio perante o povo. Essa amizade acabou por moldar o futuro das relações entre Igreja e Estado, ainda mais com a convergência entre seus ideais comuns de manutenção da ordem estabelecida. A partir desses pontos em comum desenvolveu-se uma mútua cooperação entre Igreja e Estado.

Essa cooperação se manteve mesmo após a instituição do Estado Novo, o governo ditatorial de Vargas, em 1937, a amistosa relação entre o presidente e o Cardeal Leme assegurou essa postura. A situação legal da Igreja havia mudado de garantia constitucional, em 1934, para concessão presidencial, em 1937. De um jeito ou de outro, os benefícios mútuos entre essas duas instituições se mantiveram com as reviravoltas políticas, como o fim do governo Vargas, em 1945, e o processo de redemocratização.

Durante duas ou três décadas, o modelo da neocristandade defendeu com eficácia os interesses mais significativos da Igreja. Apesar de sua presença ser relativamente frágil entre vastos segmentos da população, a Igreja foi capaz de atingir muitos objetivos importantes. Dispunha de um virtual monopólio religioso, havia desenvolvido uma

forte presença católica entre as elites governantes e as classes dominantes, na educação sua voz era a mais importante; algumas de suas preocupações morais de maior destaque, tal como o *status* da família, eram respeitadas; a sociedade era estável e ordeira, a e legislação de Vargas satisfazia muitos aspectos da doutrina social da Igreja. (MAINWARING, 1989, p. 52).

Ao fim do governo Vargas, a Igreja Católica do Brasil já havia conseguido atingir muitos de seus objetivos. As antigas alianças da fé católica no Brasil foram substituídas por outras mais próximas da realidade social da época, saíram as elites rurais e entraram a burguesia urbana e a classe média. O que não mudou para a igreja foi a sua doutrina religiosa e a sua posição política, ela ainda se manteve ligada ao passado e contra o processo de secularização da sociedade, cada vez mais rápido. Para Mainwaring (1989, p.55), com ascensão dos governos democráticos no pós-1945 ela foi obrigada a negociar com os novos governantes a sua posição para manter seus privilégios, nem de longe tão vantajosos como no governo Vargas.

Seguindo sua estratégia tradicional de se acomodar ao Estado sempre que possível, a Igreja teve que mudar para manter um bom relacionamento com os governos democráticos. Teve que diminuir a ênfase na autoridade, na ordem e na disciplina de modo a manter-se em dia com as mudanças na política nacional. A sociedade se mostrava mais participante e mais democrática e tornava-se mais difícil para uma instituição que esperava representar todas as classes sociais permanecer tão hierarquizada e autoritária quanto fora antes. (MAINWARING, 1989, p. 55).

Em 1942, morre Cardeal Leme, e a liderança da Igreja Católica do Brasil fica vaga, o lugar seria preenchido apenas na década seguinte com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Esta foi uma iniciativa do Cardeal Motta, arcebispo de São Paulo, e do Cardeal Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro que, enviaram a todos os bispos brasileiros o projeto da organização. E em outubro de 1952, a instituição dos bispos teve a sua primeira reunião elegendo o arcebispo paulistano como seu primeiro presidente.

A CNBB, criada em 1952, crescia graças ao dinamismo de seu secretário, por 12 anos seguidos, Hélder Câmara, da infraestrutura da Ação Católica, de um punhado de leigos que aí prestavam seus serviços e de um grupo de bispos, de origem nordestina,

principalmente, que prestavam apoio incondicional à organização. Cabe destacar entre eles alguns amigos mais chegados de D. Hélder, pessoas de sua inteira confiança e intimidade: D. José Távora, auxiliar do Rio, e, depois arcebispo de Aracaju, D. Eugênio Sales, administrador de Natal, D. Fernando Gomes, arcebispo de Goiânia. (BEOZZO, 1993, p. 40)

Entre os anos de 1962 e 1965 ocorreu o Concílio Vaticano II, ele é o motor das transformações ocorridas na Igreja Católica de Roma e do mundo, foi ele que “abriu as portas para que a Igreja Católica pudesse rever suas posições, passando de uma igreja exclusiva e alheia ao mundo para uma igreja dialogal e no mundo. Em síntese, a igreja reconheceu que pertencia ao mundo e que seu papel era o de se ocupar com ele” (MIKLOS, 2013, p. 78).

O Concílio Vaticano II ocorreu em Roma e se deu em quatro sessões, sendo considerado como o início da mudança da Igreja perante seus fiéis. Segundo Miklos (2013, p.30), o Concílio enfatizou, através dos documentos publicados, a missão social da Igreja, o leigo se tornou ponto importante como povo de Deus, abriu espaço para o diálogo ecumênico, ainda insipiente, modificou a liturgia para ser mais acessível e reviu as relações entre fé e mundo moderno.

No mesmo espírito renovador do Concílio Vaticano II, com sua preocupação e trabalho com os pobres e a realidade local de cada Igreja nacional, ocorre em 1967 a II Conferência Geral do Episcopado da América Latina, em Medellín, Colômbia. É nesta reunião que a Sé latina procura meios de adaptar os preceitos estabelecidos no Concílio Vaticano II às necessidades específicas de seu povo.

A novidade maior de Medellín reside em três pontos: um metodológico, ao estabelecer em primeiro lugar um estudo dos fatos; em segundo um confronto entre estes e a palavra de Deus e da Igreja, sobretudo no Vaticano II, para só então, em terceiro lugar, traçar caminhos para a ação pastoral. A segunda novidade de Medellín está nos conceitos que coloca em jogo para sua análise da realidade, as categorias bíblicas que evoca, principalmente as do pobre e do oprimido, e no rigor com que procede da leitura dos acontecimentos para as conclusões práticas que se impõem (BEOZZO, 1993, p. 122).

Os efeitos dessas reuniões eclesiásticas chegam ao Brasil traduzidos em uma preocupação preferencial pelos mais carentes da sociedade e em uma

busca por emancipa-los da condição de oprimidos. O momento não poderia ser mais oportuno uma vez que além dos problemas sociais havia a questão recente da instalação do Estado Autoritário.

É somente em 1964 que as divergências entre Igreja Católica e Estado brasileiro se tornam de tal maneira insustentáveis que, logo na deflagração do Golpe, uma parte considerável da hierarquia católica já se posiciona contrária a ele, e a outra parcela vai, aos poucos, modificando sua posição.

2.3 O Golpe e a Igreja Dividida

O desenvolvimento que a Igreja Católica do Brasil realizou na primeira metade do século XX foi impressionante, deixou de ser um braço do governo imperial para assumir o posto de parceira dos governos democráticos no pós-1945. Outros acontecimentos mudaram não a estrutura física e política da Sé brasileira, mas alteraram sua própria atuação frente aos fiéis, um deles foi o Vaticano II como já foi dito. Com tomada do poder pelos militares em 1964, a Igreja do Brasil se vê novamente em uma delicada situação, a divisão interna no suporte ou crítica ao governo instituído.

Não há dentro da Igreja brasileira uma unanimidade em relação ao governo dos militares, pelo contrário.

No campo social e político, a divergência se deu entre os que, por razões evangélicas e pastorais, se afastaram os governos militares, denunciando a violação dos direitos humanos, abusos, torturas, e os que, igualmente por razões pastorais, julgavam dever manter canais abertos ao diálogo e campos de colaboração mútua na educação, na saúde, etc. (BEOZZO, 1993, p. 90)

Dentro do corpo clerical existiram aqueles que apoiaram o golpe e o governo militar, mesmo em detrimento do quadro da própria Igreja. Um caso exemplar, é o de dom Agnelo Rossi, Arcebispo de Ribeirão Preto e depois de São Paulo, que preferiu manter as cordiais relações com a cúpula do regime militar. Seu apoio aos militares e contra o governo deposto de João Goulart vem de antes do Golpe com a participação na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em 19 de março.

Já à frente da Arquidiocese de São Paulo, teve papel ímpar na prisão dos frades dominicanos, que resultaria no suicídio de um deles, frei Tito. Seu sucessor à frente do arcebispado, Dom Paulo Evaristo Arns, na época bispo auxiliar da capital paulistana, é quem narra o episódio. Segundo ele, ao realizar visita aos frades dominicanos, ordenada pelo próprio Cardeal Rossi, à qual se fez acompanhar do frei Gilberto Gorgulho, que devido à sua boa memória poderia registrar algum gesto ou palavra dos prisioneiros. Depois de presenciar a situação deplorável dos religiosos, ambos chegaram ao consenso de que houve tortura, em pelo menos um caso, o do frei Tito de Alencar. Ao comunicar o fato ao superior, ouve a resposta: “Muito obrigado, dom Paulo, mas devo-lhe confiar que outros me garantem que não há tortura nas nossas prisões” (ARNS, 2001, p. 148-150).

Outro acontecimento envolvendo o Cardeal Rossi e a prisão dos frades dominicanos o fez receber a alcunha de “paladino do silêncio”. O fato tem início com a viagem de Dom Hélder Câmara ao Vaticano para denunciar o caso de tortura contra os religiosos no Brasil, ao que o papa Paulo VI faz um pronunciamento pedindo que o governo desminta o ocorrido.

Se as 43 palavras de Paulo VI produziram algum efeito concreto, este foi a sagradação de d. Agnello Rossi como paladino do silêncio. O Cardeal de São Paulo denunciou “a maledicência organizada internacionalmente” contra o regime brasileiro. No sermão da Páscoa, na praça da Sé, sintetizou sua doutrina: “Detesto a demagogia e é indigno e impatriótico denunciar alguma coisa de seu país no exterior. Havendo roupa suja, lava-se em casa” (GASPARI, 2014b, p. 283).

Outro fator que mereceu a atenção do papa Paulo VI foram as denúncias de Dom Geraldo Proença Sigaud contra Dom Pedro Casaldáliga, acusado de comunista e que seria o responsável pelo conflito entre Igreja e Estado. Segundo Beozzo (1993, p.211), o papa fez chegar ao governo brasileiro sua posição, fazer alguma coisa contra Dom Pedro seria o mesmo que fazer ao papa. Na sequência de atuação do sumo pontífice estava a tentativa de afastar os setores mais brandos em relação ao governo militar, como o próprio Cardeal Rossi, que foi convidado para ocupar cargo no Vaticano. Em seu lugar foi colocado Dom Paulo Evaristo Arns, responsável pela pastoral dos presídios.

A oposição inicial ao governo militar foi mínima, a alta hierarquia da Igreja Católica no Brasil se assegurou disso. Duas transferências de religiosos foram suficientes para minar a possível oposição inicial ao novo regime. Em primeiro lugar, Dom Hélder Câmara foi retirado da Arquidiocese do Rio de Janeiro e seria enviado ao Maranhão, na diocese da capital do estado, não fosse uma trágica notícia de última hora que chegou ao Vaticano, a morte inesperada do Arcebispo de Recife e Olinda, Dom Carlos Coelho. Dom Hélder foi, então, encaminhado para São Luís. Não era a resolução ideal para os conservadores da Sé, mas pelo menos ele não estava mais presente no Rio de Janeiro (GASPARI, 2014b, p.249).

Líder fascista nos anos 1930, popularesco nos anos 1950 e homem de esquerda para o resto da vida, foi acima de tudo um organizador da força do catolicismo. Passou de seminarista a bispo em 29 anos, sem cuidar de paróquia. [...]. Trazido para o Rio de Janeiro, reorganizou a Ação Católica Brasileira e trabalhou com Roma na criação da CNBB. Lá, contava com um admirador e aliado entre os monsenhores que formavam a corte de Pio XII. Chamava-se Giovanni Battista Montini. Criada a CNBB, d. Helder ocupou sua secretaria geral por doze anos. Em 1964 ele era a um só tempo nome da estima do papa Paulo VI (seu amigo Montini, eleito havia um ano), encanto da esquerda católica europeia, símbolo do apostolado dos humildes, poderoso articulista na CNBB e o mais popular dos sacerdotes brasileiros. Para a nova ordem política brasileira, tinha o exato perfil de um problema. [...]. No dia 11 de abril de 1964, diante da sé do Recife, onde acabara de ser sagrado arcebispo, advertiu: “Não confundamos a bela e indispensável noção de ordem, fim de todo o progresso humano, com contrafações suas, responsáveis pela manutenção de estruturas que todos reconhecem não podem ser mantidas. (GASPARI, 2014b, p. 250-251).

A outra transferência que alteraria os rumos do poder político da Igreja Católica do Brasil foi a substituição do Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, indo assumir a arquidiocese de Aparecida a pedido do próprio, pelo Arcebispo de Ribeirão Preto, Dom Agnello Rossi.

O conservadorismo colocou na presidência da CNBB o arcebispo de Ribeirão Preto, d. Agnello Rossi. Um mês depois, durante os debates da terceira sessão do Concílio, Paulo VI indicou-o arcebispo de São Paulo. [...] Agnello Rossi recebeu junto com o pálio da sé paulista a oferta de liderança de um reordenamento conservador. Aos 51 nos, saído de um bispado sem expressão política, chefiava a maior arquidiocese do país e presidia uma CNBB sem d. Helder na secretaria-geral. Tornou-se um operário do regresso. Com a ajuda da hierarquia tentou fazer com que a Igreja coubesse dentro do projeto desmobilizador do regime. Diluiu a ação da CNBB, liquidou as

organizações laicas da juventude católica e afastou-se do debate político (GASPARI, 2014b, p. 251-252).

Conforme visto acima, a hierarquia católica confabulou para a retirada do poder das mãos daquele que poderia se opor à instalação do regime militar no Brasil e conferiu poder maior àquele que tinha por meta a dissolução do debate político dentro das organizações católicas. Assim, minou-se a oposição oficial dos padres ao Estado Autoritário. Porém, não acabou com as práticas do baixo clero em defender seu rebanho contra as arbitrariedades do governo militar. Estes, em uma grande quantidade foram presos e torturados juntamente com uma enorme quantidade de civis, quando o alto clero católico não podia mais esconder esses fatos, a oposição surgiu e se fez ouvir.

CAPÍTULO 3

IMPRENSA CATÓLICA E RESISTÊNCIA: O SEMANÁRIO *O SÃO PAULO*

O presente capítulo visa compreender a história do semanário *O São Paulo* e como ele se insere na ação pastoral e política da Igreja Católica em São Paulo. Para tanto, será preciso invocar a relação entre a Arquidiocese paulistana e os meios de comunicação social e, posteriormente, analisar as diferentes fases e objetivos católicos que serão transmitidos às páginas do seu jornal e que culminará na instalação da censura por parte do governo militar ao mesmo. Por fim, esboça-se um panorama da atual situação do periódico.

3.1 A Arquidiocese de São Paulo e os Meios de Comunicação Social

Considerando o contexto atual das relações entre mídia e religião deve parecer estranho o fato de a Igreja Católica ter demorado tanto tempo para perceber o potencial inerente aos meios de comunicação social. Atualmente, as pesquisas que relacionam estes elementos são bastante produtivas, tendo em vista que as religiões estão presentes em todos os veículos de comunicação existentes, jornais, rádio, televisão, internet, etc.

É preciso lembrar que na origem do que se conhece como imprensa está o invento de Johannes Gutenberg, a prensa de tipos moveis. A invenção do século XV permitia a impressão de textos em uma velocidade muito maior que a prática de reprodução utilizada à época, a cópia manual realizada por monges. Apesar de o primeiro livro produzido pela prensa ter sido a Bíblia, a Igreja Católica não aceitou muito bem a novidade por acreditar que ela poderia “corromper” os fiéis através dos livros impressos. Assim, é criado o Index²⁹ que proibia a publicação e leitura de livros contrários à doutrina católica.

²⁹ O Índice de Livros Proibidos, em latim *Index Librorum Prohibitorum*, foi criado na segunda metade do século XVI com o objetivo de “defender” os fiéis católicos das doutrinas errôneas, principalmente as protestantes. O Índice somente foi abolido pela Igreja no século XX, após o Concílio Vaticano II. Disponível em:<<http://www.ecclesia.pt/catolicopedia>>. Acesso em: 3 jun.2016.

Outro fator importante que determina a relação entre Igreja e meios de comunicação é sua postura tradicional. Ela se manteve afastada dos acontecimentos mundanos, dos problemas e das novidades que chegavam à sociedade em geral, acreditando, ainda, em seu papel singular na formação cultural dos homens.

Esse sentimento de desconfiança em relação aos meios de comunicação perdurou na Santa Sé até meados do século XX, quando o Vaticano se rendeu ao poder dos meios de comunicação criando o seu próprio jornal *L’Osservatore Romano*³⁰, em 1861, sob o pontificado de Pio IX. O periódico possui versões semanais em diversas línguas, sendo a versão em português iniciada em 1970.

Depois da experiência romana, os meios de comunicação ligados à Igreja Católica se espalharam pelo mundo. Na Arquidiocese de São Paulo não foi diferente. A primeira experiência do gênero se deu no início do século XX, com o jornal *A Gazeta do Povo*, lançado em 1905, e substituído pelo *Legionário* em 1929. Este será substituído pelo jornal arquidiocesano *O São Paulo*, do qual trataremos mais à frente.

A Arquidiocese de São Paulo passou a editar também, em 1969, o *Boletim Ciec*, do *Centro de Informações Ecclesia*, que se tornou o responsável por transmitir as informações da Igreja Católica de São Paulo para os meios de comunicação social laicos da sociedade. O boletim não sofreu a perseguição da censura do governo militar, como explica Braga (2010, p. 89-90).

Diferentemente do semanário *O São Paulo*, o Boletim CIEC não sofreu censura prévia durante o período do governo autoritário. Isso porque ele era um boletim de informação oferecido à imprensa em geral, e não ao público, logo, não “oferecia perigo”. No entanto, foram por suas páginas que ficaram registradas todas as investidas da censura contra o semanário da Arquidiocese. Diversas vezes isso acontecia de forma simultânea com o semanário *O São Paulo*, o que acarretava, inclusive, na edição de textos censurados que não puderam entrar nas páginas do jornal. Portanto, podemos

³⁰ O jornal *L’Osservatore Romano* foi criado a partir de dois outros jornais existentes, *Il Costituzionale Romano* e o *L’Osservatore*. O periódico possui arquivo digitalizado de todas as edições diárias desde o lançamento, disponível para envio postal através de CD-ROM. Disponível em:<www.osservatoreromano.va>. Acesso em: 2 jun. 2016.

chegar à conclusão que a criação do CIEC e do seu boletim constituíram, juntos, um único veículo de informação, denúncia e protesto contra a censura militar prévia imposta aos meios de comunicação social. Diferente do *Boletim Ecclesia*, a Rádio 9 de Julho foi atingida pela censura do governo aos meios de comunicação social. Além da censura prévia, com a gravação dos programas a serem transmitidos, a Rádio foi alvo da censura máxima do regime militar, e o fechamento da transmissora se deu em 5 de novembro de 1973.

A rádio surge em 1953, como parte dos preparativos para o aniversário de quatrocentos anos da cidade de São Paulo, ainda como emissora temporária. Após as comemorações festivas, em 25 de janeiro de 1954, foi ofertado ao Cardeal Motta, então líder da Igreja Paulistana, a concessão definitiva da emissora. Para tanto, era necessário que uma empresa fosse formalizada, surgia assim uma associação comercial Rádio Nove de Julho Ltda., mais tarde, transformada na Fundação Metropolitana Paulista, que além de manter a rádio passaria, posteriormente, a editar também o semanário *O São Paulo* e o *Boletim CIEC*.

A *Rádio 9 de Julho* permaneceu entre os paulistanos de sua inauguração, em 03 de março de 1956, até o fechamento na década de 1970. Dom Paulo Evaristo Arns, em seu livro *Da Esperança à utopia: testemunhos de uma vida*, oferece como explicação para o fechamento da rádio o uso da Lei 4.117 de 1963³¹, pelo general presidente Médici, que editou os decretos 70.028³² e 70.038³³ declarando vencida a outorga da concessão de radiodifusão. A saga da *Rádio 9 de Julho* foi constantemente estampada nas páginas do semanário *O São Paulo*, seja em suas capas, seja nas demais páginas do jornal.

A figura 6 é um dos inúmeros exemplos encontrados nas pesquisas ao jornal *O São Paulo* desta página. Publicada na edição número 931 de 15 de dezembro de 1973, constam sete manchetes sobre o caso do fechamento da Rádio 9 de Julho. Três foram selecionadas para serem descritas aqui como

³¹ Na realidade a Lei 4.117 foi promulgada em 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm>. Acesso em: 2 jun.2016.

³² Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73028-30-outubro-1973-421642-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 jun.2016.

³³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D73038.htm>. Acesso em: 2 jun.2016.

exemplo da abrangência do apoio recebido pela Arquidiocese de São Paulo e das ações realizadas pelos membros da Igreja Católica.

Figura 6 - Página 5 semanário *O São Paulo*, de 15 de dezembro de 1973



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Em “Comunidade católica colabora com o Fundo de Indenização”, explica-se o problema decorrido do fim das ações da emissora em relação aos seus funcionários, em número aproximado de 50 pessoas, que devem receber seus direitos trabalhistas, cujo valor Cr\$ 783.000,00 (setecentos e oitenta e três mil cruzeiros), a Arquidioceses não dispõe. Para angariar o valor devido, esta lança uma campanha para conseguir doações e quitar o débito, cujos valores estariam em Cr\$ 100.500,00 (cem mil e quinhentos cruzeiros). Há, ainda, o agradecimento a pessoas e instituições que fizeram doações ao fundo.

Na manchete, “Silenciada outra Rádio Católica”, fala-se do fechamento da Rádio Palmares, outra emissora católica, pertencente à Arquidiocese de

Maceió. Publica-se um telegrama do Cardeal Arns ao Arcebispo Dom Adelmo Cavalcante, no qual agradece a solidariedade prestada pelos alagoanos e demonstra seu apoio em relação aos problemas enfrentados pelo colega. Na mesma correspondência, o líder da igreja em São Paulo se coloca como portavoz de um pedido ao general presidente Médici para rever a decisão de fechar a Rádio Palmares.

Finalmente, a manchete “Telegrama para Da. Scila” é a descrição de uma mensagem da Paróquia São Geraldo das Perdizes, narrando o envio de correspondências das “senhoras” paroquianas à Presidência da República e a recomendação de envio de telegrama à Scila Médici, esposa do general presidente Emílio Garrastazu Médici, solicitando a intervenção da mesma no caso da Rádio 9 de Julho.

O caso do fechamento da Rádio 9 de Julho ainda foi tema do semanário *O São Paulo* por muito tempo e permaneceu na memória daqueles que presenciaram o fato. O Cardeal Arns, em seu livro de memórias, conta que para continuar a transmissão do programa *Encontro com o Pastor* alugou espaço na Rádio Tupi, com patrocínio, porém, foi impedido de iniciar as mensagens por conta da censura (2001, p. 423).

A saga da Rádio 9 de Julho teria novo capítulo com a redemocratização do país em 1985 e a posse do presidente civil.

A Rádio Nove de Julho estava sempre em nosso coração e em nossos lábios, desde o dia 30 de outubro de 1973, quando ela foi cassada por dois decretos do Presidente Médici. Prova disso foi o fato de eu pedir ao primeiro presidente civil, José Sarney, na hora mesma de sua posse, em 1985, que devolvesse imediatamente a emissora ao povo de São Paulo. A ocasião era favorável. Eu me encontrava ao lado do presidente quando terminaram os cumprimentos e se iniciou aquela pausa indispesável para o novo ato na sucessão presidencial. (ARNS, 2001, p. 419).

Apesar de ter uma boa recepção ao seu pedido, o Cardeal Arns ainda demoraria alguns anos para ter a Rádio 9 de Julho aberta novamente. A “devolução” ainda passaria por mais dois presidentes até que, em meados da década de 1990, fosse realizada.

A emissora acabou sendo devolvida por um outro presidente da República que experimentou o mesmo amargor conosco em São Paulo, quando fomos prejudicados em nossa comunicação constante com o povo da capital e de outras partes do Brasil. Fernando Henrique Cardoso, que trabalhara conosco durante longos anos, me chamou a Brasília para o ato da devolução em 9 de julho de 1996, e reuniu para tanto o ministro das Comunicações Sérgio Motta e as mais altas autoridades de seu governo. Foi necessário recomeçar da estaca zero: sede, equipamentos, contratação de pessoal. A bênção para o tempo experimental das novas instalações da rádio foi dada em 19 de março de 1999 e a reinauguração oficial aconteceu em 23 de outubro do mesmo ano. O clero e o povo participaram vivamente de todas as fases da luta dramática para a Igreja de São Paulo ter de volta a sua rádio, luta que se prolongou por vinte e três anos, sempre andando de esperança em esperança. (ARNS, 2001, p. 420).

Assim, encerrou-se o caso da Rádio 9 de Julho, e a comunicação entre a Igreja Católica em São Paulo e seus fiéis voltou a ser realizada também por este veículo. Atualmente, a rádio possui um *site* na internet³⁴, ligado diretamente ao *site* da Arquidiocese paulistana, e no qual podem ser consultados fotos de eventos promovidos pela emissora, a programação diária, os endereços eletrônicos de contato, além de um pequeno resumo da história de sua memória, entre outros.

A Igreja paulistana também está presente na internet através dos *sites* de seus outros meios de comunicação, como a *WebTv Paulo Apóstolo*³⁵. Esta se configura como um canal de televisão com vídeos formatados especialmente para a exibição *on-line*. A iniciativa teve curta duração, porém, os vídeos à disposição dos espectadores somam 134, com muitos em duplicidade, e cobrem o período de maio de 2009 e abril de 2015.

Outro instrumento de comunicação social utilizado pela Igreja de São Paulo é o folheto *O Povo de Deus em São Paulo*, utilizado para facilitar a participação dos fiéis nas missas. No site estão disponíveis para *download* a versão digital do encarte a partir do ano 2000. Ele tem diferentes funções.

Este folheto litúrgico, criado em 1976, tem a missão não apenas de ser um rico subsídio para os cristãos participarem do ápice da sua fé, a santa missa, mas também promover a unidade dos católicos nas celebrações dominicais da Arquidiocese e de outras paróquias que assinam o folheto. O Povo de Deus em São Paulo também é um rico canal de comunicação dos principais eventos da Igreja Particular de

³⁴ O site pode ser acessado no endereço eletrônico: <<http://www.radio9dejulho.com.br>>. Acesso em: 2 jun.2016.

³⁵ Disponível em: <<http://arquisp.org.br/webtv-paulo-apostolo>>. Acesso em: 2 jun.2016.

São Paulo, bem como mais um canal de diálogo do arcebispo, cardeal dom Odilo Scherer, com o povo desta grande cidade³⁶.

Apesar de toda essa gama de meios de comunicação disponíveis para a Igreja Católica de São Paulo se relacionar com seus fiéis, este trabalho se propõe a examinar mais atentamente o semanário *O São Paulo*, o que se fará a seguir.

3.2 A Gênese do Semanário *O São Paulo*

Em meados da década de 1950, a Arquidiocese de São Paulo contava com o jornal não oficial *Legionário*, de 1929, para realizar seu serviço de comunicação social. A relação entre a Igreja Católica e os meios de comunicação havia mudado bastante desde a inauguração deste periódico. Em 1953, por exemplo, houve a experiência com a *Rádio 9 de Julho* que, como já dito anteriormente, deixou de ser temporária e se incorporou à Santa Sé paulistana. Com essa nova experiência comunicacional, a Igreja sentiu que precisava de uma nova publicação jornalística que a aproximasse dos seus fiéis, que os ligasse ao cotidiano religioso da paróquia e os transformasse em uma comunidade. É, justamente, com esse objetivo que em 25 de janeiro de 1955, aniversário da cidade de São Paulo, se inaugura uma nova etapa na relação entre Igreja Católica, meios de comunicação e fiéis, através da criação do semanário *O São Paulo*.

O professor Fábio Lanza, estudioso do jornal *O São Paulo* e sua relação com o governo militar e a censura, divide a história deste em três períodos. A primeira fase tem início em 1956, com o seu surgimento, e vai até 1964, quando o Cardeal Motta, seu fundador, deixa a Arquidiocese de São Paulo. Este estágio é caracterizado pela institucionalização do semanário como porta voz da Igreja na

defesa dos bons costumes, o apostolado da boa imprensa, que fosse muito firme como o apóstolo Paulo na defesa da Sã Doutrina da Igreja. [...] ele trabalhava muito nessa linha mesmo de conotação

³⁶ Disponível em <<http://www.arquisp.org.br/liturgia/folheto-povo-de-deus>>. Acesso em: 2 jun.2016.

moral, de defesa dos bons costumes, defesa da moral cristã (PEREIRA in LANZA, 2001, p. 111).

Outra característica desse período é a deflagração do Golpe midiático-civil-militar em 1964, o posterior Estado Autoritário que se instalou no Brasil e a maneira como o semanário a noticiou. Acontecimentos que revelam o apoio dado aos militares que se instalaram no poder central. O uso dos termos “movimento revolucionário” e “revolução” demonstra o apoio dado ao golpe, pois eles legitimam o processo de derrubada do presidente eleito e justificam a tomada do poder pelos militares antes que os comunistas o fizessem, o que para os quartéis da época era evento certeiro.

Um movimento revolucionário iniciado pelos governadores de MG, SP, Guanabara e Rio Grande do Sul e apoiado pelas Forças Armadas, conseguiu, em poucas horas, derrubar o presidente João Goulart. O III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, tentou resistir, mas vendo que seria inglória a sua luta decidiu entregar-se.[...]

Os chefes do movimento revolucionário que teve como escudo o combate ao comunismo estão efetuando várias prisões de brasileiros e estrangeiros acusados de se acharem a serviço dessa ideologia materialista e anticristã. (O SÃO PAULO, 1964, p.1).

A segunda fase se inaugura com a chegada de Dom Agnelo Rossi à Arquidiocese de São Paulo, em 1966, e vai até 1970, quando ele é convocado a servir na Santa Sé. Este período é um momento de transição entre o conservadorismo que marcou o período anterior e a atuação considerada progressista do momento posterior. É aqui que ocorrem as discussões sobre o Concílio Vaticano II e como as suas decisões devem ser adaptadas à realidade brasileira; outra característica dessa fase é o uso da violência pelo governo contra o povo e a sua denúncia. Segundo o padre Aparecido Pereira,

O Brasil estava livre do comunismo. E de repente os militares começaram a desrespeitar os direitos humanos, torturas, tudo mais, então a Igreja, que era uma voz de consenso em relação à revolução, começou a ser uma voz de dissenso, a denunciar. Não estava junto àquelas coisas, a prisão, a tortura, o desaparecimento de pessoas, começou a ser um dissenso a não concordar com o regime (PEREIRA in LANZA, 2001, p. 112).

O terceiro período se inicia com a assunção de Dom Paulo Evaristo Arns ao cargo de Arcebispo de São Paulo, em 1970, e vai até 1978 com o fim da censura ao jornal *O São Paulo*, e é caracterizado pelo rompimento entre Estado Autoritário e Igreja Católica, pela utilização do semanário para denunciar a violenta repressão do governo militar, a divulgação e conscientização da população sobre os direitos humanos e a implantação das diretrizes do Concílio Vaticano II. Este é o momento de grande influência do periódico paulistano, em que a distribuição atinge um maior número de pessoas e instituições, nacionais e internacionais. Foi “no episcopado de D. Paulo, com toda a preocupação dele pelos Direitos Humanos, que o jornal ganhou maior prestígio”. (PEREIRA in LANZA, 2001, p. 112).

No primeiro exemplar do jornal, as intenções da Arquidiocese estão claramente definidas pelo Cardeal Motta, que assina uma carta de apresentação do periódico. Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta publica a missiva na primeira página da publicação em duas versões, uma manuscrita de próprio punho do cardeal e a sua transcrição em letra tipográfica, conforme a figura.

Figura 7– Primeira Página Semanário *O São Paulo*, de 25 de janeiro de 1956



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Os motivos que levaram o Cardeal Motta, líder da Igreja Católica em São Paulo, a criar o jornal estão expressos nessa carta de apresentação. Segundo ele, o semanário *O São Paulo* “é um título que é mais do céu do que da terra”, continua o clérigo, “é mais ainda, um título que é um programa do apostolado que o novo periódico vem realizar nos arraiais da imprensa paulistana” (MOTTA, 1956, p. 1). Para o cardeal, o jornal surge para satisfazer uma necessidade divina, uma necessidade dos representantes de Deus em sua tarefa de evangelizar, para incorporar os anseios da Arquidiocese na difusão de sua fé, pois como ele próprio afirma:

Se a imprensa, a boa imprensa, é órgão indispensável na estrutura de qualquer organismo da sociedade moderna, também para a igreja é elemento necessário à propagação e à defesa da fé e da moral, da doutrina e da prática da religião. Tanto é assim, que uma diocese que não disponha de uma imprensa, está desarmada para as suas campanhas apostólicas. Nem se comprehende, sem a imprensa, o

apostolado; pois importa haver uma imprensa veiculadora da crença e da ordem moral, e que se contraponha eficientemente à imprensa propagadora da descrença e do escândalo, e da injúria e da calúnia, e da mentira, e do ódio: uma imprensa que supere as armas do poder das trevas (MOTTA, 1956, p. 1).

Assim, o jornal e os demais meios de comunicação social da Igreja paulistana se tornam um instrumento de difusão da fé católica. Para além dessa missão de espalhar a palavra autoatribuída pela e para a Arquidiocese, o Cardeal Motta, ao utilizar termos como “defesa”, “desarmada” e “arma”, evoca o caráter belicoso que pretende para o jornal. Ele se torna um instrumento na guerra entre o “Bem” e o “Mal”, eterna disputa maniqueísta entre luz e trevas que, no século XX, ganha novo cenário. A batalha agora é travada no campo da imprensa, da opinião pública, dos meios de comunicação e *O São Paulo* é o mais novo trunfo da Igreja.

A carta de apresentação do jornal *O São Paulo* define claramente a visão do Cardeal Motta sobre a imprensa, ou melhor dizendo, a má imprensa, aquela à qual o jornal católico deve se opor.

Órgão formador, informador, moderador e diretor da opinião pública, é responsável pela mentalidade do povo e pela sorte do Estado. [...]. É preciso que se tenha a sinceridade de reconhecer e a coragem de dizer, que a maior parte da degradação moral contemporânea é causada pelos malefícios impressos nos compêndios e folhas (MOTTA, 1956, p. 1).

A análise das primeiras edições do jornal *O São Paulo* revela a intenção de seus fundadores, pretendido como o instrumento de difusão da fé contra seus inimigos, ou seja, unir a família católica em torno da leitura dele. Para tanto, em suas páginas encontram-se matérias de interesse para todos os membros da família da época, como matérias esportivas para os pais, página feminina para as mães e histórias em quadrinhos para as crianças. Resenhas de filmes que podem, ou não, serem indicados para o consumo das famílias com atenção especial para a formação de uma audiência crítica, tendo por base a moral. Constam sempre informações sobre educação, seja nos níveis elementares ou superior. Conforme visto na figura abaixo.

Figura 8 – Página 11 do semanário *O São Paulo*, 25 de janeiro de 1956.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

As atividades dos grupos de jovens da Igreja são comumente descritas, em especial a da Juventude Operária Católica, JOC, que no caso apresentado busca meios para escolarizar os trabalhadores urbanos. Estas práticas da juventude estarão sempre sob o signo da Ação Católica, que é identificada como “o apostolado direto, e o apostolado da presença: é a AÇÃO CATÓLICA” (O SÃO PAULO, 1956, p. 7). Outro exemplo de hábitos que o jornal tenta imprimir na sociedade é a vida paroquial como base da vida católica, expressa no *slogam* “sem vida paroquial não há vida católica”. Estes são exemplos de atitudes dos fiéis esperadas pelos representantes da Santa Sé em São Paulo, conforme figura abaixo.

Figura 9 – Página 7 do semanário *O São Paulo*, de 25 de janeiro de 1956.



Fonte: Arquivo pessoal do autor

O apoio conferido ao governo militar pela Arquidiocese paulistana e, consequentemente, pelo semanário *O São Paulo* não se restringe apenas ao âmbito ideológico de combate ao comunismo. As políticas econômicas do

Estado Autoritário também são alvo de elogios nas páginas do jornal, conforme figura 10 abaixo. Na mesma figura consta, ainda, na propaganda de uma loja de eletrodomésticos a promoção de um televisor e uma máquina de lavar roupa. Vale lembrar que o aumento da venda de aparelhos de televisão foi peça-chave no governo autoritário tanto para sua propaganda oficial quanto para o crescimento da indústria nacional, este baseado na oferta de crédito à população também vista na figura abaixo:

Figura 10– Página 7 do semanário *O São Paulo*, de 02 de janeiro de 1966



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Ao final deste primeiro período analisado, que corresponde ao arcebispado do Cardeal Motta, se entende que o jornal *O São Paulo* atendeu às necessidades da Igreja Católica local. A promoção de suas ações, a institucionalização do semanário como porta-voz da Arquidiocese, a defesa do

governo militar, a construção de uma vida comunitária baseada na paróquia foram as suas principais metas alcançadas.

As temáticas consideradas conservadoras e progressivas, respectivamente, dominantes nas décadas de 1950 e 1970, convivem em “harmonia” na década de 1960 sob o arcebispado do Cardeal Rossi. Exemplo disso é a imagem X, na qual temos a matéria “Inspeção policial no C.R.U.S.P.”, na qual é relatado uma das fiscalizações que ocorreram na Universidade de São Paulo em busca de materiais e indivíduos considerados subversivos à ordem estabelecida e defendida pelo Estado Autoritário e, em partes, pela Igreja. A mesma página contém a manchete “Direitos Humanos Caminho da Paz”, a temática predominante na década posterior e a mais defendida pelo Cardeal Arns.

Figura 11 – Página 2 do semanário *O São Paulo*, de 05 de janeiro de 1969



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Como se pode perceber através das diretrizes editoriais, acima expostas, do semanário *O São Paulo*, no período entre 1964 e 1970, não houve um consenso sobre a postura assumida pela Igreja Católica paulistana frente à realidade posta. Longe de ser um corpo homogêneo, a Arquidiocese é a representação da heterogeneidade de posições políticas, sociais, pastorais e eclesiásticas sempre decididas, em última instância, pelo Cardeal Rossi. O “paladino do silêncio” não foi tão inerte como se pretendeu alardear, mas realizou as mudanças de que fora capaz, abrindo espaço para que seu sucessor, Dom Paulo Evaristo Arns, concretizasse as transformações que os contextos histórico e social exigiam dos representantes da fé.

3.3 Novo modelo Comunicacional: Resistência e Censura

O arcebispado de Dom Paulo Evaristo Arns se inicia em novembro de 1970, porém, sua influência na Arquidiocese e no semanário *O São Paulo* remonta a 1966, ano em que ele foi transferido para a capital de São Paulo. O bispo Arns chega à nova residência com a experiência de ter trabalhado com os meios de comunicação social e com educação, principalmente por conta de seus anos de experiência como professor. Aos poucos, ele vai assumindo responsabilidades e imprimindo, na Igreja e no jornal, as suas características, as suas marcas.

Vale lembrar que, como seu antecessor, Dom Paulo não rompe imediatamente com o chamado conservadorismo da Igreja Católica, isto é feito de forma progressiva e muito mais em determinados assuntos do que em outros. Mesmo assim, o seu arcebispado é considerado progressista, principalmente quando comparado ao de seus antecessores, o Cardeal Motta e o Cardeal Rossi. Sua visão sobre a utilização dos meios de comunicação social, por exemplo, é muito diferente da anterior e inovadora. Para o Arcebispo Arns estes são ferramentas não apenas de evangelização, mas principalmente, de transformações sociais, como a luta por liberdades políticas e o respeito aos Direitos Humanos. Porém, no que diz respeito à defesa dos dogmas, leis e moral católicos, ele se mostrou tão rígido quanto seus predecessores.

A indiscutível defesa que a Igreja sempre fez da família numerosa continua de pé. A fertilidade humana foi, é e continuará sendo valor

em si mesma e as famílias que dispondo de recursos suficientes geram muitos filhos, continuam merecendo o aplauso da Igreja. ...A posição inatacável assumida pelo Vigário de Cristo, naturalmente levaria o assunto para apreciação moral, o que é competência estrita da Igreja, dos atuais métodos anticonceptivos em voga um pouco por toda parte, não excluída também a família cristã brasileira. A doutrina da *Humanae Vitae* veio clara e categórica: nenhum método artificial de controle da natalidade é aceitável do ponto de vista da ética natural e da moral evangélica. No atual estágio em que se encontra a ciência, o único método aceitável é o método do ritmo, mais conhecido como da continência ou "Ogino-Knauss (O SÃO PAULO, 1973, p. 3).

O tema do controle de natalidade aparece, ainda, na manchete de capa do jornal com o título "Reportagem confirma: BEMFAM contra natalidade". Segundo o texto, "em um mês de funcionamento, o posto atendeu a 190 mulheres, das quais 44% acabaram adotando o uso das pílulas e 11% o dispositivo intrauterino ou serpentina, estando as restantes 45% submetendo-se a exames. (O SÃO PAULO, 1971, p. 1).

Figura 12 – Primeira Página do semanário *O São Paulo*, de 16 de outubro de 1971



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Acima a figura 12 que contém a reportagem sobre o controle de natalidade, também possui uma outra reportagem que demonstra o conservadorismo da Igreja Católica mesmo no tempo de Dom Paulo. A reportagem, “CNBB repele plebiscito sobre divórcio”, demonstra a intransigência da Igreja Católica do Brasil em debater o tema proposto para a consulta popular e, a Arquidiocese, ao publicar a versão da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, coaduna com essa postura.

Na mesma imagem, tem-se outra reportagem que, por outro lado, exemplifica uma mudança de postura da Igreja Católica. Em “Infiltração comunista na Igreja” que, à primeira vista, seria mais um ataque puro ao comunismo-marxismo internacional que é ateu e corrompe a sociedade, bem ao estilo do Cardeal Motta e do Cardeal Rossi, acaba demarcando a mudança de posição da Igreja.

Lembramos que infelizmente o marxismo vem tentando infiltrar-se, com maior ou menor êxito, em várias instituições e que a responsabilidade é dos que se infiltram e não das próprias instituições, explicamos como a Igreja faz muito mais apontando as causas que favorecem o comunismo, do que adotando uma posição anticomunista meramente polêmica (O SÃO PAULO, 1971, p. 1).

Nota-se, a partir da leitura desse trecho, que o antigo posicionamento conservador cedeu lugar a uma nova postura, mais progressista, pode-se dizer. Para essa nova atuação é mais produtivo combater as causas que levam à proliferação do comunismo do que, simplesmente, a condenação dessa doutrina, pura e simples. A nova empreitada assumida pela Arquidiocese de São Paulo vai ser efetivada através do uso de seus meios de comunicação social, principalmente, o semanário *O São Paulo* e a Rádio 9 de Julho. Para Fábio Lanza, essa nova forma de utilizar os meios de comunicação social é levada a cabo com:

A lógica, segundo a qual os MCS podem levar à tomada de consciência e contribuir para que as pessoas lutem e se organizem de forma engajada para a transformação da realidade, era a leitura que entendia o mundo com suas contradições e processos históricos, onde Igreja e povo são desafiados frente às injustiças e desigualdades sociais da realidade brasileira (LANZA, 2001, p. 150).

Para que os meios de comunicação social da Igreja se tornem eficazes na consolidação de um agir coletivo efetivo e organizado na defesa dos direitos sociais é preciso antes fortalecer a presença desses meios de comunicação perante a sociedade. É justamente esta uma das preocupações do arcebispado de Dom Paulo Evaristo Arns, para tanto, ele cria na Arquidiocese de São Paulo o programa *Encontro com o Pastor*, transmitido pela Rádio 9 de Julho e, posteriormente, publicado no jornal *O São Paulo*. Eis uma parte do primeiro programa do Arcebispo,

E agora, a última Palavra, deste nosso primeiro Encontro: Domingo próximo, dia quinze, seremos convocados às urnas. Será dia das eleições. Da Tribuna da Assembleia de nosso Estado, tivemos ocasião de proclamar, que quem não vota não é brasileiro nem cristão, porque ser brasileiro e cristão nesta hora significa participar o mais possível dos destinos da Nação. Assumimos o sagrado compromisso de realizarmos a nossa parte na construção deste Brasil mais novo e cristão. Votando e votando bem, teremos nossos representantes no poder Legislativo. Poder esse indispensável para o bom funcionamento da Democracia. Pedimos, pois, a todos os dirigentes de grupos, a todos os responsáveis pelas comunidades, em particular aos religiosos e sacerdotes, insistam junto ao Povo, para que todos cumpram com fidelidade e consciência o dever do voto (ARNS, 1970, p. 5).

Neste primeiro *Encontro com o Pastor*, Dom Paulo já indica ser desejo da Igreja Católica local a união dos homens e mulheres da sociedade com o intuito de resolver os problemas da sociedade. Cada um tem a sua responsabilidade para a construção de um país melhor.

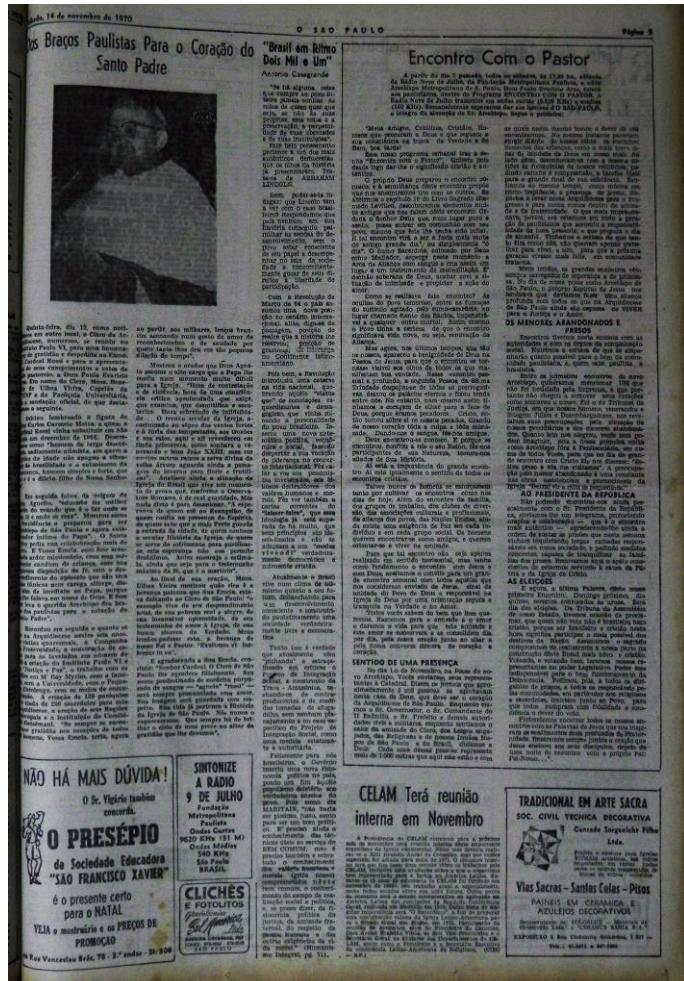
Neste mesmo *Encontro com o Pastor*, Dom Paulo envia mensagem de saudação ao general presidente Médici,

Não podendo encontrar-me ainda pessoalmente com o Sr. Presidente da República, enviamos-lhe um telegrama, prometendo orações e colaboração – que é o encontro mais autêntico – agradecendo-lhe ainda a ordem de sustar as prisões que nesta semana vinham inquietado largas camadas responsáveis em nossa sociedade, e pedindo medidas concretas, capazes de tranquilizar as famílias dos presos. Renovamos aqui o apelo consciente de estarmos servindo à mesma causa da Pátria e da Igreja de Cristo (ARNS, 1970, p. 5).

O Arcebispo de São Paulo expressa, tanto no telegrama quanto na mensagem falada e transcrita, a preocupação acerca dos presos paulistanos. Essa questão lhe aflige desde os tempos de bispo auxiliar do Cardeal Rossi

quando indicado para o cuidado com os presos. Abaixo, segue a figura 13, com o referido discurso transrito nas páginas do semanário.

Figura 13 – Página 5 do semanário *O São Paulo*, de 14 de novembro de 1970



Fonte: Arquivo pessoal do autor

A valorização dos meios de comunicação social da Igreja ocorre de maneira constante através da ligação entre o programa transmitido na *Rádio 9 de Julho* e a coluna impressa nas páginas do jornal *O São Paulo*. Outras medidas também serão tomadas pela Arquidiocese para fortalecer o vínculo entre Igreja e fiéis através de seus veículos.

Outra estratégia utilizada para a consolidação desses meios de comunicação é a divulgação de uma “rede” de veículos católicos, como ocorre na figura 14 abaixo, sob a manchete “Imprensa Católica no País”. A matéria

respectiva informa quantos e quais são os outros instrumentos de imprensa da Igreja no Brasil, criando uma espécie de ligação entre eles, o que dá uma ideia ao leitor de que o jornal *O São Paulo* e a *Rádio 9 de Julho* fazem parte de um grande grupo comunicacional. O que é verídico, uma vez que todos esses veículos têm em comum a pertença à Santa Sé. Outro elemento de destaque da figura é a descrição do semanário, introduzida recentemente e que também objetiva uma maior aproximação com o leitor: *O SÃO PAULO* é um semanário que lê e sintetiza para Você, num enfoque cristão, os mais importantes acontecimentos da semana. Existimos para prestar-lhe um serviço de informação e formação católica (*O SÃO PAULO*, 1971, p.1).

Figura 14 – Primeira página do semanário *O São Paulo*, de 16 de janeiro de 1971



Fonte: Arquivo pessoal do autor

A tomada de consciência por parte da sociedade, para que consiga lutar e solucionar seus problemas é bastante utilizada pela Arquidiocese de São Paulo. A conscientização da sociedade perpassa pelo conhecimento daquilo que se pretende mudar, a sociedade só luta por aquilo que conhece e sabe que pode mudar. Os Direitos Humanos são o exemplo mais bem-acabado dessa prática da Igreja Católica paulistana em favor da sociedade. Apesar de o semanário *O São Paulo* possuir diversas publicações ao longo dos anos sobre o tema dos Direitos Humanos, para esta pesquisa será enfocada uma série de editoriais iniciada em fevereiro de 1973. Essa sequência de textos se organiza da seguinte forma: a publicação e o comentário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completa bodas de prata neste período. A organização dessa coletânea segue a mesma lógica, a saber, a transcrição de um pedaço da Declaração, seja do preâmbulo ou dos artigos que a compõem seguidos de comentários sobre os mesmos.

Ressalta-se que o tema dos Direitos Humanos não se esgota nessa série de publicações, muito pelo contrário. A temática é constante nas páginas do jornal, seja nos editoriais, em manchetes nacionais ou internacionais, ou seja, é a tentativa da Igreja Católica de São Paulo em conscientizar a população sobre o assunto para que possam lutar pela observância destes, principalmente, pelo Estado Autoritário.

O primeiro editorial da série é publicado juntamente com a notícia do embarque de Dom Paulo Evaristo Arns para o Vaticano, onde receberá o título de Cardeal da Igreja em 05 de março de 1973. A capa desta edição do jornal apresenta a sequência de publicações

Nesta edição oferecemos a nossos leitores o texto completo da Declaração dos Direitos Humanos, promulgada pela Assembleia geral da Organização das Nações Unidas a 10 de dezembro de 1948. Este é, portanto, o 25º ano de sua vigência. Em editorial, iniciamos uma série de artigos abordando todos os aspectos do histórico documento, de profunda inspiração cristã (*O SÃO PAULO*, 1973, p. 1).

O editorial citado acima revela quais as intenções dessa sequência de textos que passa a ser publicada no semanário. Ao lado da divulgação da

Declaração Universal dos Direitos Humanos, são acrescidas críticas ao sistema político vigente no Brasil à época.

É, contudo, é forçoso aceitar que, não obstante e apesar dessas limitações, um regime de direito situa-se infinitamente acima de um regime de força, por mais plebiscitário e moderado que possa ser. Quando o “chefe” sintetiza em si todo o poder, considerando-se fonte de todo direito, ipso facto, transforma-se em ditador, passando a ter-se como infalível e endeusando-se. A partir desse momento, a insegurança dos cidadãos é total. Qualquer oposição é criminosa e qualquer decisão é lei. Transforma-se, fatalmente, em regime de força, no qual a força do direito confunde-se e é substituída, perigosamente, pelo direito da força. [...] Reivindicando-se o qualitativo de um regime de direito, o Brasil precisa esforçar-se por superar o atual estado de exceção, em que a hipertrofia do Executivo, pressiona e esteriliza o Legislativo, coartando a autonomia e liberdade do Judiciário. A anômala situação que, se não nos situa, a rigor, numa ditadura de tipo clássico, nos coloca, entretanto, em regime dúbio de direito, sonega ao homem, não raro, um ou outro de seus direitos fundamentais, proclamados pela Declaração Universal e integrado em nossa própria Constituição. (O SÃO PAULO, 1973, p. 3).

As críticas ao governo militar estão presentes na série de editoriais sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ao mesmo tempo em que a Arquidiocese conscientiza seus leitores acerca dos direitos para que busquem o cumprimento destes, ela também os conscientiza sobre a violação que o Estado Autoritário realiza em nome da “revolução”. O trecho acima encontra-se na figura 15, abaixo.

Figura 15 – Página 3 do semanário *O São Paulo*, de 10 de março de 1975



Fonte: Arquivo pessoal do autor

As análises dos editoriais sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos são as mais variadas possíveis. Elas tratam desde regimes que já haviam sucumbido ao peso da história, como o nazista, ou a regimes contrários à Igreja Católica, como o comunista. Outro elemento também criticado nos textos é a imprensa, a chamada grande imprensa, que dá suporte ao governo militar brasileiro contra seus opositores, como é o caso de muitos membros do clero.

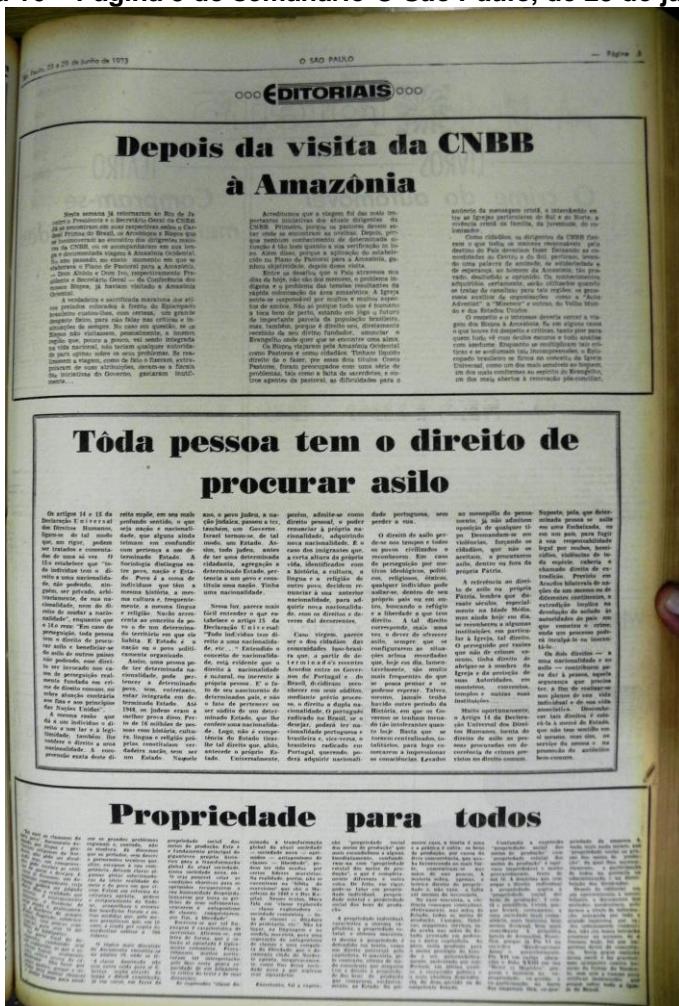
Talvez o mais frequente seja o que atinge a honra e a reputação alheias. Quando não é o diz-que-diz-que malicioso, que corre as vilas e cidade como um rastilho de pólvora, é a insinuação maldosa ou a calúnia sem reticências, feita através de revistas, jornais, programas de televisão e outros meios. No momento, parece que a acusação

mais ao gosto de certas pessoas é taxar de subversivo todo aquele que tendo olhos abertos, vê, reconhece e denuncia injustiças, adotando uma posição crítica que, em última análise, é a que mais serve ao País. Depois que a grave insinuação corre, dificilmente o acusado conseguirá reconstruir seu bom nome e restabelecer a verdade. Poderá estar prejudicado para o resto da vida. (O SÃO PAULO, 1973, p. 3).

Em contraposição a esses entendimentos, surge a Santa Sé, como a defensora primordial dos Direitos Humanos.

O direito de asilo perde-se nos tempos e todos os povos civilizados o reconhecem. Em caso de perseguição por motivos ideológicos, políticos, religiosos, étnicos, qualquer indivíduo pode asilar-se, dentro de seu próprio país ou em outro, buscando o refúgio e a liberdade a que tem direito. A tal direito corresponde, mais uma vez, o dever de oferecer asilo, sempre que se configuram as situações acima recordadas que, hoje em dia, lamentavelmente, são muito mais frequentes do que se possa pensar e se pudesse esperar. Talvez, mesmo, jamais tenha havido outro período da História, em que os Governos se tenham tornado tão intolerantes quanto hoje. Basta que se tornem centralizados, totalitários, para logo começarem a impressionar as consciências. Levados ao monopólio do pensamento, já não admitem oposição de qualquer tipo desmandam-se em violências, forçando os cidadãos, que não os aceitam, a procurarem asilo, dentro ou fora da Pátria. A referência ao direito de asilo na própria Pátria lembra que durante séculos, especialmente na Idade Média, mas ainda hoje em dia, se reconheceu a algumas instituições, em particular à Igreja, tal direito. O perseguido por razões que não de crimes comuns, tinha o direito de abrigar-se à sombra da Igreja e da proteção de suas Autoridades, em mosteiros, conventos, templos e outras suas instituições [...] (O SÃO PAULO, 1973, p. 3).

Neste fragmento acima, a Igreja Católica evoca para si o direito/dever de asilar os necessitados. Combinando essa passagem do editorial sobre a Declaração Universal dos Direitos do Homem à realidade vivida pelos brasileiros à época em que foram publicados no semanário *O São Paulo*, infere-se que a Arquidiocese paulistana, para além de se atribuir o direito de asilar, intenciona que seus leitores também se conscientizem dessa ação e a ofereçam aos necessitados. Abaixo, a figura 16 contém os textos citados acima.

Figura 16 – Página 3 do semanário *O São Paulo*, de 23 de junho de 1973

Fonte: Arquivo pessoal do autor

A situação que se coloca para os leitores do semanário *O São Paulo*, em relação aos Direitos Humanos, estabelece a Arquidiocese paulistana, de um lado, e o Estado Autoritário, de outro. A primeira na defesa desses valores universais promovendo, inclusive, a publicação e divulgação deles em seus meios de comunicação, e o segundo agindo contra o pleno usufruto destes pela população em geral.

A oposição entre Estado Autoritário e Igreja Católica já se faz sentir desde o tempo do Cardeal Rossi, porém em intensidade menor e ainda repleto do conservadorismo que agradava aos militares. Com a ascensão de Dom Paulo Evaristo Arns ao arcebispado de São Paulo essas divergências se acentuam e o resultado é a instalação da censura ao semanário *O São Paulo* e o fechamento da *Rádio 9 de Julho*, já tratado anteriormente.

O início da censura ao jornal *O São Paulo*, porém, se deu ainda em 1971, de modo menos sistematizado do que viria a ser nos anos posteriores. O padre Antônio Aparecido Pereira que, além de trabalhar na redação do semanário, elaborou uma “*Tesi di diploma in Giornalismo*” para o CISOP (*Centro Internazionale per gli Studi sull’Opinione Publica*), em Roma, no ano de 1982, sobre o periódico. Antônio Aparecido Pereira (1982, p. 161), que trata sobre a censura ao periódico, explica que os telefonemas para a redação do jornal *O São Paulo* começaram em março de 1971. No mês de maio este recebe a visita de um funcionário da Polícia Federal que anota esclarecimentos acerca dos posicionamentos da direção do periódico e da Igreja Católica; a partir do mês de junho, até o final do ano, os telefonemas proibitivos aumentaram de intensidade, justificando-se as intervenções como ordens vindas da capital da República, leia-se do governo. (PEREIRA, 1982, p. 162).

Já no ano de 1972, o jornal teve a censura realizada com o jornal ainda no prelo, motivo pelo qual algumas edições acabaram sendo produzidas com espaços em branco. O mês de junho presenciou a volta dos telefonemas proibitivos, que perduraram até o mês de novembro. Em dezembro, apresentou-se, à redação do semanário, um funcionário para dar início à censura prévia do semanário, ao que seu diretor protestou e conseguiu uma suspensão da ação, e as ligações telefônicas se mantiveram até meados de 1973. No mês de junho, o diretor responsável foi convocado ao prédio da Polícia Federal, onde lhe foi mostrada correspondência proibindo qualquer menção aos Direitos Humanos nas suas páginas, ao que ele protestou. À noite, no mesmo dia seis de junho, o censor foi à tipografia e impediu a publicação de outras matérias, que foram substituídas por propagandas. (PEREIRA, 1082, p. 162-163).

As informações prestadas pelo padre Antônio Aparecido Pereira foram coletadas nos Boletins do CIEC. E são esses panfletos que vão informar quanto às investidas dos censores ao jornal *O São Paulo*. Diferentes estratégias foram utilizadas para demonstrar aos leitores do semanário o que estava acontecendo, como a substituição do material vetado por poemas, como por exemplo, a edição exposta na figura 17, abaixo.

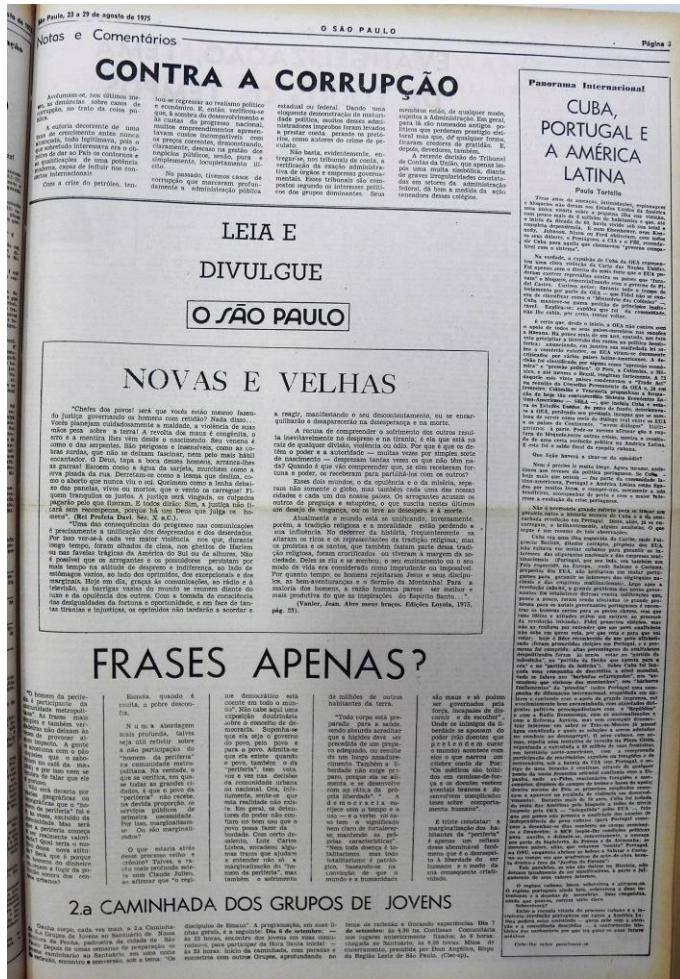
Figura 17– Primeira página do semanário *O São Paulo*, de 31 de dezembro de 1977



Fonte: Arquivo pessoal do autor

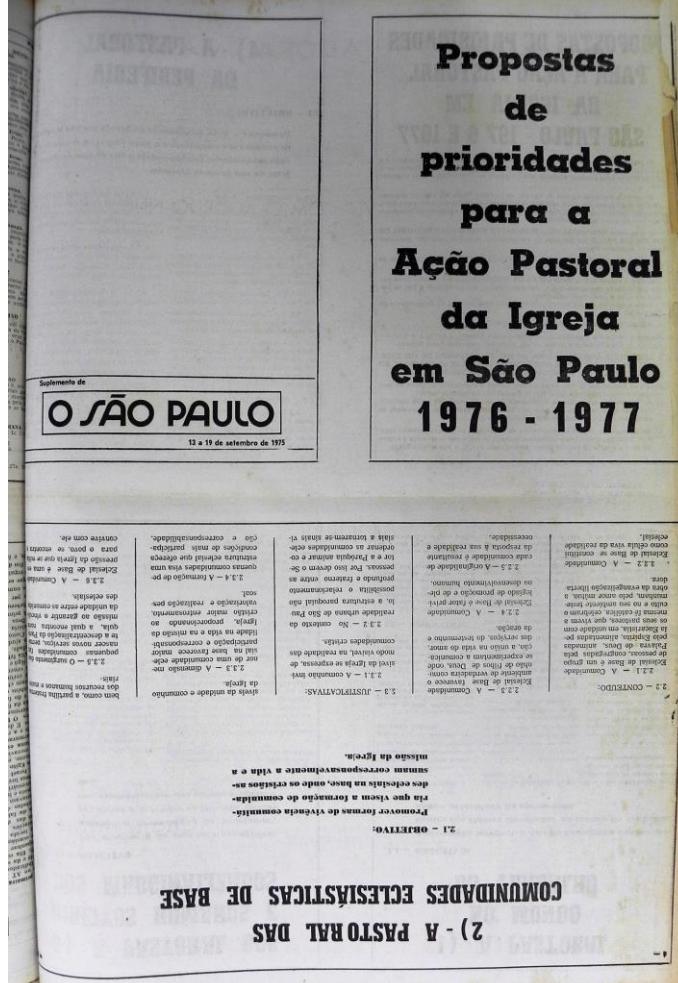
Outra estratégia bastante utilizada pelo semanário *O São Paulo* foi a substituição das matérias censuradas por espaços em branco. Porém, essa técnica não foi utilizada constantemente nas edições do jornal devido à perda dos espaços das matérias que haviam sido liberadas ou substituídas pelas proibidas. Apesar de não ser empregada semanalmente nas edições do periódico, esta tática é a mais facilmente percebida pelos leitores e pode ser conferida nas figuras.

Figura 18 – Página 3 do semanário *O São Paulo*, de 23 de agosto de 1975



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Figura 19 – Primeira página do semanário *O São Paulo*, de 13 de setembro de 1975



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Em 1976, mais precisamente no mês de julho, o jornal *O São Paulo* sofre outra alteração nas regras da censura instalada. A partir de então, o material para impressão deveria ser enviado à Polícia Federal em São Paulo, até o final da tarde de todas as quintas-feiras. Essa mudança era, na verdade, uma punição, pois impossibilita o contato direito entre censor e censurado (AQUINO, 1999, p. 227).

A censura aos meios de comunicação social levada a cabo pelo Estado Autoritário não foi uniforme, variaram os temas, os objetos e objetivos dos censores. Estes também não tinham, a princípio, nenhum tipo de preparo específico, apenas homens enviados para cumprir ordens superiores, o que se modifica com o passar do tempo, sendo regularizado, inclusive, com “a exigência de nível universitário” (AQUINO, 1999, p. 228). A censura ao jornal *O*

São Paulo termina no ano de 1978, deixando um montante de “190 artigos vetados, no todo ou em parte. Destes, o tema mais recorrente trata da ‘conscientização da Igreja Católica junto à população’” (AQUINO, 1999, p.233).

A história do semanário *O São Paulo* está diretamente ligada às necessidades dos membros da Igreja de São Paulo e do Brasil, os papéis que ele assumiu desde sua criação, até o final da década de 1970, com o fim da sua censura, atestam essa relação. Apesar de ter perdido muito de sua importância política nos tempos atuais, ele continua na memória dos paulistanos que, através de suas páginas, puderam saber um pouco mais sobre a realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Igreja Católica do Brasil, ao longo de sua história, esteve dividida entre aqueles que estavam mais próximos da população, de seus problemas e angústias e aqueles que queriam estar ao lado do poder político, da elite econômica ou qualquer instituição ou indivíduo que pudesse lhe trazer algum benefício na consolidação de seu poder e na propagação da sua fé, a alta hierarquia. Estes últimos tinham como objetivo transformar a Igreja Católica na única representante do divino e a organizadora da salvação dos brasileiros, mesmo que para isso se afastasse da população mais necessitada. Essa atitude se modifica na década de 1960 devido às mudanças políticas, sociais, econômicas e teológicas ocorridos na Santa Sé em Roma. Assim, a fé católica cristã que surge do Concílio Vaticano II se aproxima do povo que sofre, dos humildes e dos necessitados.

Essa nova postura da Igreja Católica coincide com o momento de instalação do Estado Autoritário no Brasil. O poder político é usurpado pelos militares em 1964, com o auxílio de parte da sociedade civil, dos meios de comunicação de massa e de parte da hierarquia clerical, e subtraí do povo a prerrogativa de escolher seus representantes. O novo governo se propõe a defender a nação de seus inimigos externos e, principalmente, os internos, os subversivos que, segundo a hierarquia das Forças Armadas, querem transformar o Brasil em uma ditadura comunista. Antes, transformou o governo em seu próprio regime militar de exceção, utilizando de todos os expedientes para eliminar seus inimigos.

O inicial apoio da hierarquia da Igreja Católica foi sendo substituído pelas críticas ao governo quando as primeiras vítimas da violência e da tortura do Estado Autoritário começaram a aparecer. Os inimigos do regime militar eram o povo de Deus, aqueles que a Sé se propôs a proteger. As relações entre essas duas instituições se deteriora ainda mais com a prisão dos membros do clero e de funcionários das igrejas.

Nesse confronto que se tornou inevitável, cada lado utiliza as armas que dispõe, por um lado a repressão, a violência física, a tortura e a censura; de

outro lado, a denúncia, a proteção e a conscientização da sociedade. Após as primeiras denúncias, a Igreja acabou por receber diversos apoios da sociedade civil. Descobriu-se, então, que a maior arma contra a violência e a violação dos Direitos Humanos era a conscientização e a denúncia, não as autoridades que faziam parte do sistema repressor, mas para a sociedade civil.

A conscientização da sociedade em relação aos Direitos Humanos, de quaisquer pessoas, inclusive, e principalmente, dos presos, os que mais tinham seus direitos violados. É com esse objetivo que surgem nas páginas do jornal *O São Paulo*, ainda em finais da década de 1960, de maneira tímida e pouco sistemática, matérias que ligam a ação da Igreja Católica e seus membros na defesa dos Direitos Humanos.

Com a ascensão de Dom Paulo Evaristo Arns à Arquidiocese paulistana, em 1970, a utilização desses recursos modifica-se. As matérias e reportagens, muitas na capa, multiplicam-se e se tornam sistematizadas. À Igreja Católica e ao semanário *O São Paulo* se atribui o propósito de defender os direitos das pessoas que sofreram injustiças pelas mãos do governo militar.

Conscientizar a sociedade sobre a importância dos Direitos Humanos é explicar, é falar sobre eles, é desmistificar seu significado perante o público leitor, é propagar a validade deles para todas as pessoas humanas. Esse processo de conscientização ocorre através dos meios de comunicação social da Igreja e, com o fechamento da Rádio 9 de Julho, em 1973, esse papel recaí exclusivamente sobre o semanário *O São Paulo*.

As denúncias das violações dos Direitos Humanos pelo jornal *O São Paulo* ocorrem de maneira mais esporádica, devido à dificuldade de se comprovar os crimes, de ter acesso aos presos políticos e o receio das vítimas de acarretar mais violência contra si. Porém, essas denúncias são extremamente eficazes para a comoção da sociedade, para a identificação das famílias dos leitores com as famílias das vítimas das torturas e violências.

Outra estratégia bastante utilizada pelo jornal *O São Paulo* foi a utilização dos Direitos Humanos para tender seu desafio de conscientizar a sociedade. O semanário, juntamente com a Igreja Católica de São Paulo, trouxe o tema dos direitos da humanidade para a esfera da religião, a observância desses direitos era dever de todo bom católico. O tratamento das

matérias, editoriais, capas, etc. criou um forte vínculo entre o “ser um bom cristão” e defender os Direitos Humanos.

O objetivo do Cardeal Motta, ao criar o jornal *O São Paulo*, era reunir a família cristã paulistana ao redor da vivência católica, com a obediência à moral e aos bons costumes difundidos por ele, criando um agir cristão a partir dos modelos expostos nos meios de comunicação. Nos anos de 1970, o semanário continua a formar a comunidade de São Paulo, a orientar a família na forma de agir, segundo a moral e os bons costumes cristãos, estes agora propõem a defesa dos Direitos Humanos por todo e qualquer bom cristão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, M.A. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento.** Bauru: Edusc, 1999.

AQUINO, M.A. et alii (orgs). **A alimentação do leviatã nos planos regional e nacional: mudanças no DEOPS/SP no pós-1964.** Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. **A constância do olhar vigilante:** a preocupação com o crime político. Famílias 10 e 20. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. **Em busca do crime político.** Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. **O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP – o anticomunismo:** doença do aparato repressivo brasileiro. Famílias 30 e 40. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ARNS. P.E. **Da Esperança à utopia:** testemunho de uma vida. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil:** nunca mais. Petropólis: Vozes, 2011. (Coleção Vozes de Bolso).

BEOZZO. Pe J. **A Igreja do Brasil:** De João XXIII a João Paulo II; de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis: Vozes. 1996.

BRAGA, L.C.A. **A Censura ao jornal O São Paulo durante a Ditadura Militar (1964 – 1985):** desafio à evangelização na cidade de São Paulo, 2010, 313 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 2010.

BRUNEAU, T. **O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição.** São Paulo: Loyola, 1974.

CAMARGO, C.P.F. **São Paulo 1975:** crescimento e pobreza. São Paulo: Loyola, 1976

CASTRO, M. **1964:** Conflito Igreja x Estado. Petrópolis: Vozes, 1984.

CORDEIRSO, J.M. **A ditadura em tempo de milagre:** comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

DANTAS, A. A mídia e o golpe militar. In: Estudos Avançados/Universidade de São Paulo. **Instituto de Estudos Avançados**. Vol. 1, nº 1. São Paulo: IEA, 1987. ISSN 0103-4014

DOMEZI, M.C. **Do Corpo Cintilante ao Corpo Torturado**: uma Igreja em Operação Periferia. São Paulo: Paulus, 1995.

FICO, C. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GASPARI, E. **As ilusões armadas**: A Ditadura Envergonhada. 2^a ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **As ilusões armadas**: A Ditadura Escancarada. 2^a ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014B.

GOMES. P.C. **Os Bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980)**: a visão da espionagem. 1^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2014

HOBSBAUWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santana; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letra, 1995

GORENDER. J. A sociedade cindida. In: Estudos Avançados/Universidade de São Paulo. **Instituto de Estudos Avançados**. Vol. 1, nº 1. São Paulo: IEA, 1987. ISSN 0103-4014

LANZA, F. A Igreja Católica e o seu discurso utópico sob o prisma do semanário O São Paulo. **Revista Iusófona de Ciências das Religiões**. Ano 5, n. 9/10, p. 239-247. 2006.

LANZA, F. **Matrizes Ideológicas dos Arcebispos Paulistanos (1956-85)**: um olhar sob o prisma do semanário O São Paulo. 2006. 255f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. **A mídia e o regime militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LONGHI, C. R. **Autoritarismo político e mídia impressa**: linhas que compõem a tessitura da cidadania no Brasil. São Paulo: Porto de Ideias, 2007.

MAINWARING. S. **Igreja Católica e Política no Brasil**: 1916 – 1985. São Paulo: Editora Brasiliense. 1989.

MARTINO, L. M. **Mídia e Poder Simbólico**. São Paulo: Paulus. 2001.

MATOS, H.C.J. **Nossa História**: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. 2^a Ed. São Paulo: Paulinas, 2011

MELO, D. **Ditadura “Civil-Militar”?**: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós 1964 e os desafios do tempo presente. Espaço Plural. Ano XIII. N. 27. P. 39-53. 2012.

MELO, J.M.C; NOVAIS, F.A. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. In SCHWARCZ, L.M. (ORG) NOVAIS, F.A (CORD) **História da vida Priavada no Brasil**: contraste da vida contemporânea. Vol 4. São Paulo: Companhia da Letras, 1998, p. 5598-659.

MIKLOS, Jorge. **Diálogo dos Deuses Direitos dos Homens**: Direitos Humanos e o diálogo inter-religioso na ação pastoral de Dom Paulo Evaristo Arns. São Paulo: Pléiade, 2013.

NAPOLITANO, M. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014

O SÃO PAULO. **A paz como testamento**. São Paulo, 14 de abr. 1973.

O SÃO PAULO. **A tríplice liberdade**. São Paulo, 07 de jul. 1973.

O SÃO PAULO. **Acesso aos bens culturais**. São Paulo, 04 de ago. 1973.

O SÃO PAULO. **Associar-se: necessidade e direito**. São Paulo, 14 de jul. 1973.

O SÃO PAULO. **Direito à Educação**. São Paulo, 04 de ago. 1973.

O SÃO PAULO. **Direito à privacidade**. São Paulo, 09 de jun. 1973.

O SÃO PAULO. **Direito de ir e vir**. São Paulo, 16 de jun. 1973.

O SÃO PAULO. **Direitos Humanos (11)**: Por uma humanidade sem escravos. Por uma Melhor retribuição do trabalho. São Paulo, 12 de maio. 1973.

O SÃO PAULO. **Direitos Humanos (12)**: Pela Humanização da Justiça e do sistema carcerário. São Paulo, 19 de maio. 1973.

O SÃO PAULO. **Direitos Humanos (13)**: Igual proteção da Lei. São Paulo, 26 de maio. 1973.

O SÃO PAULO. **Direitos Humanos (14)**: A administração da Justiça. São Paulo, 02 de jun. 1973.

O SÃO PAULO. **Direitos Humanos (2)**: Sem Direitos, a bárbarie... São Paulo, 03 mar. 1973.

O SÃO PAULO. **Direitos Humanos (3)**: Regime de Direito e Regime de Força. São Paulo, 10 de mar. 1973.

O SÃO PAULO. **Direitos Humanos (4): Relações Internacionais.** São Paulo, 17 de mar. 1973.

O SÃO PAULO. **Direitos Humanos (5): Uma CNBB coerente consigo mesma.** São Paulo, 24 de mar. 1973.

O SÃO PAULO. **Direitos Humanos (6): O inconfundível primado da pessoa.** São Paulo, 31 de mar. 1973.

O SÃO PAULO. **Direitos Humanos (7): Resta muito a fazer.** São Paulo, 07 de abr. 1973.

O SÃO PAULO. **Direitos Humanos (8): Iguais e Livres, Responsáveis e Fraternos.** São Paulo, 21 de abr. 1973.

O SÃO PAULO. **Direitos Humanos (9): Tríplice Direito à vida, à liberdade e à segurança.** São Paulo, 05 de maio. 1973.

O SÃO PAULO. **Direitos Humanos (9): Um mundo de menos discriminação.** São Paulo, 28 de abr. 1973.

O SÃO PAULO. **Direitos Humanos:** Dignidade Humana é o fundamento. São Paulo, 24 fev. 1973.

O SÃO PAULO. **Para além da Declaração dos Direitos Humanos.** São Paulo, 09 de jun. 1973.

O SÃO PAULO. **Pessoa, família e Estado.** São Paulo, 30 de jun. 1973.

O SÃO PAULO. **Por uma nova ordem social.** São Paulo, 11 de ago. 1973.

O SÃO PAULO. **Segurança social para todos.** São Paulo, 21 de jul. 1973.

O SÃO PAULO. **Toda pessoa tem direito de procurar asilo.** São Paulo, 23 de jun. 1973.

O SÃO PAULO. **Trabalho, Desemprego e Salário.** São Paulo, 28 de jul. 1973.

PEREIRA, A.A. **A Igreja e a censura política à imprensa no Brasil: 1968-1978.** Roma: Centro Internazionale per gli studi sull'Opinioni Publica (CISOP), 1982 (Tesi-Giornalismo).

REIS, D.A. **Ditadura e democracia no Brasil:** do golpe de 1964 à Constituição de 1988. 1^a ed. Rio de Janeiro: Zahar,

RIBEIRO, H. (ORG.) **Paulo Evaristo Arns:** Cardeal da Esperança e Pastor da Igreja de São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1989.

SCHWARCZ, L. STARLING.H. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SERBIN, K.P. **Diálogo nas sombras**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Tradução Carlos Eduardo Lima da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, J.M. **1964: Golpe Midiático-Civil-Militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SKIDMORE, T. **Brasil**: de Getúlio a Castelo (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKIDMORE, T. **Brasil**: de Castelo a Tancredo (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes. 2014.

TOTA, A. **O Imperialismo Sedutor**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

VATICANO. **Vaticano II**: mensagens, discursos e documentos. Trad. Francisco Catão. 2^a ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

VENTURA, Z. **1968**: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.